

BRUNO RAFAEL ALMEIDA DA SILVA

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVA NA OBRA *SENHORINHA
BARBOSA LOPES*, DE SAMUEL MEDEIROS**

**DOURADOS
2022**

BRUNO RAFAEL ALMEIDA DA SILVA

MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVA NA OBRA *SENHORINHA BARBOSA LOPES*, DE SAMUEL MEDEIROS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História em nível de Mestrado, na Universidade Federal da Grande Dourados, (PPGH/UFGD). Linha de pesquisa *Fronteiras, Identidades e Representações*, área de concentração em *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Baller

**DOURADOS
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586m	<p>Silva, Bruno Rafael Almeida da. Memória, história e narrativa na obra <i>Senhorinha Barbosa Lopes</i>, de Samuel Medeiros. / Bruno Rafael Almeida da Silva. – Dourados, MS: UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Leandro Baller. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Romance histórico. 2. Literatura regional. 3. Memorialismo. 4. Mato Grosso do Sul. I. Título.</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

BRUNO RAFAEL ALMEIDA DA SILVA

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E NARRATIVA NA OBRA *SENHORINHA
BARBOSA LOPES*, DE SAMUEL MEDEIROS**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Leandro Baller (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Jiani Fernando Langaro (Dr., UFG) _____

3º Examinador:

Jerri Roberto Marin (Dr., UFGD) _____

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida: Candelária (*in memoriam*), Geni, Rosa e Karina pelo exemplo de perseverança e fibra feminina.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por proporcionar graça, força e luz para seguir na jornada e perseverar diante das dificuldades.

Gratidão ao professor doutor Jérri Roberto Marin pelas aulas, contribuições e rigorosas cobranças, tanto na graduação como na orientação de trabalho de conclusão da graduação, atitudes essas que refletiram positivamente em minha alma de professor, além de me inspirarem a continuar nos estudos históricos acadêmicos.

Ao meu orientador, professor doutor Leandro Baller, pelas prosas e tererés, paciência e receptividade, acima de tudo em aceitar uma proposta de pesquisa incipiente e não comum para o programa e, mesmo assim, conduzi-la de maneira a confiar na capacidade e autonomia do orientando.

À professora doutora Marcia Medeiros, ao professor doutor Jiani Langaro, ao professor doutor Jérri Marin e ao revisor Pedro Gabriel Rezende pelas leituras atentas e sugestões valiosas.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, representado pelo corpo docente e pelos funcionários, pelo profissionalismo e dedicação na atenção aos acadêmicos.

Ao Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) que em tempos pandêmicos dispôs de espaço apropriado para estudo, livros e atendimento por parte dos funcionários da biblioteca.

À minha família e amigos pelo incentivo e pela tolerância nos momentos de ausência.

À Karina Kristiane Vicelli, esposa e eterna namorada, pelo companheirismo, cumplicidade e renúncias feitas para que pudéssemos concluir esta pesquisa.

Ao meu tesouro e filho amado, Gabriel Dante Vicelli Almeida, pela paciência e pela compreensão nos momentos de ausências.

RESUMO

O presente estudo analisa a narrativa literária identificada com o romance histórico *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de resistência feminina na Guerra do Paraguai* (2007), de Samuel Medeiros. A pesquisa explora o livro escrito no início do século XXI, que narra a jornada de uma mulher em condição de fronteira e de guerra, ao longo do século XIX e limiar do século XX, ao mesmo tempo em que conta sobre o processo de ocupação das terras ao sul da província de Mato Grosso, à época ainda indivisa. Sob o paradigma da História Cultural, o objetivo é compreender como a narrativa, que versa sobre as apropriações dos discursos memorialistas e historiográficos no presente, é utilizada nas maneiras de representar o passado da região. Com base na teoria da História e da Literatura, e tomando o romance histórico como fonte/objeto literário, busca-se refletir sobre os critérios, as técnicas e o conteúdo de extração histórica que embasam a construção de narrativas híbridas entre ficção e história, em que as relações presente-passado parecem dialogar em um mesmo grau de intensidade e de justificação na construção dos acontecimentos. Indica-se nos resultados da pesquisa que a escrita literária memorialística em *Senhorinha Barbosa Lopes* contribui para a manutenção de discursos sobre memórias coletivas oficiais produzidas no interior do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul e da Academia Sul-mato-grossense de Letras, quando o escritor fundamenta-se nos acervos bibliográficos destas instituições para recompor personagens e cenários históricos na trama romanesca. Ademais, observa-se que a própria fonte/objeto literária, por ser um romance histórico, representa mudança no estilo e no gênero de escrita memorialística praticadas pelas instituições memorialísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Romance histórico; Literatura regional; Memorialismo; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The present study analyzes the narrative identified with the historical novel *Senhorinha Barbosa Lopes: a history of female resistance in the Paraguayan War (2007)* by Samuel Medeiros. The research explores the book written at the beginning of the 21st century, which narrates a woman's journey in a condition of frontier and war, throughout the 19th century and the threshold of the 20th century, while telling about the process of occupation of the lands in the south of the province of Mato Grosso, at the time still undivided. Under the Cultural History paradigm, the objective is to understand a narrative, which deals with the appropriation of memorialist and historiographical discourses in the present, which is used to represent the region's past. Based on the theory of History and Literature, and considering the historical novel as a literary source/object, this study seeks to reflect on the criteria, techniques and content of historical extraction that support the construction of hybrid narratives between fiction and history, in which present-past relations seem to dialogue in the same degree of intensity and justification in the construction of events. The research results indicate that memorialist literary writing in *Senhorinha Barbosa Lopes* contributes to the maintenance of discourses on official collective memories produced within the Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul and the Academia Sul-mato-grossense de Letras, given that the writer bases himself on the bibliographic collections of these institutions to recompose characters and historical scenarios in the novelistic plot. Furthermore, it is observed that the literary source/object itself, as it is a historical novel, represents a change in the style and genre of memorial writing practiced by memorial institutions.

KEY WORDS: Historical novel; Regional literature; Memorialism; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Capa da 3a edição de <i>Senhorinha...</i> , de 2018.	32
Figura 2- Capa da 1a edição de <i>Senhorinha...</i> , de 2007.	33
Figura 3- Capa da 2a edição do romance <i>Senhorinha...</i> , de 2012.	34
Figura 4 - Logo da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS).....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASL	Academia Sul-Mato-Grossense de Letras
ASMT	Antigo Sul do Mato Grosso
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMS	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
UBE-MS	União Brasileira de Escritores da Mato Grosso do sul

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES [9](#)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS [10](#)

INTRODUÇÃO [13](#)

CAPÍTULO I - O ROMANCE COMO RETROVISÃO DO PASSADO [21](#)

1.1 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma resenha à guisa de introdução* [21](#)

1.2 Romance histórico: uma resignificação do passado [27](#)

1.2.1 O livro caminha no rastro de suas personagens: por uma estética da recepção [31](#)

1.2.2 É na trama que o ser se realiza: os caminhos das personagens femininas [38](#)

1.2.3 Foco narrativo, espaço e tempo do romance histórico [47](#)

1.2.4 Um livro, várias questões: a ficção histórica e suas fronteiras. [58](#)

CAPÍTULO II - A LITERATURA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A IDENTIDADE REGIONAL [65](#)

2.1 A memória ata as pontas entre história e literatura [65](#)

2.2 Literatura memorialista regional: algumas considerações [70](#)

2.3 *Senhorinha...* entre memória individual, memória oficial e lugares de memória [77](#)

2.4 O romance histórico nos lugares de memória [85](#)

CAPÍTULO III - A MEMÓRIA OFICIAL IGNORA OS ESTUDOS HISTÓRICOS [88](#)

3.1 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de ...* pioneirismo e apagamento dos povos originários? [89](#)

3.2 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de ...* fracasso em combate transformado em glória e heroísmo? [98](#)

3.3 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de ...* bandidos-coronéis pela posse de terras? [111](#)

3.3.1 O mito da “terra vazia” garante o uso da violência contra o Outro. [113](#)

3.3.2 Como transformar bandido em coronel-herói. [119](#)

CONSIDERAÇÕES FINAIS [128](#)

FONTES [131](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS [132](#)

INTRODUÇÃO

O período de tempo entre 2014 e 2019 marcou a efemeridade dos 150 anos da Guerra do Paraguai¹ (1864-1870), conflito platino envolvendo Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Momentos como esse costumam mexer com a monotonia da rotina escolar e, não diferentemente, as listas de livros exigidas para a seleção do vestibular das universidades² não deixaram a data passar incólume, figurando leituras que faziam referência à efemeridade.

Uma obra em especial acabou por tocar nosso trabalho enquanto professor de História do ensino básico: *A retirada da Laguna*, de Alfredo D’Escragnolle Taunay. Este autor é também conhecido pelo *démodé* título nobiliárquico de Visconde de Taunay. A presença desse livro fez com que os professores da disciplina de Língua Portuguesa, habituados a trabalharem os livros para os vestibulares, a despeito da leviana retirada da disciplina de Literatura³ do currículo estadual de Mato Grosso do Sul, recorressem aos colegas da História⁴, por acreditarem ser tal obra mais histórica do que literária. A partir de então, estava posto o desafio que nos trouxe até aqui: em linhas gerais, como se dava a leitura e o diálogo entre áreas estabelecidas em estatutos epistemológicos estáveis e distintos e que, ao mesmo tempo, eram tão parecidas?

A primeira e mais evidente barreira para a leitura da obra foi, sem dúvida, a linguagem trazida pelo autor, que caracterizava o estilo de escrita do século XIX. As alternativas buscadas à época passaram pela leitura em conjunto na forma de oralização, constantes buscas a dicionários convencionais e históricos, respectivamente, para vocábulos pouco habituais para os discentes e termos de época, resumo e simplificação de algumas passagens do livro e

1 Adotaremos a nomenclatura “Guerra do Paraguai” neste trabalho por sê-la largamente difundida no Brasil através dos manuais didáticos de diversas gerações de estudantes e, ainda, por figurar no título do romance histórico em análise. Entretanto, nos estudos transfronteiriços recentes que dialogam com interpretações de múltiplos países e linguagens pode-se encontrar para este mesmo acontecimento histórico nomenclaturas, tais como “Guerra Grande” ou “Guerra Guassu” (Paraguai) e “Guerra de la Triple Alianza” (Uruguai e Argentina).

2 É o caso dos Processos Seletivos de Vestibular (PSV) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) para os anos de 2016 a 2019 em que o livro *A retirada da Laguna*, de Visconde de Taunay, figurou nas listas de obras literárias a serem cobradas dos egressos, em clara alusão às comemorações dos 150 anos da contra-marcha ocorrida durante a Guerra do Paraguai e eternizado neste livro. Cf.: OBRAS Literárias, Teatrais e Cinematográficas, disponível em <<https://cs.ufgd.edu.br/vestibular/2019/obras>>, acesso em 19 de julho de 2021; EDITAL de divulgação ccs nº 15, de 18 de abril de 2016, disponível em <<https://cs.ufgd.edu.br/vestibular/2019/obras>>, acesso em 19 de julho de 2021.

3 O termo Literatura grafado em letra maiúscula, para fins de distinção neste trabalho, será entendido como disciplina acadêmica, responsável por analisar, compreender e atribuir sentidos à arte da palavra textual/discursiva, podendo ser percebida a partir do conjunto de ramificações especializadas, entre as quais estariam a Teoria da Literatura, a Crítica Literária, a História da Literatura, Estudos de Recepção, entre outras.

4 Referimos ao substantivo História, com letra maiúscula, para designar a área de saber especializado que ocupa-se de reflexões críticas acerca do passado. Seu estatuto de ciência foi alcançado no século XIX, apesar de sua existência pretérita, cujas teorias, métodos e objetos passaram, desde então por constantes críticas, revisões e reafirmações, demonstrando, assim, o caráter aberto e inacabado da disciplina acadêmica.

simulados de questões objetivas. No entanto, era notável a perplexidade e desconforto dos estudantes diante da exigência intelectual. Foram necessárias alternativas que pudessem complementar o entendimento de *A retirada da Laguna* e, nesse ponto, nos deparamos com a possibilidade de trazer outras leituras, mais fluidas e com linguagem contemporânea.

Diante do desafio de criar alternativas para o ensino de História no ensino básico, chegamos ao livro *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai* (2018)⁵, de Samuel Medeiros. Para aquele propósito inicial de contribuir para que jovens pré-vestibulandos acessassem uma leitura que os levassem a compreender a narração do Visconde de Taunay, a missão estava cumprida. No entanto, para o professor de História a experiência resultou na abertura de um sem-fim de incógnitas.

Como seria possível alcançar o conhecimento histórico por meio da ficção histórica? Como lidar com o paradigma de verdade associada ao conhecimento histórico na realidade escolar? Trabalhar em cooperação com a disciplina Literatura seria abandonar a historiografia profissional e abraçar a invenção, a relativização e outras versões que não fossem as dos historiadores sobre eventos e personagens históricos? E as certezas da cátedra, se dissolveriam no ar? A História poderia ser um “talvez” ou um “era uma vez” dos melhores contos e estórias? Fazia-se necessário, definitivamente, ampliar os horizontes para compreender novas possibilidades.

De volta à academia e em contato com as teorias e métodos da História, percebemos que as dúvidas instadas não eram apenas parte da empiria docente do ensino básico, mas correspondiam igualmente à parte da crise vivenciada pela disciplina acadêmica da história no século passado. De todo modo, as mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XX mexeram com a humanidade e, obrigatoriamente, forçaram a disciplina histórica a repensar seu estatuto de área de saber empírico e objetivado na unicidade e na ideia de tipo ideal de homem aplicável em qualquer situação. Distanciando-se do estatuto cientificista, do historicismo, do positivismo e a da obsessão por hierarquias e posições, o movimento dos *Annales* buscou estratégias para que, paulatinamente, *o domínio da história* fosse revendo seus objetos, fontes e abordagens.

A renovação historiográfica puxada pela revista *Annales d'Histoire Économique et Social* (1929) e encabeçada por Lucien Febvre e March Bloch contou com diversos

⁵ Ao longo deste trabalho, fazemos referência a esta que é sua terceira edição e nosso suporte principal. As outras duas edições lançadas, respectivamente, em 2007 e 2012, tangenciam este trabalho quando as colocamos lado a lado para fins de comparação estética e editorial. Além disso, para sintetizar e diferenciarmos do nome da protagonista do romance homônimo, em grande parte, citaremos este livro pela abreviação *Senhorinha*....

historiadores ao longo do século XX. Entre as vertentes pujantes naquele momento, a história das mentalidades foi a que abriu espaço para o trabalho com textos literários, uma vez que tomou emprestado as técnicas de análise da linguística e da semântica, dos meios estatísticos da sociologia e dos modelos da antropologia com o intuito de restituir “atitudes perante a vida e a morte, crenças e comportamentos religiosos, sistemas de parentesco e relações familiares, rituais formas de sociabilidade, modalidades de funcionamento escolar” (CHARTIER, 1988, p. 14) que correspondiam ao mundo social.

A abertura interdisciplinar proporcionada pelo ramo das mentalidades, superada as críticas de apegar-se demasiadamente ao efêmero, ao passageiro e crer-se capaz de compreender o interior da racionalidade contemporânea⁶, possibilitou o estabelecimento de modelos de análises e de interpretações da história cultural por meio de autores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Edward Thompson, entre outros, que, sem abrir mão de artifícios que caracterizam a história como disciplina ou ciência específica, influenciaram as proposições da chamada *Nova História*⁷.

Aqui chamamos a atenção para duas publicações que ajudaram a entender os rumos epistemológicos da história na década de 1970 e, de certo modo, influenciaram as demais gerações de historiadores brasileiros na aproximação com a grande área das letras. O primeiro deles é *A literatura: o texto e seu intérprete*, de Jean Starobinsky, e o outro é *O livro: uma mudança de perspectiva*, de Roger Chartier e Daniel Roche.⁸ Os novos problemas, novos objetos e novas abordagens caracterizaram a mudança epistemológica da disciplina histórica nas vindouras gerações de historiadores e, por certo, contribuíram para os primeiros passos desta pesquisa.

6 O suposto retorno da narrativa na historiografia e a desconfiança sobre os novos historiadores é uma das críticas às mudanças levadas a cabo pelos historiadores da cultura, como se tentassem descobrir o que se passava na cabeça das pessoas do passado, numa espécie de análise psicológica da pessoa ausente. Ou então simplesmente para servir ao memorialismo, como registrar o tempo passado. Lançava-se, assim, a anátema sobre os esforços metodológicos que intentaram dar aparato e estatuto científico aos estudos históricos Cf.: STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história**. RH – Revista de História. Campinas, IFCH/UNICAMP, inverno 1991.

7 A respeito do percurso na historiografia e críticas à história das mentalidades e história cultural, ver VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínio da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 117-151.

8 A crescente influência da historiografia francesa nas diferentes maneiras de análise da história na segunda metade do século XX pode ser melhor compreendida se observarmos que a publicação da trilogia *Faire de l'Histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora em 1970. Sua rápida tradução e difusão no Brasil, logo em 1976, é um dos esteios teóricos para a Nova História, principalmente por historiadores brasileiros. Cf.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976; _____. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976; _____. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

Na historiografia brasileira, o recurso a novas *abordagens, fontes e objetos* semelhante à feita pelos *Annales* aconteceu paulatinamente, sendo que até a década de 1930, destacava-se a produção voltada para temas políticos e escrita por escritores vinculados aos institutos históricos e geográficos, isto em parte pela falta de universidades ou cursos de História no país⁹. Ainda sobre a primeira metade do século XX, Ronaldo Vainfas destaca o protagonismo de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré que “faziam história das mentalidades sem o saber” e “precursores” de uma história cultural no Brasil. (VAINFAS, 2011, p. 148). Considerando-se especificamente o recurso a fontes literárias por pesquisadores brasileiros, Antonio Celso Ferreira aponta que, com exceção de Holanda e Sodré na década de 1950, a literatura na pesquisa “não era objeto especial de interesse dos historiadores” (FERREIRA, 2017, p. 65).

Nesse ínterim, a imediata tradução para o português da trilogia *História: novas abordagens, novos problemas, novos objetos* (1976), organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, e considerada o manifesto da Nova História, certamente influenciou dezenas de pensadores brasileiros, a partir das décadas 1980 e 1990, dado o contexto nacional de redemocratização e anseios em perceber o Brasil que ainda não havia sido registrado pela História. Gradativamente, a historiografia brasileira recepcionou as novas propostas temáticas, de abordagens e de fontes em seus trabalhos, sendo o trabalho de Nicolau Sevcenko umas das referências no uso de fontes literárias. (FERREIRA, 2017, p. 89)

Desde então, foi possível perceber uma quantidade crescente de trabalhos historiográficos acadêmicos que unem a literatura no arcabouço documental. São investigações que retornar no tempo, objetivando-o e datando-o para fazer a leitura e a interpretação do passado, tendo a literatura guia perscrutório. A retrovisão à partir da literatura permitiu ao pesquisador da história captar parte das representações inventadas das cidades, dos campos, dos interiores, das regiões, dos sertões dos quais suas letras enunciam, bem como o local de onde registram a narrativa. As vantagens dessa estratégia metodológica permitiram, então, ampliar a visão sobre gama considerável de representações específicas de cada local, conseguindo inclusive aproximar esses três elementos: o historiador, o objeto cultural representado e o lugar de base empírica. Em suma, concedeu-se voz para ler e interpretar as representações pretéritas do local, sobre e à partir dele.

9 Sobre um balanço da historiografia brasileira, cf. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Destarte, a historiadora Lylia da Silva Guedes Galetti, em *Sertão, Fronteira, Brasil* (2012), demonstra-nos como a historiografia regional contemporânea permite-se usar a fonte literária como parte de um infindável mural expositivo de representações e imagens criadas sobre o antigo Mato Grosso. Para Galetti, as representações literárias contribuíram para dar lugar ao Mato Grosso no mapa da civilização e no imaginário brasileiro, com imagens que alcançavam ideias, tais como, a de ser a região uma espécie de antemural ou último posto na fronteira oeste brasileira, de ser lugar de flora e fauna avultante que transborda frequentemente pelas ruas das cidades mato-grossenses, e por isso, considerado um sertão inóspito, incivilizado, violento e, sobretudo, lugar de barbárie onde habitava o *outro geográfico*. Esta última idealização extraída das fontes literárias, de acordo com a autora, permitia ao litoral brasileiro construir sua identidade sob a relação antinômica litoral-civilizado *versus* sertão-barbárie.

A historiografia em Mato Grosso do Sul em suas temáticas regionais permitiu-se igualmente à utilização da literatura como fonte. À título de ilustração, destaca-se o trabalho realizado pelo historiador Eudes Fernando Leite que recorre aos escritos de Augusto Proença no afã de compreender um espectro da representação sobre do Pantanal da Nhecolândia e à respeito do *homem chamado pantaneiro*. (LEITE, 2012) Em outro trabalho do mesmo caráter¹⁰, o pesquisador tomou como fonte o romance ... *aquele mar seco: o Pantanal* (1955), de Rogério Camargo, afim de captar as imagens forjadas à respeito da região pantaneira.

Igualmente situado na região sul-mato-grossense, o historiador Jerrí Roberto Marin busca na literatura as subjetividades humanas que possam dizer sobre as religiões e religiosidades, dos significados simbólicos da morte, da violência, dos gêneros em meio aos ervais controlados pela Companhia Mate Laranjeira no sul do Mato Grosso.¹¹ Foi na *Selva trágica* (1959), de Hernâni Donato, e em outros escritos do mesmo autor que Marin constatou a riqueza historiográfica presente na ficção de Donato capaz de revelar “a existência de vários Brasis, heterogêneos, não integrados à nacionalidade e realidades ainda desconhecidas pelas elites e pelo ‘povo brasileiro’” (MARIN, 2013, p. 133).

10 Cf. LEITE, E. F. Espionagem no Pantanal: o romance ...*aquele mar seco* = *o Pantanal*, de Rogério Camargo. In.: **XXVIII Simpósio Nacional de História (Anpuh)**. Comunicação em eventos. Florianópolis – SC. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433965963_ARQUIVO_UmespiaonoPantanalANPUHSC.pdf. Acesso em 29 jul. 2018.

11 Cf.: MARIN, J. R. A elaboração de *Selva Trágica*, de Hernâni Donato. **XI Congresso Internacional da ABRALIC**. Comunicação em evento. Disponível em: https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/015/JERRI_MARIN.pdf. Acesso em 18 nov. 2018. MARIN, J. R. A morte nos ervais de *Selva Trágica*, de Hernâni Donato. **Revista Territórios e Fronteiras** v. 3, n. 1, p. 156-174 – Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, Jan./Jun., 2010.

Considerando a trajetória de renovação e abertura interdisciplinar vivenciada pela historiografia na últimas décadas, passamos a considerar a leitura de *Senhorinha...* como uma literatura que estava além de uma mera adaptação para o clássico *A retirada da Laguna*: era preciso reconhecer a complexidade da fonte literária e suas várias possibilidades. Embora fértil, percebemos existir um vácuo nas pesquisas acadêmicas em História que contemplassem *Senhorinha...* como fonte ou, até mesmo, que a tivesse como objeto de pesquisa. Um dos poucos trabalhos historiográficos que a aborda é o artigo *Pobres e livres, escravos e povos originários na história rural do sul ao norte de mato grosso (séculos XVIII e XIX): anotações de pesquisa* (2018), da historiadora Maria Celma Borges, no qual utiliza-se a passagem do romance em que Gabriel Lopes enfrenta a rebelião de seus escravos, que acabou resultando no seu assassinato, para representar como era o “universo da escravidão no sul de Mato Grosso”. (BORGES, 2018, p. 12).

A maneira como Maria Celma Borges utilizou a fonte literária nos chamou atenção: como um livro contemporâneo, publicado em 2007, poderia ser fonte para a história da escravidão no sul de Mato Grosso, do século XIX? Será que um romance, fundamentado em acontecimentos históricos, poderia servir para o historiador afirmar a existência de práticas do/no passado? Ou, pensando pelo outro polo, o da ficção, será que o autor de *Senhorinha...* foi talentoso o suficiente para imprimir técnicas de fingimento e impressão de realidade, despertando em seus leitores o sentimento e o entendimento de aquilo que se narrava no romance histórico era a verdade de um determinado passado?

Tal situação nos fez encarar *Senhorinha...* pelo ponto de vista da dupla invenção: ao escrever sua história, o autor de *Senhorinha...* inventava, no sentido imaginativo, um passado que não existiu, mas poderia ter acontecido, onde a mulher se tornava protagonista de suas ações e de seu próprio destino, outrora controlados pelo pai e pelos maridos, simbolizando assim a ideia de “história de resistência feminina na Guerra...”. Ao passo que se reinventava, no sentido de recriação de estilo de escrita, libertando-se da velha forma dos cronistas de se narrar o passado, assumindo novas formas narrativas, como neste caso, a crônica memorialista transformada em romance histórico, mais atraente e interessante às exigências do público leitor contemporâneo, ao mesmo tempo que, no interior da narrativa, mimetizava um historiador leigo trabalhando com fontes e dando forma ao que parecia ser um livro de história sobre uma mulher na guerra.

Com efeito, à medida em que ampliávamos os questionamentos para nossa fonte/objeto, ficou evidente que a reinvenção estava restrita apenas ao gênero literário. Por outro lado,

constatamos que a promessa de uma “história de resistência feminina” trazia consigo diversas outras histórias e memórias, sobretudo da memória coletiva e oficial de Mato Grosso do Sul, tradicionalmente entusiasta dos grandes feitos, como a Guerra do Paraguai, e admiradora dos grandes homens, estes tratados como pioneiros, heróis, bravos guerreiros e etc., o que, por sua vez, obnubilou a personagem feminina da ficção.

A fim de não criar clivagens entre História e Literatura, nesse sentido, deixamos com que a mãe das musas, Mnemosine, conduzisse esta pesquisa. São os fios da memória que nos permitem entender as razões de encontrarmos a presença do passado no presente, embalado por datas comemorativas, pelo simples ato de busca ativa por lembranças ou pelo esforço de rememoração, dos quais Paul Ricouer (2007) atribui como *anamnese*. E ainda, são os rastros, restos e traços da memória que nos permitem afirmar em que grau está a escritura literária do/no presente de ser um exercício de liberdade criadora e inventiva ou de estar comprometida com projetos identitários, porque tem relações com atores e instituições de poderes onde circula este saber. Por isso, a investigação do livro carregado de referência ao passado, como objeto/fonte, tem muito a nos dizer sobre as representações no presente da memória coletiva.

Das dúvidas do professor à crise da história, encontramos na literatura a proficiência de uma fonte que *pari passu* tornara-se objeto, tamanhas foram as possibilidades vislumbradas na arte literária que se ampara fortemente nos acontecimentos históricos.

Para tanto, nos coube indagar, analisar e argumentar o monumento memorial sul-mato-grossense figurado na literatura do gênero romance histórico *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai* (2018), de Samuel Medeiros. Dito isso, procederemos de maneira a dividir esta dissertação em três capítulos.

No primeiro, apresentaremos uma análise detalhada sobre a fonte/objeto literária. Valendo-se da teoria da Literatura e da crítica literária observaremos as questões relacionadas ao gênero do romance histórico, bem como, consideraremos elementos externo e internos à obra, tais como capa, imagens, elementos pré-textuais. Também nos interessa nesta parte da pesquisa detalhar aspectos, tais como tempo, espaço, personagens, narrador e considerações estéticas da obra.

No segundo capítulo, colocaremos em perspectiva as proximidades entre História, Memória e Literatura para entender a produção literária regionalista e memorialista de Mato Grosso do Sul. Além disso, passamos a perceber o lugar social do romance histórico de Medeiros e do próprio escritor. Para tanto, percorremos os caminhos pelos quais as memórias coletivas contida na obra entrelaçam-se com os lugares públicos de memória.

Por fim, no terceiro capítulo, trataremos das questões relativas às representações históricas presentes no texto de *Senhorinha...* sob a perspectiva da literatura memorialista e dos estudos historiográficos, esmiuçando três momentos pretéritos contidos na obra: a colonização, a guerra e o banditismo, para detectarmos o pensamento histórico que perpassa o romance.

CAPÍTULO I

O ROMANCE COMO RETROVISÃO DO PASSADO

1.1 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma resenha à guisa de introdução*

O presente estudo apresenta uma análise da memória sul-mato-grossense que está inserida na literatura do gênero romance histórico que representa a região e seus sujeitos históricos e no qual, simbolicamente, estão contidos na obra *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai* (2018), de Samuel Medeiros, tendo como objeto a memória, o passado e a imaginação a respeito do tempo e do espaço em questão.

Obra de ficção fundamentada em fatos históricos, *Senhorinha...* tem como enredo a luta pela sobrevivência e resistência da personagem da vida real, dona Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa Lopes, que, segundo o livro, esteve na frente de ocupação, ainda na primeira metade do século XIX, nas terras ao sul da antiga província de Mato Grosso e, junto de seus familiares e conterrâneos, enfrentou todos os problemas concernentes ao desconhecido sertão do oeste brasileiro, como bem explora a história e a historiografia regional.

O ponto alto da narrativa é, sem dúvida, a tensão e a guerra envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai entre os anos de 1864 a 1870. Em meio a este episódio histórico de luta entre nações vizinhas, são criadas experiências, emoções e subjetividades para D. Senhorinha que preenchem as lacunas dos poucos vestígios e fontes remanescentes do passado da personagem histórica. Uma destas lembranças mais recuada no tempo a respeito desta mulher é a breve citação que Alfredo d'Escagnolle Taunay faz em seu livro *A retirada da Laguna* (1870), obra que se relaciona com a narrativa de Samuel Medeiros por meio da intertextualidade e do dialogismo.

A narração em *Senhorinha...* segue as idas e vindas da memória e confere certa semelhança com a percepção do tempo natural. Tal recurso poderia causar desorientação no leitor. Porém, a narrativa personifica-se em vários *eus* que têm em comum a busca pelas recordações pessoais e afetivas no passado. Assim, o livro começa com a voz narrativa, em primeira pessoa, que traz uma certa identificação com a biografia e lugar de fala do autor.

narrativa sem alterar essencialmente o original a quem devo a interveniência do professor Hildebrando Camprestini, falecido em 2016, e o inspirador deste livro. (MEDEIROS, 2018, p. 16)

Do primeiro para o segundo capítulo, o autor inicia como um elemento da obra quando enaltece a importância da imaginação e da ficção para preencher as falhas da memória. Posiciona-se, ainda, como um contador de memórias e não deixa de indicar suas referências e lugares sociais, para gradativamente, em seguida, silenciar essa voz e dar lugar a outro narrador, igualmente em primeira pessoa, que procura restos do passado de sua família na cidade de Bela Vista, no atual estado de Mato Grosso do Sul¹². A descrição do cenário e as marcas temporais dadas por este narrador podem ser entendidas como no presente narrativo, de uma narração bem próxima ao presente da escrita, uma vez que se tem a existência do Estado de Mato Grosso do Sul apenas a partir de 1977:

percorri, por vários dias, os arquivos de cartórios e repartições públicas de Bela Vista, Mato Grosso do Sul, vasculhando documentos oficiais, já que o ‘tronco’ da família naquela região de fronteira originou-se naquela cidade, palco de acontecimentos históricos do País (MEDIEROS, 2018, p. 17).

Infeliz na busca de vestígios para a pretensa reconstrução de sua memória familiar, o narrador, que não apresenta seu nome, encontra em um pequeno depósito abandonado nos fundos de uma igreja já mais no interior da cidade um diário com anotações de uma freira redentorista portuguesa chamada Maria Tomé, que registrava o tempo em que viveu em Bela Vista, entre 1904 e 1915, naquele momento, fronteira Oeste brasileira do estado de Mato Grosso. É importante destacar que esse recurso é semelhante ao utilizado por Alfredo de Taunay em *A retirada da Laguna* (1870): em que cada transição de capítulo traz um título que antecipa o tema da narração a seguir. Novamente, na transição de capítulos, o tempo recua e há nova troca de vozes. Neste caso, a narradora-testemunha principal apresenta-se antes de começar a contar suas memórias e impressões sobre d. Senhorinha:

12 Nunca é demais lembrar que Mato Grosso do Sul originou-se do desmembramento da porção norte em 11 de outubro de 1977. O antigo Mato Grosso, desde sua criação no século XVIII, compreendia uma parte setentrional e amazônica – que hoje faz parte do estado de Rondônia –, a região central que compreendia Cuiabá e arredores, e uma área meridional que perfazia o antigo sul de Mato Grosso. É por essa denominação, portanto, que vamos nos referir ao passado de Mato Grosso do Sul anterior a secessão, ou simplesmente pela abreviação ASMT. No entanto, ressaltamos que, pelo caráter híbrido da pesquisa, e por esta referir-se à memória e à literatura, invariavelmente em certas reflexões recorreremos a anacronismos, uma vez para a escrita da literatura memorialista esse recurso temporal é elemento essencial.

Meu nome é Maria Tomé, e a história de minha vida resume-se em poucos detalhes: nasci na cidade de Braga, ao norte de Portugal, onde cresci e estudei as primeiras letras. Logo, com idade suficiente, matriculei-me no seminário local, para seguir carreira religiosa e para a qual me sentia vocacionada, e onde, além de teologia, estudei humanidades e me formei nos idiomas inglês, francês e espanhol. Isso de pouco me serviu, porque logo fui transferida para Lisboa, onde entrei para a Ordem dos Redentoristas e resolvi me dedicar às técnicas de ensino, visando ao trabalho missionário em outros países. (MEDEIROS, 2018, p. 25)

Maria Tomé – personagem não baseada em pessoa que realmente existiu – registra e anota as impressões do presente e as memórias do passado de d. Senhorinha Barbosa Lopes durante o momento em que viveu em Bela Vista, entre os anos de 1904 a 1915. Depois de conhecê-la por meio das atividades paroquiais que exercia, tornou-se íntima de d. Senhorinha, frequentando sua casa e tirando tempo para longas prosas embaladas por lembranças e bolos, memórias e chás, diz Maria Tomé:

Quando cheguei determinada tarde à casa de Senhorinha, começou uma chuva um pouco forte e intermitente, e como custou para estiar, foi um motivo para permanecer por período mais dilatado, dando tempo, assim, para ouvir e registrar em detalhes histórias que a dona da casa, pacientemente, ia me contando. (MEDEIROS, 2018, p. 59).

Além disso, a freira valeu-se das histórias contadas por pessoas da redondeza que admiravam d. Senhorinha como heroína de guerra. Nesse ínterim, teve a oportunidade de compartilhar e ler para d. Senhorinha, que não sabia ler, o livro de Alfredo D'Escrognolle de Taunay, *La Retraite de la Laguna*, em sua versão original em língua francesa, momento que se sentiu duplamente agraciada: de tornar a leitura possível para alguém analfabeto e de esse alguém ser uma personagem do próprio livro em questão. Nesse ponto da narrativa, há o encontro representacional do símbolo do progresso, da civilização, da metrópole na figura da freira; ao passo que a imagem do primitivo, do atraso e da barbárie fica reservada à personagem representada por d. Senhorinha.

A proximidade entre Maria Tomé e d. Senhorinha fez com que a missionária se sensibilizasse com os flagelos e sofrimentos vividos em um contexto de guerra. Dona Senhorinha acabou, desse modo, tornando-se a síntese da dor para todas as mulheres que Maria Tomé teve notícias de terem experimentado os dissabores bélicos: a preta Ana, a mulher sem nome que avançou sobre um soldado paraguaio que ameaçava seu filho, as *destinadas*, mulheres paraguaias que eram obrigadas a acompanhar as tropas guaranis, entre outras.

Salienta-se, inclusive, a habilidade e precisão de detalhes com que a freira portuguesa anotava as rotas por onde passaram as comitivas de colonos, às quais d. Senhorinha integrava, e a descrição de cenas que nem a narradora, tampouco a protagonista presenciaram, mostrando por vezes a variação entre um narrador-testemunha e um narrador intruso, que invade a consciência e as memórias da protagonista: “Estavam os dois comendo num canto, aparentemente obtusos, confundindo-se com a noite, embalde o bruxulear de um tosco candeeiro sobre a mesa. Seus dentes, alvos e perfeitos, destacavam-se na escuridão quando engoliam aos pedaços a carne de tatu e mandioca cozida” (MEDEIROS, 2018, p. 63). Enfim, o que se sabe sobre a protagonista vem principalmente da habilidade de registro e da imaginação criadora da freira redentorista Maria Tomé.

Por sua vez, Senhorinha Barbosa Lopes é protagonista do livro e personagem histórica reconstituída na ficção. Elevada ao *status* de heroína de guerra e eleita madrinha da bandeira republicana pelo 3º Regimento de Cavalaria de Bela Vista, atravessa boa parte da narrativa contando e lembrando sua vida desde quando sua família e a de seu primeiro esposo, Gabriel, saíram de Franca, interior de São Paulo, e fizeram pouso no sertão dos Garcias – à época, vila Santana de Paranaíba situada a sudeste do ASMT, por volta dos anos de 1830. Daí por diante, d. Senhorinha conta à freira, que relata as ações da memória de acordo com a cronologia progressiva, como enfrentou as dificuldades de se viver em local remoto e da ocupação das terras ao Sul de Mato Grosso. Narra em detalhes a dor de ter perdido seus dois maridos, os irmãos Gabriel e José e alguns de seus filhos antes e durante a guerra, bem como sua inabalável fé cristã em São Francisco Xavier.

O ápice da luta e resistência de d. Senhorinha, sem dúvida, está reservado para os momentos em que a protagonista

descrevendo com desgosto aquele momento, continuou: logo que percebeu a escaramuça, entendeu a situação e seus desdobramentos, mas tomada de surpresa e sem iniciativa tentou, primeiro, não se alterar. (...) Como uma mulher viúva com um punhado de filhos menores, encurralada em sua própria casa, poderia fazer alguma coisa? (MEDEIROS, 2018, p. 99).

Na sequência, foi feita refém das tropas paraguaias pela segunda vez e levada, juntamente com seus filhos, para o cativeiro no país vizinho. Destacada como heroína comum pela freira, d. Senhorinha é descrita como amigável e cordial, corajosa e guerreira, “pessoa decidida e capaz, e não mais uma das beatas que aqui comparecem. Exerceu autoridade moral

com dignidade sobre sua família; por sua excepcionalidade acabou respeitada por homens e, embora analfabeta, geriu e preservou seus bens.” (MEDEIROS, 2018, p. 36)

Não obstante o sofrimento, d. Senhorinha conta igualmente as memórias de sua vida amorosa com Gabriel, a quem devota memória afetiva, a dedicação no trato do lar, os momentos de fé, de distração e, principalmente, a luta para manter intacto os espólios de seus maridos. Seu reconhecimento como heroína da pátria, finalmente - e concomitante ao desfecho da narração da freira, foi alcançado, quando o destacamento militar da cidade de Bela Vista, antigo Sul de Mato Grosso, resolveu condecorá-la como madrinha na nova bandeira republicana, em 1912. Sua sagração civil foi também a consolidação da República e da soberania nacional, uma vez que “enquanto a bandeira subia, uma brisa soprava do Sul, posicionando o pavilhão na direção do interior do País, indicando os rumos da nacionalidade” (MEDEIROS, 2018, p. 128).

Após a narração da morte de d. Senhorinha e os últimos lamentos fúnebres, a freira encerra o diário com assinatura, data e local. No entanto, o romance não se encerra aí. A voz do narrador do início, aquele que encontrou o diário da freira Maria Tomé, retorna com as mesmas características do início, com um tempo próximo ao presente da narração e em primeira pessoa, e, dessa maneira, passa a explicar a importância daquela publicação e do destino trágico dos manuscritos originais da freira: se deterioraram após serem encharcados por uma chuva que arrebatou o local onde repousavam.

Aqui terminaram as memórias de Senhorinha Barbosa, tais como narradas à freira naqueles envelhecidos alfarrábios carcomidos pelo tempo. Não tive notícias se outra pessoa manuseou esse trabalho antes, porque a direção da igreja que nos emprestou não soube me informar e, quando lá voltei, muitos anos depois, os padres eram outros, comentei o assunto com os atuais que nem sabiam que eu tivesse levado os papéis, os quais, aliás, já haviam sido destruídos acidentalmente. (MEDEIROS, 2018, p. 155)

A partir de então, nova mudança de voz na narração: entra em cena uma voz impessoal em terceira pessoa para tecer comentários no capítulo intitulado de *notas históricas*. Três pontos são abordados por essa narração: a chegada das famílias Lopes e Barbosa ao Sul de Mato Grosso; a negociação para libertação de d. Senhorinha do primeiro cativo no Paraguai; e, por último, insere-se a imagem do que seria o documento original do inventário de José Francisco Lopes, cunhado e segundo marido de d. Senhorinha, bem como são levantadas conjecturas sobre o não reconhecimento de outras fazendas que estabelecera morada e pouso, além daquelas que já lhes eram de direito. A narrativa finda-se com a seção *bibliografia básica* onde são

apontados livros, instituições e pessoas que contribuíram para a pesquisa e, possivelmente, para a escrita do livro.

Por sua vez, quem gesta voluntariamente a memória de d. Senhorinha é o advogado e escritor que se auto proclama como memorialista¹³ Samuel Xavier Medeiros. Nascido em Bela Vista, ASMT, cidade que faz fronteira com Bella Vista Norte – PY, Medeiros viveu boa parte de sua infância e juventude no município vizinho de Jardim. Sua relação com a fronteira Brasil-Paraguai está para além do nascimento, porque parte de sua ascendência provém do país vizinho. O escritor, igualmente destaca e reivindica a fundação daquela região, uma vez que “meu pai e minha mãe descendem de família de formadores da colonização do sul do Estado, lá de Bela Vista, que são os Medeiros [que] vieram naquela leva de fugidos das revoluções gaúchas, no final do século XIX”. (MEDEIROS, 2011, p. 252)

Para a composição de seus livros Samuel Medeiros alia suas várias influências literárias às observações, impressões e memórias dos locais em que viveu e trabalhou, como fica evidente em *Memórias de Jardim* (2002), narrativa memorialista de estreia do autor. Seu segundo livro, o romance histórico *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de resistência feminina na Guerra do Paraguai*, lançado em 2007, foi escrito no mesmo estilo do primeiro, ou seja, mesclando memória individual e coletiva, com telurismo local e invenção, porém numa prosa encadeada e longa. Após ouvir a “sugestão do professor Hidelbrando Campestrini, para que continuasse no ritmo do livro anterior” (MEDEIROS, 2011, p. 254), Samuel Medeiros reuniu o *ouvi-dizer* da existência de dona Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa Lopes a partir da memória coletiva da região em que a personagem viveu e que coincide com os locais em que o autor nasceu e cresceu. Além disso, realizou pesquisas documentais e bibliográficas para *preencher* o perfil das personagens que figurariam no romance *Senhorinha...* (MEDEIROS, 2011, p. 254)

Profissionalmente, o autor de *Senhorinha...* tem formação em Direito e trabalhou boa parte de sua vida no serviço público. Após ter vivido longa data em Curitiba, capital do Paraná, transferiu-se para Campo Grande, onde se aposentou. Na capital sul-mato-grossense, milita na União dos Escritores Brasileiros de Mato Grosso do Sul (UBE-MS) e tem assento nas principais entidades literárias e históricas de Mato Grosso do Sul, entre elas o Instituto Histórico e

13 Essa designação é feita pelo próprio Samuel: “Minha leitura principal são os grandes romances. Por essa opção, considero-me um escritor de tendência memorialista”, disponível em <<http://acletrasms.org.br/portfolio-item/samuel-xavier-medeiros/>>, acesso em 26 de maio de 2020. Ver também biografia do autor em MEDEIROS, 2011, p. 254; _____, 2018.

Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e a Academia Sul-mato-grossense de Letras (ASL), ocupando nesta última a cadeira de número 26 desde dezembro de 2015.

Apesar de se considerar um “escritor bissexto” por não produzir grandes e extensos números de livros, Medeiros atua como defensor de uma literatura sul-mato-grossense que seja conhecida fora do Estado. Para ele, além de o Estado não contar com uma ou mais editoras que cuidem não apenas da impressão, como também da distribuição, os literários pecam ao limitar-se a pequenas edições, sobretudo diante dos financiamentos públicos, “com medo de encalhar”. (MEDEIROS, 2011, p. 259)

1.2 Romance histórico: uma ressignificação do passado

Nesta parte da pesquisa, adentramos no específico literário que (re)apresenta o memorialismo de Mato Grosso do Sul na contemporaneidade. Para tanto, abordaremos as questões que envolvem o gênero romance, tendo como suporte teórico-conceitual a Teoria e a História da Literatura, principalmente as mais recentes, que versam sobre o específico *histórico* como qualificante do romance. As reflexões e proposituras de Lukács (2009; 2011), Candido (1975), Bastos (2007), Lima (2006), Esteves (2010) e Weinhardt (2011) servem de amparo no entendimento sobre o surgimento do romance moderno, sua rápida difusão no contexto social do século XVIII e XIX, e, ainda, a constância do gênero em não ter formas, temas e conteúdo rígidos, tornando-o tão inclassificável quanto o transmutável.

Ante o citado amparo, poderíamos dizer que o romance é um gênero em constante mudança e bastante avesso às convenções clássicas, ao contrário da epopeia, seu antecessor. Por isso, desde seu advento moderno, dificilmente foi considerado um gênero puro; ao contrário, mescla-se com outras linguagens da vida social. Exemplo disso é a conjunção de linguagens que Alfredo Taunay trouxe para o romance *Inocência*, quando aliou suas memórias registradas de viagens pelo sertão à experiência pictórica adquirida da bagagem cultural familiar (MARETTI, 1996), lançando as bases do romance regionalista no interior do Romantismo, juntamente com José de Alencar.

De maneira geral, poderíamos enquadrar o romance apenas como uma narrativa longa em prosa que traz personagens imaginários, dados como reais pela verossimilhança, descrevendo sua psicologia, suas aventuras e seu destino. No entanto, para um objeto notadamente polifórmico, caberia acrescentar que, na ficção romanesca, enreda-se o indivíduo

em sua experiência particular, criador do próprio destino e desprovido de guias morais duradouros, como mitos, heróis, religiões, ancestrais, tradição e história. Desse modo, o romance é não apenas a expressão “de que tanto a totalidade subjetiva da vida quanto sua relação com os sujeitos nada têm em si de espontaneamente harmonioso”, pois, na urdidura do enredo romanesco, descobre-se e se constrói, “pela forma, a totalidade oculta da vida” (LUKÁCS, 2009, p. 56).

Nesse sentido, o fato de o romance moderno ter surgido em meio a várias posições de conceituação dos gêneros literários, nos contextos dos séculos XVIII e XIX, fez com que firmasse alianças com formas discursivas que lhe abonassem seriedade, para não ser confundido com o velho *romance* de origem medieval. Portanto, o romance é de natureza aberta e de modalidade receptiva a diversas outras formas discursivas, ficcionais ou não, como o ensaio, a epistolografia, o memorialismo, o jornalismo e, naturalmente, a historiografia. (BASTOS, 2009)

Talvez por carregar em sua essência a noção bakhtiniana de ser um gênero por se constituir, e ainda inacabado, ao mesmo tempo que é extremamente permeável, seja um tanto controverso atribuir ao romance histórico a classificação de subgênero do romance. É neste quesito que aquele se diferencia dos demais: a matéria de extração histórica na composição da narrativa.

Segundo o crítico Georg Lukács em seu livro *O romance histórico* (escrito em 1936 e publicada em 1955), o precursor do gênero romance histórico seria o escritor escocês Walter Scott, que expressa as características fundamentais do estilo em diversas de suas publicações. No entanto, é no romance *Ivanhoé* (1819) que o gênero romance histórico se consolida e, a partir de então, é seguido como base para classificar os escritos posteriores como tradicionais ou como sinal de mudança ou ruptura no gênero. (ESTEVEZ, 2010)

Observemos a maneira como o narrador abre a história em forma de sumário descritivo que integrará um dos panos de fundo histórico em *Senhorinha...*

Senhorinha Maria da Conceição Barbosa Lopes, a mulher de José Francisco Lopes, o guia que ajudou a conduzir as tropas brasileiras na Retirada da Laguna. (...) figurou grande parte de sua vida sozinha nos momentos mais envolventes da Guerra do Paraguai, e especialmente num contexto anterior à guerra, quando a disputa de limites de fronteiras do Paraguai com o Brasil se arrastava desde a época colonial. (MEDEIROS, 2018, p. 14)

O grande evento do passado, sem dúvidas, é a Guerra do Paraguai. Aliás, tal acontecimento constitui não apenas as marcas de temporalidade no romance, qual seja, a segunda metade do século XIX, como também conecta a história nacional com a regional através da campanha, no teatro da guerra, desenrolada na província do antigo Mato Grosso contra a investida dos paraguaios sobre esta parte do território nacional. Entretanto, as marcas de historicidade que ajudam a compor o telão de fundo em *Senhorinha...*, tanto retrocedem como avançam no tempo, tendo em vista recorrerem às disputas e ocupação na fronteira entre Brasil e Paraguai que antecipam a Guerra do Paraguai e ao assentamento de não-indígenas nas raias fronteiriças, período que adentra o século XX no seu limiar.

Além de contar com o tempo marcadamente histórico em episódios eternizados pela memória nacional, outra característica dos modelos clássicos de romances históricos é a notada “a presença de figuras históricas proeminentes que não escondem a identidade e atuam em episódios atribuídos às suas vidas, sem desviarem-se de seu tempo” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 57). Ao ler nossa fonte literária, somos notificados pelo narrador da tal presença ilustre que, à guisa da falta de detalhes sobre ela, terá sua biografia ficcionalizada.

Os pontos históricos básicos minimamente registrados de sua vida resumem-se (...): oriunda de família do sul de Minas que veio para a Província de Mato Grosso, casou-se com Gabriel Francisco Lopes em Paranaíba, viajando para a fronteira, onde estabeleceu as posses de terras. O casal estava com uma fazenda em formação, nas margens do rio Apa, quando ele foi morto por escravos. Um mês depois, foi capturada pelos paraguaios, permanecendo no país vizinho por quase um ano, sendo resgatada por gestões diplomáticas do Império. Ao regressar, casou-se com o irmão de Gabriel, José Francisco Lopes (o guia), e enquanto este se encontrava em viagem, foi capturada pela segunda vez, permanecendo por mais cinco anos no interior do Paraguai. Quando novamente regressou, ao final da guerra, seu marido José estava morto, vítima de cólera-morbo. Prosseguiu sozinha até o final da vida, morrendo em Bela Vista, cidade na fronteira Brasil-Paraguai. (MEDEIROS, 2018, p. 15/16)

Herdeiro da tradição de escrita memorial regionalista, o romance histórico *Senhorinha...* carrega a marca da inovação, se considerarmos que a narrativa memorialística é colocada em um gênero que é, ao mesmo tempo, bastante mutável e, por isso, passível de aceitar novidades; por outro lado, lança ao público leitor um gênero literário que é pouco representado em Mato Grosso do Sul. Embora haja farta produção de contos, crônicas e poesias, Rosa (2011) notifica a respeito da falta do romance representativo da região:

A Literatura Sul-Mato-Grossense ainda não produziu grandes romancistas. Os romances, que recriam de forma estética a região, foram escritos por autores de outros estados como *Inocência* e *A retirada da Laguna*, de Visconde Taunay. *Selva trágica*, de Hernani Donato e *Sempre viva*, de Antônio Calado têm como cenário Mato Grosso do Sul e seus conflitos. (ROSA, 2011, p. 326)

O lamento no registro acima, entretanto, está muito mais ligado ao sentimento de falta/vazio por não ser visto, enquanto identidade regional, através de um romance que fosse capaz de, ao mesmo tempo, valorizar a natureza do local, ser escrito por um indivíduo sul-mato-grossense (de nascimento ou de vivência) e, ainda, reconhecido pelo elevado grau estético, artístico e filosófico. Aqui faz-se um paralelo, apoiando-se nas reflexões de Sandra Pesavento¹⁴, com o romance *O tempo e vento* (1949), de Érico Veríssimo: será que *Senhorinha...* poderá ultrapassar as fronteiras da ficção, consagrando sua narrativa como uma verdadeira “história do Mato Grosso do Sul”, narrada através da saga dos Barbosa e dos Lopes, famílias cujas origens se entrelaçavam com as daquela região da fronteira, no Oeste do Brasil? Talvez pela carência de um romance representativo da região aos moldes de *Iracema* ou *Grandes Sertões*, é relativamente corriqueiro na mídia de massa local a recorrência à poética de Manoel de Barros como sendo a literatura que representa o Estado, dada seu reconhecimento pela crítica e pela fama adquirida por Barros no exterior, e por entenderem que o poeta representa a identidade de Mato Grosso do Sul, por retratar metalinguisticamente figuras do Pantanal, mesmo que essa classificação de “poeta regionalista” seja avessa à estilística manoelina¹⁵.

Senhorinha..., enquanto romance que carrega consigo a “especificidade histórica do tempo da ação condicionando o modo de ser e de agir das personagens” (LUKÁCS, 2011), portanto histórico na motivação e no enredamento da narrativa, pode ser melhor conhecido se considerarmos a perspectiva da História do livro à Teoria e História da Literatura.

Esta vertente da história cultural entende que livros, manuscritos e impressos devam ser analisados na ordem do discurso, cujo sentidos, usos e apropriações assumidos numa forma, são partes do processo de produção, de comunicação e recepção do livro. Desse modo, não se

14 PESAVENTO, S. J. A Memória da Terra: Missão feminina – Leitura do sul do Brasil a partir d’o Tempo e o vento, de Érico Veríssimo. In.: _____ **Érico Veríssimo: romance da história**. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

15 Para certa crítica especializada e acadêmica, há o entendimento de que o poeta Manoel de Barros em suas obras está mais (des)preocupado em brincar com as palavras, isto é, transfigurar bichos, seres e coisas (in)significantes em poesia. O olhar torto do poeta desconcerta a natureza, como uma criança que atribui sentimentos e atitudes humanas a caramujos e pedras, transubstancia esse conteúdo oblíquo em poesia. Sua relação com “a natureza, em todos os seus aspectos, o universo, enfim, a palavra são os responsáveis pela motivação do artista”, sendo que “a prosa poética de Barros revela (...), muito mais a preocupação estética que a simples valorização do Pantanal (...)” (p. 39). Cf.: SOUZA, José Antônio de. **Literatura e identidade cultural em MS: algumas fronteiras e a (des)identificação com o Pantanal**. Tese (doutorado) em Letras. UEL – Londrina, pp.: 37-40, 2008.

pode deixar de lado os dispositivos técnicos, visuais e físicos que inserem o livro em uma ordem cujas “formas comandam a imposição de sentido, os usos que podem ser investidos e as apropriações às quais o livro está suscetível” (CHARTIER, 1994, p. 07).

Debrucemo-nos, pois, em perscrutar a natureza do romance histórico *Senhorinha Barbosa Lopes*.

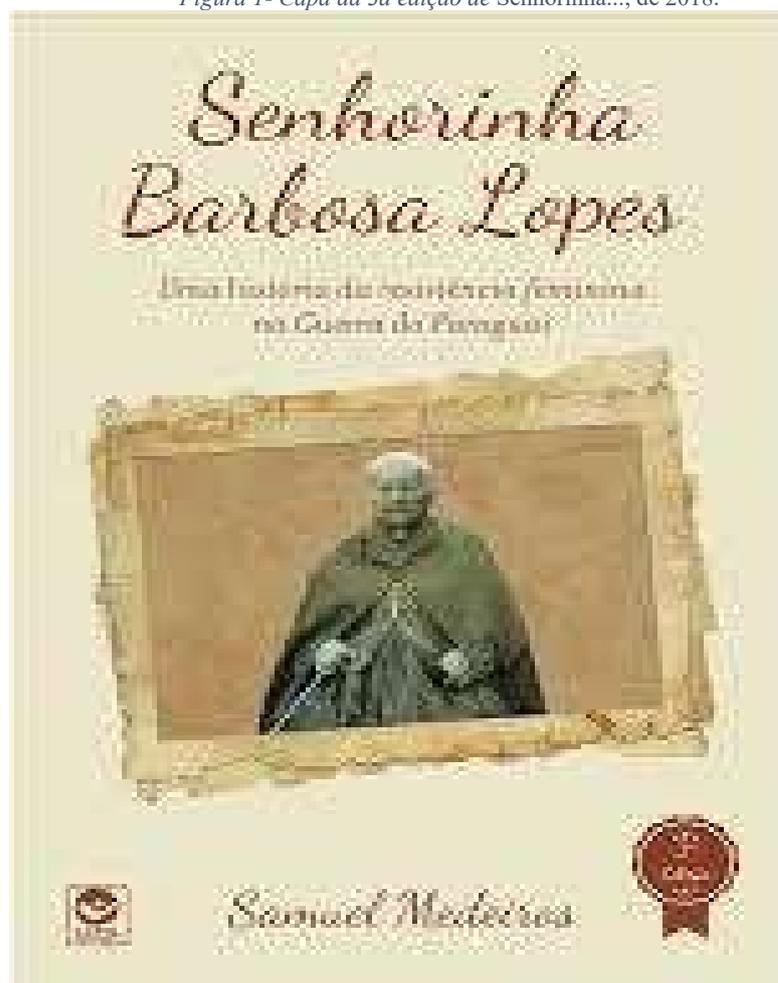
1.2.1 O livro caminha no rastro de suas personagens: por uma estética da recepção

E o que esperar, no horizonte de expectativas, de um livro que de início, em sua capa, se propõe a revelar *uma história de resistência feminina na Guerra do Paraguai*? Quais recursos empregados na obra podem produzir no leitor um “efeito de verdade” e, por consequência, fazê-lo entender que a história narrada seja um texto ‘verdadeiro’? O “efeito de verdade” é o verossímil, “aquilo que não é necessariamente o verdadeiro, mas o que parece sê-lo, graças à coerência da representação-apresentação fictícia” (LEITE, 1997, p. 12). Buscamos nesta parte do trabalho analisar e compreender os elementos da capa e do pré-romance em *Senhorinha...* para entender a maneira pela qual a verossimilhança é utilizada na composição da obra.

Colocar um livro à apreciação do público é encaixá-lo num sistema vário e complexo que depende do universo do gosto, do espaço, do hábito de leitura em uma certa sociedade. As escolhas gráficas e editoriais podem fomentar e fazer circular uma leitura, como podem relegá-la ao limbo das letras. Uma capa bem trabalhada é capaz de captar o fio narrativo ou o drama da personagem, além de poder antecipar leituras, despertar curiosidade, identificação, empatia, o que faz com que o texto seja melhor conhecido.

Destacamos, assim, alguns sentidos que emanam da capa de *Senhorinha...* A primeira leitura é do nome da personagem protagonista que vem centralizado na parte superior e destacado pelas letras grandes e em estilo cursivo. Apesar da grafia destacada para nome-título, o que chama atenção é a fotografia centralizada da biografada. O olhar de d. Senhorinha é sério e com o poder de penetrar a alma do interlocutor. Certamente, o signo emitido pela fotografia é capaz de despertar a reminiscência da memória involuntária do observador, rasgo de afecção que provavelmente traz à lembrança um ente querido que se assemelhe à senhora retratada, de olhar isento de fingimento ou de brincadeira e que carrega as cicatrizes do tempo em sua expressão.

Figura 1- Capa da 3ª edição de *Senhorinha...*, de 2018.



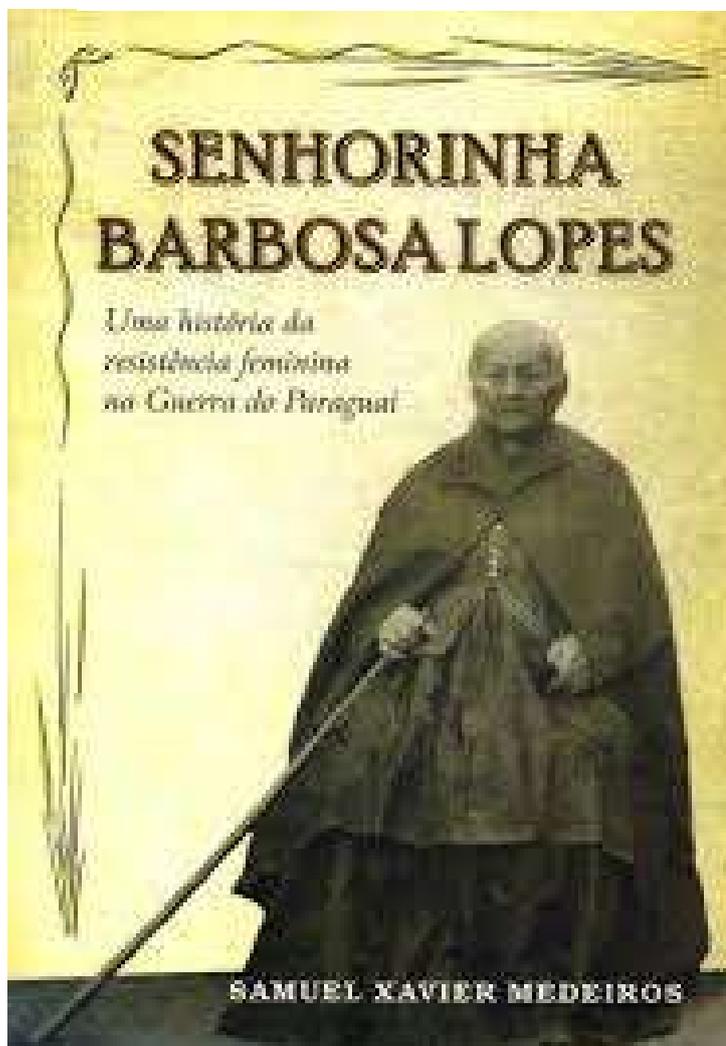
A dona Senhorinha estampada na capa do romance de Medeiros em sua 3ª edição é parte recortada de uma fotografia que figura no *corpus* de imagens do romance. A descrição é de que foi “tirada na Fazenda Campeiro, em setembro de 1908” (MEDEIROS, 2018, p. 123) e nela d. Senhorinha está acompanhada de dois parentes e um amigo. Recortada e chamada a conferir a abertura da obra, a protagonista é apresentada em cores cuja tonalidade oscila de cinzento-acastanhado à marron-escuro.

Esses tons de sépia foram trabalhados de forma a criar um plano de fundo predominante no tom castanha, possibilitando destacar os tons cinzentos que banham a imagem de d. Senhorinha e a colocam em primeiro plano. A moldura que contorna a imagem simula um papel desgastado e carcomido pela ação do tempo.

Nessa visão, o retrato fotográfico personifica aquele nome quase desconhecido, dá forma à imagem mental do leitor e, principalmente, substitui a ausência. Ademais, a narrativa fotográfica que acompanha a última edição do livro é composta por quinze imagens, entre as quais d. Senhorinha figura em cinco. Nas outras, figuram seus dois esposos, filhos e filhas,

agregados, Samuel Medeiros com um neto de d. Senhorinha e *fac-símiles* de documentos. A reprodução dessas imagens contribui para a reconstituição de um quadro social e, de certa maneira, imprime maior verossimilhança ao romance de Medeiros.

Figura 2- Capa da 1ª edição de *Senhorinha*, de 2007.

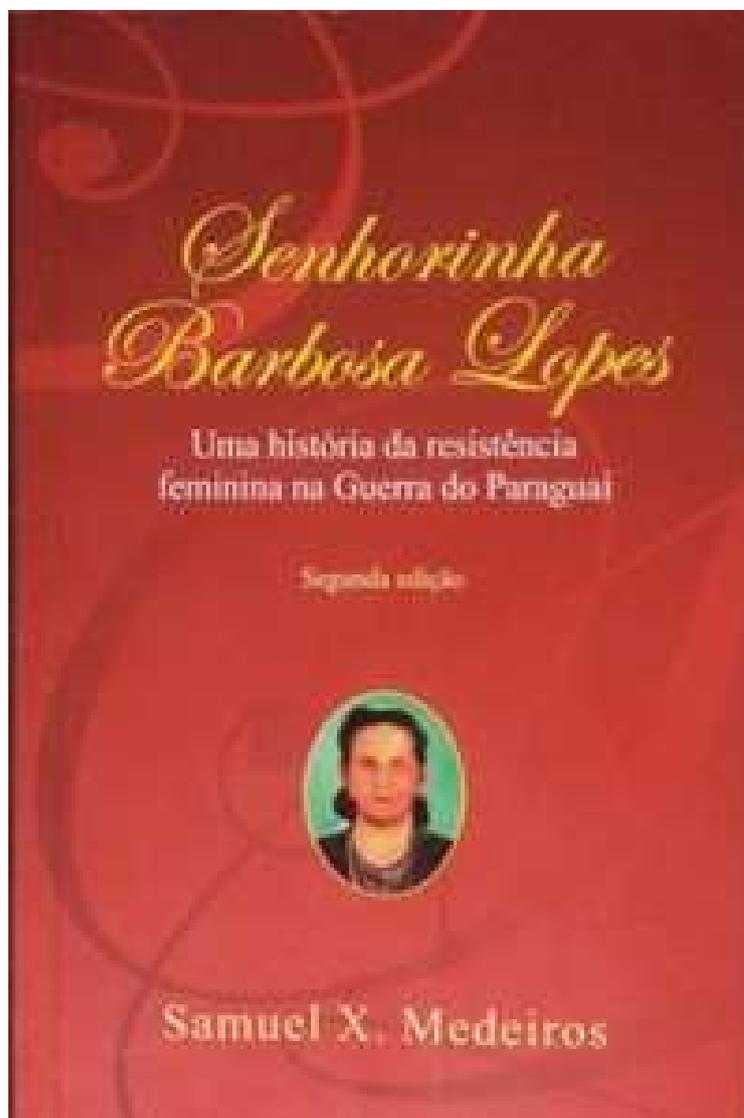


Sob um alinhamento gráfico muito similar, a terceira edição exhibe retorno aos traços e signos da primeira edição. A imagem da capa de ambas as edições é a mesma, com a diferença da ampliação da fotografia de dona Senhorinha na edição de 2007. Por conta dessa amplitude de imagem, o que mais se evidencia é a personagem feminina tal como descrevemos acima e se pode também constatar na ilustração abaixo.

Contrariando os projetos de capa das edições um e três, na segunda edição optou-se por uma imagem reduzida de uma pintura do busto da biografada. Esta gravura diminuta e centralizada, combinada com o fundo vermelho e o título de cor amarela, contrasta com as outras edições, sendo, desse modo, uma capa que se destaca mais pelas cores quentes e vivas do que por signos e símbolos atrativos. Ainda em comparação com a 1ª e 3ª edições, a capa da

segunda edição, tal como se verifica abaixo, estimula menos a curiosidade do leitor para além do título-tema da obra.

Figura 3- Capa da 2ª edição do romance *Senhorinha...*, de 2012.



A segunda edição do romance *Senhorinha...* veio em 2012 com o selo do IHG/MS com escolhas editoriais de capa que minimizaram a impressão anteriormente levantada, justamente pela imagem ser de d. Senhorinha mais jovem e num plano bastante reduzido, se pensarmos que o título do romance é o nome da protagonista e, portanto, dado o estilo e a grandeza da fonte a grafar tal nome-título, a fotografia da matriarca ficou aquém da proporção do diagrama da capa.

O empenho ilustrativo e as mudanças editoriais são percebidos quando comparados às três edições de *Senhorinha...* Nessa perspectiva, a inserção de novas imagens combina-se com estratégias de editoração e de venda que, ao que tudo indica, intenta buscar a atenção do leitor. Desse modo, a diagramação é um ponto forte para atrair a atenção de um público que não se

sentiria atraído apenas pelo título-tema da publicação. Possivelmente, esta foi uma das estratégias escolhida pela *Life Editora* para a 3ª edição título e que ainda é possível verificar, no momento desta redação, à venda no sítio eletrônico da editora. A ausência de indicação de financiadores para esta última edição nos leva a concluir que, ou houve acordo de exclusividade na editoração, impressão e distribuição com a editora, ou que foi financiada pelo próprio escritor. Diferentemente, a primeira edição teve financiamento público por parte da prefeitura de Campo Grande/MS, com impressão de Gibim editora; já a segunda, obteve patrocínio da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, autarquia estadual, e leva o selo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

A capa de um livro, seus signos, códigos, imagens e combinações de palavras, formam o conjunto que é a primeira imagem a ser percebida pelo leitor. No contemporâneo, uma capa trabalhada em estética digital, com signos reconhecidos por uma geração jovem podem atrair esse público para um texto clássico como o de *Dom Quixote*. Na renascença, a apresentação do texto poderia se dar por uma capa semelhante à forma das monografias atuais, em que se escalasse o título, a instituição e se oferecesse uma dedicatória para o monarca que financiava ou autorizava a publicação. A história do livro, dos textos e da leitura, pode nos dizer algo sobre o sucesso de circulação da obra na época de seu lançamento ou de seu banimento e esquecimento pelo fracasso em apresentar uma leitura que atenda a demanda do público leitor. Precipualemente, a opção editorial da capa “induz uma leitura, fornecendo uma chave que indica através de que figura deve ser entendido o texto” (CHARTIER, 1988, p. 179), qual seja, em *Senhorinha...*, a matriarca vivida e experimentada que é lembrada no presente como respeitável, de fibra e valente.

Após analisar os elementos gráficos da capa de *Senhorinha...*, adentraremos no livro sem, contudo, tratar da história narrada. Chamou-nos a atenção as alterações extratextuais, esses elementos que compõem o romance e, no entanto, sua alteração ou supressão não afetaria a totalidade da narrativa ficcional ou o destino da personagem protagonista. Destarte, a ordem e o rearranjo dos elementos extratextuais, tais como, epígrafe, prefácio, sumário e introdução trazem não apenas “alguns retoques de redação e pequenos acréscimos de dados” (MEDEIROS, p. 16, 2018), segundo a voz narrativa da terceira edição, como também sugerem a diminuição da presença do autor.

Antes, contudo, é importante destacar alguns entendimentos a respeito da figura do autor. De acordo com Roland Barthes,

desde que um fato é contado, para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real, isto é, finalmente, fora de qualquer função que não seja o exercício do símbolo, produz-se esse desligamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escritura começa.” (1988, p. 65)

O linguista decreta a morte do autor, nesse entendimento, no nível do simbólico, ou seja, no interior da escritura, na tessitura do texto, onde quem fala são as vozes dos narradores, por isso aquele que diz “eu” não é uma “pessoa” e, sim, um “sujeito” vazio, fora da enunciação que o define, embora suficiente para “sustentar” a linguagem, isto é, para exauri-la. (BARTHES, 1988).

Entretanto, Michel Foucault, mesmo que concorde com Barthes na afirmação de que o nome do autor não passa do interior do discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, chama atenção para a *função autor*, em que o nome do autor

Funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso (...), e o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, (...) se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (2006, p. 273)

Assim sendo, discursos e autores fazem parte da estrutura arqueológica do saber dessa dada cultura.

Em virtude dessas considerações sobre a figura do autor, retornemos para a análise da fonte literária romanesca. Direcionando nosso olhar novamente às capas das edições do livro, o primeiro retoque identificado nas *presenças* do autor é a compressão e supressão do nome estampado na capa, que varia nas três edições de uma para outra, consecutivamente, de “Samuel Xavier Medeiros” a “Samuel X. Medeiros”, até, finalmente, “Samuel Medeiros” para a impressão de 2018. Poderíamos cogitar que a supressão gradativa do nome do escritor está ligada a aspectos de apresentação, diagramação ou até mesmo de um “nome comercial” e/ou “artístico” para o autor. Entretanto, quando comparadas as três edições e se avança para o interior da narrativa, outras modificações corroboram para a noção de anulação da presença do autor para dar lugar aos vários narradores do romance.

Com efeito, no que diz respeito aos elementos pré-romance, percebemos nos rearranjos entre edições o mudar de título e de posição de textos de caráter técnico, introdutório ou explicativo, como epígrafe, prefácio, introdução, sumário, etc., na marcha do romance. Antes, contudo, convém esclarecer que a disposição dos elementos pré e pós textuais

é sempre uma livre escolha daqueles que gestam o texto, sobretudo escritor e editor, antes de chegar ao conhecimento do leitor e da crítica. Apenas não dispõe de tal liberdade, para os textos contemporâneos, salvo haja disposição específica que imponha uma sequência ou uma hierarquia na ordem do texto, como é o caso de concursos literário por editais ou monografias acadêmicas.

Em *Senhorinha...*, por exemplo, a transposição e renomeação de um desses textos pré-romance causa estranhamento e deixa rastros de uma presença considerada supostamente morta. Depreende-se dela a apresentação dos motivos e intenções do romance, aludindo ao encadeamento entre ficção, história e memória, ao sumário descritivo dos fatos históricos e à dados da protagonista. Sua titulação foi renomeado entre edições sendo, consecutivamente, “Introdução”, “Nota do autor” e “Prólogo”; há, ainda, a inserção de epígrafe na segunda e terceira edições, e um acréscimo de redação da terceira edição em um parágrafo. Um último detalhe para este texto, no plano simbólico, é o recurso da metanarrativa, isto é, quando no interior da narrativa a voz enunciativa explica o método de construção do enredo, do tema e/ou das personagens.

Após apontar o trânsito e a mutação do elemento pré-romance e delinear sua composição, observemos o caso específico da segunda edição de *Senhorinha...* que leva o selo do IHG-MS. Seus componentes de abertura são totalmente avessos se comparados às demais edições. No tocante ao elemento aludido antes, notamos que sua posição encontra-se nas primeiras páginas, logo após folha de rosto, ficha bibliográfica, uma apresentação assinada pelo presidente do IHG-MS, Hildebrando Campestrini, e o prefácio de Valmir Batista Correa. Esta presença logo no início de “Notas do autor”, antes mesmo do índice e da epígrafe, rompe com a sequência e transição de voz narrativas que desaguam no romance propriamente dito estabelecido na primeira e terceira edições. Com esse deslocamento e retitulação, temos a impressão de que o autor “aparece” nessa segunda edição mais do que nas outras.

Nesse sentido, olhar para a história dos gêneros textuais e tipográficos, segundo Roger Chartier, é a base de apoio para um projeto de história dos discursos, uma vez que o

Estudo crítico e genealógico dos discursos em séries pode pois, apoiar-se no projeto que visa cruzar para cada texto ou cada conjunto de texto considerado, a história das variações da sua letra e das transformações da sua passagem a objeto impresso. (CHARTIER, 1988, p.133)

Será que a estratégia de editoração poderia deixar o livro “mais histórico” do que ficcional, ressaltando a presença do autor? Quiçá, por ser editorado pelo IHG-MS, o intento

seria delinear de início o “método de escrita da memória/estória”? Evidentemente, essas marcas de presença do autor em *Senhorinha...* somente são percebidas se alinhadas as três edições. No romance contemporâneo, a figura do autor não passa da capa para dentro. No entanto, para nossa análise, que não se restringe apenas aos componentes técnicos de composição do romance, seguir os rastros do autor é fundamental para entender que tipo de saber está sendo impresso no romance histórico.

Em uma sociedade como a sul-mato-grossense, estruturada sob a força econômica da pecuária e, mais recentemente, da agroindústria, onde, historicamente, as famílias detentoras da terra são, em grande parte, as mesmas assentadas no poder político desde o Mato Grosso uno, passando de geração em geração o poder político-econômico até nossos dias para herdeiros, agregados, camaradas; onde mantêm, desde a emancipação, representantes nas academias, institutos e fundações que procuram dar a sua representação à cultura da região, não seria de todo impertinente perguntar, parafraseando Foucault, *qual é a função do autor?* na estrutura cultural e do saber na sociedade sul-mato-grossense? Nas palavras do historiador Durval Albuquerque Júnior, ao se referir sobre Foucault, diz que “não há poder sem a produção correlata de um saber, não há espaços de poder que não sejam imediatamente espaços de saber”. (2008, p. 58)

Passemos, pois, para os elementos textuais do romance no que concerne à constituição das personagens femininas em *Senhorinha...*

1.2.2 É na trama que o ser se realiza: os caminhos das personagens femininas

Deter-nos-emos, a partir daqui, na análise da constituição das personagens femininas em *Senhorinha Barbosa Lopes*. As personagens Maria Tomé e d. Senhorinha trazem representações do universo feminino, muito embora suas características estejam sempre subordinadas ao olhar do narrador. Em outros termos, para abordarmos a personagem feminina de d. Senhorinha, invariavelmente, teremos que olhar pela mesma ótica da personagem feminina representada pela freira Maria Tomé, uma vez que é pela voz narrativa da freira redentorista portuguesa que conhecemos os rastros, restos e traços que compõem as características fundamentais da protagonista e do próprio romance.

Da mesma maneira, ou seja, pelo viés da narradora-testemunha e personagem Maria Tomé, tomaremos conhecimento das representações que caracterizam as personagens subalternas na narrativa romanesca. É a presença do indígena e do escravizado, personagens

sem rostos, sem fisionomia definida que, no entanto, estão presentes no romance e ajudam a preencher o enredo.

Antes, contudo, devemos retomar certos conceitos que permeiam a teoria da literatura, concernentes à caracterização das personagens de ficção. Quando iniciamos a leitura de um romance, entramos em um universo particular de aventura, de sonhos, de uma realidade nunca antes imaginada por nós ou de um pesadelo jamais desejado por ninguém. De maneira mais simples, o romance é uma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes fatos. O enredo, colocado em um ambiente e temporalidade, tem todo tipo de problema, destino, acaso ou sorte, que, bem ou mal, a personagem vive no romance. Elaborados pela técnica de composição, esses elementos em conjunto, repassam ao leitor uma ideia, um valor ou um significado.

Nessa teia que representa o desenvolvimento novelístico, a personagem é o elemento mais vibrante, pois é ela quem vive o enredo e as ideias ali expostas. Para Antonio Candido (1970) o ser fictício tem afinidades e diferenças com o ser vivo e, neste quesito, reside um dos problemas, e ao mesmo tempo consagração enquanto arte, da ficção: a questão da verossimilhança. E a pergunta é: é possível para um ser fictício existir?

De antemão, a crítica literária concebe que o ser fictício existe enquanto possibilidade, “isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial” (CANDIDO, 1970, p. 55). No interior desta problemática, a personagem da ficção é e não é como o ser humano, já que este último é constituído de continuidades e descontinuidades, de percepções físicas e espirituais, de substâncias finitas e dimensões existências infinitas. Desse modo, o ser uno é sempre fragmentário, incapaz de ser abrangido em sua personalidade. Quando sua noção é elaborada por outrem, será sempre incompleta, estilhaçada. Nisso, alude Candido, a psicologia moderna ajuda a entender que o mistério do ser humano é, no plano metafísico, o mistério da própria existência.

Durante a marcha do romance moderno, desde o século XVIII, os romancistas tentam trazer para a caracterização das personagens a concepção de homem de cada período; contudo, não escapam à alternativa de abordá-las de maneira fragmentária, insatisfatória, incompleta com que elaboramos o conhecimento de nossos semelhantes. Ainda segundo Candido (1970), a diferença entre *Homo sapiens* e o *Homo fictus* é que este é criado, estabelecido e racionalmente dirigido pelo escritor, que o delimita e o encerra numa estrutura elaborada. Por isso, a personagem da ficção é mais coesa, menos variável, porque há nela uma linha de coerência, apesar de não ser, por isso, mais simples que o ser vivo. Combinada pela técnica e

fixada pelo escritor, existe uma lógica da personagem que pode variar na interpretação, porém, “o escritor lhe deu uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser” (CANDIDO, 1970, p. 59).

Feitas essas considerações, passemos para a descrição das personagens femininas em *Senhorinha...* Como aludimos antes, conhecemos a protagonista deste romance pelo olhar de Maria Tomé, logo, será por ela que começaremos.

A personagem da freira se apresenta deixando marcada suas características logo nas primeiras páginas: “estudei as primeiras letras” “me senti vocacionada” “estudei humanidades” “e resolvi me dedicar (...) ao trabalho missionário” no “lugar novo e longínquo dos grandes centros”. Sua ordenação a levou a zelar pelo espiritual e pelo secular, visto que a “fé sem obras é morta”; por isso, procura se “solidarizar com as misérias e agruras” das pessoas “em lugar tão afastados e desprovido dos mais simples recursos materiais disponíveis em outras cidades” (MEDEIROS, 2018, *passim*). Na missão da irmã redentorista está igualmente a compaixão pela situação de fronteira, no limite da civilização e lugar longe do centro, em que viviam aqueles filhos e filhas do Senhor, os quais ela deveria resgatar.

Remir o sertanejo sul-americano torna-se missão “religiosa-pedagógica” (MEDEIROS, 2018, p. 25) de conversão e redenção aos preceitos cristãos, bem como a submissão ao racionalismo e à ilustração. Há, aliás, orgulho em ser vocacionada e instruída nas letras. A personagem Maria Tomé expõe seu secularismo através da literatura que costuma consumir e sua aversão às “narrativas piegas das vidas de santos”. Segundo conta,

Embora religiosa formada num dos mais tradicionais e conservadores seminários católicos de Portugal, a cultura em geral, incluindo a História, não adquiri na escola e sim no puro autodidatismo obtido em vasta leitura e natural curiosidade de me informar e me situar no mundo. (MEDEIROS, 2018, p. 26)

Maria Tomé exprime orgulho de sua bagagem de leitura e de cultura, ao passo que sentia satisfação das leituras de Cervantes, Balzac, Shakespeare e dos clássicos do racionalismo ocidental, entre eles, os escritos de Platão e Aristóteles. Curioso, e até certo ponto ilógico, é sabermos que a redentorista sente falta da leitura de grandes títulos, pois “estava cansada de saber” da Bíblia e da vida de santos e, também, “não tinha nada, absolutamente nada, para ler” naquele deserto de cultura. Para quem confessara *copiosa apud eum redemptio* [Nele é copiosa a Redenção], sentir-se cansada das lições eclesiásticas, de certo modo, a irmã Tomé encontrou nas narrações de d. Senhorinha subterfúgio para aquela realidade que considerava aborrecida.

Por sinal, a auto caracterização da personagem Maria Tomé (porque a faz em primeira pessoa) como mulher letrada é narrada em contraponto à condição de analfabetismo em que se encontrava d. Senhorinha. A bagagem cultural da freira portuguesa contrasta com a simplicidade sertaneja fronteiriça: uma é leitora voraz, a outra é analfabeta; uma veio do centro do mundo, a outra sempre esteve na fronteira de lugar nenhum com o nada. Por certo, Maria Tomé não aponta os traços de analfabetismo e de simplicidade como aspectos que a desabone; pelo contrário, vê virtude e sente identificação, em primeiro lugar, pela forte religiosidade nutrida por d. Senhorinha; em segundo, por conhecer uma mulher sobrevivente de guerra, humilhada e sofrida, viúva de um herói de guerra e que, mesmo assim, mantinha-se sincera, franca e fiel. E, por fim, por manter-se inalterada, firme e resiliente, qualidades que a personagem Maria Tomé percebe em d. Senhorinha, sintetizadas em sua autoridade moral e pela administração e preservação de seus bens.

Podemos identificar que, na persistência dos narradores, tanto nas vozes que abrem e fecham o romance quanto na voz da freira, há obstinação em contar e registrar a história de alguém. Essa ideia é perseguida do começo ao fim da narrativa, e, mesmo que apareçam referências à destruição de documentos, de fotos, de escrituras e do manuscrito da freira, ao cabo, é o registro escrito do passado e da memória que persiste. Talvez por estarem imersos na cultura letrada, os narradores-personagens em *Senhorinha...* replicam, simbolicamente, a transição entre mito e racionalidade, entre o atraso da oralidade e o progresso do mundo letrado: a lembrança tem valor, pois é escrita e fixada no tempo, ao contrário da memória individual de tradição oral. Logo, veem-se no objetivo de fazer conhecer e não esquecer, atributos dos quais apenas a memória escrita é capaz. Depois de conquistar a intimidade de d. Senhorinha e começar a escutar suas histórias, a Maria Tomé toma

(...) A única e coerente atitude, nesse caso, seria tomar notas escritas desse depoimento. Como me considerei privilegiada em ouvi-la em detalhes, resolvi ser essa pessoa, considerando que talvez fosse eu a única nas redondezas apta a exercer esse papel. (...) pois, afinal, escrever não é uma tarefa penosa, ao contrário, é gratificante, e encarei com a responsabilidade de organizar e registrar os fatos e as histórias ouvidas. (MEDEIROS, 2018, p. 28)

As características definidas logo no começo da narrativa da personagem feminina Maria Tomé são mantidas até o final. Suas atitudes são previsíveis, sem surpresa, personalidades atribuídas a personagens lineares ou planos. De acordo com a técnica de caracterização de personagens de ficção, os tipos planos são personalidades facilmente reconhecidas quando

surtem e, ao decorrer da narrativa, não mudam com as circunstâncias, porquanto se mantêm inalteradas no espírito (CANDIDO, 1970). Portanto, um perfil recatado, obediente, por vezes, uma certa soberba por sua condição de origem e cultura e a atenção aos dogmas religiosos e ao conservadorismo marcam a personalidade da freira.

Como nos referimos no primeiro tópico deste capítulo, no romance *Senhorinha...* a personagem-narradora da freira é invenção, enquanto a personagem de d. Senhorinha é reprodução. Isso significa no plano de caracterização de personagens que as possibilidades de existência ficcional para a protagonista são limitadas ao ambiente histórico e à mentalidade de seu tempo. Desse modo, as possibilidades da existência ficcional de d. Senhorinha são obliteradas ao passo em que as condições históricas, isto é, o tempo e o espaço da narrativa, ofuscam a personagem-protagonista.

Não há, nesse entendimento, como esperar grandes oscilações ou descontinuidades nas ações da personagem d. Senhorinha. Suas características são, igualmente as da freira, de personagem plana: mulher de herói, dona de casa e mãe exemplar, sempre à sombra das ações dos homens que ela circundava. Sua resistência no romance está, em primeiro lugar, em não desistir do legado patriarcal: garantir posses como condição de sobrevivência. O sentimento de verdade e de verossimilhança da personagem d. Senhorinha, este toque que é dado pelo escritor pela inventiva da escrita, fica atrelada à fidelidade dos costumes e práticas sociais do século XIX.

Assim, dão forma à personagem-protagonista d. Senhorinha os aspectos de ser ficcional: mulher do Guia, viúva do Guia, assiduidade na igreja; memória infalível; detalhista e de bom tom para contar histórias; alegre e sempre rodeada de amigos; dificuldade em expor os traumas do passado. Talvez por isso suas narrações estivessem focadas na memória de sua família e dos acontecimentos da época, deixando de narrar, e portanto, escondendo nas dobras da memória, suas vontades, desejos, seus mistérios existenciais. Assim, a freira descreve a configuração externa e a habilidade memorialística de d. Senhorinha:

(...) os cabelos brancos estão ralos e curtos; nos momentos em que fala do passado, olhando para o chão e agarrando-se fortemente em sua bengala como se com isto fosse necessário forçar a memória, sua tez é grave. De estatura mais que mediana, a silhueta é elegante e as roupas, quase sempre de cores escuras, ressaltam seu corpo onde é relativamente pouco o aparecimento da típica estrutura óssea privativa da idade. (...) levando-se em conta a idade, a lucidez de sua mente e a vitalidade de seu corpo me empolgaram. (MEDEIROS, 2018, p. 29)

As coisas aconteciam na vida de d. Senhorinha porque tinham que ser, era o costume. O destino da protagonista estava atrelado aos rumos dados pelos patriarcas das famílias Lopes e Barbosa ou pelo acaso dos eventos que não competem aos homens. Chegada a idade fértil, era tempo de casar. Por que não fazê-lo?

Era costume os pais darem os filhos em casamento para selar a união entre as famílias e assim assegurarem os patrimônios e responsabilizarem-se mutuamente nas atividades econômicas. (...) porque já sabia haver entre os dois simpatia recíproca e para evitar que ambos conhecessem pessoas novas ou viessem a se interessar por desconhecidos. (MEDEIROS, 2018, p. 42-43)

Depois de casada, prossegue a memória,

Senhorinha, relativamente jovem, aprendia rápido o jogo pela sobrevivência, numa situação nova e com poucos recursos. Dirigia a cozinha da fazenda da melhor maneira possível e tinha um conforto a mais: a bica que canalizaram com as metades de coqueiros passava dentro de sua cozinha, (...) Usando da criatividade para diversificar o paladar das resumidas opções de seu cardápio naquele início de vida, virava-se com o que podia. (MEDEIROS, 2018, p. 55)

Apresentadas as principais características das personagens femininas de *Senhorinha...*, retomemos as orientações das técnicas de caracterização das personagens de ficção. Aludimos há pouco à importância das personagens no interior da ficção, visto que são elas que dão o brilho à história narrada, criam identificação com o leitor, vivem o enredo e as ideias contidos no romance. Para conferir sentimento de verdade ao ser ficcional, não basta o sentimento de realidade: o escritor pode partir de um modelo da realidade ou criar um personagem cujas raízes desaparecem e não há qualquer modelo consciente. Seria como se o escritor pudesse oscilar “entre dois polos ideais: ou é uma transposição fiel de modelos, ou a invenção totalmente imaginária.” (CANDIDO, 1970, p. 70)

No caso de Maria Tomé e d. Senhorinha, não apenas é possível constatar pela leitura, como o próprio romancista já informara o ponto de partida de suas personagens: esta foi reproduzida, aquela foi inventada. Ambas são cópias do real, e o trabalho do romancista consiste em lhes dar impressão de vida, modificá-las pela imaginação e, em certa medida, acrescentar-lhes elementos que dizem respeito às incógnitas da vida. As preocupações da personagem Maria Tomé em narrar os acontecimentos históricos acabam por soterrar qualquer traço psicológico, ou até mesmo dúvidas, incertezas, reflexões, que poderiam dizer respeito à mulher madura em situação de fronteira e de guerra. As possibilidades de realização do ser-

ficcional-mulher na personagem d. Senhorinha do romance homônimo, portanto, resumem-se em saber administrar e possuir bens, mesmo que analfabeta. É personagem feminina sob o jugo do pai, que decide com quem vai casar, e depois, o marido assume a tutela feminina, como se fosse incapaz de fazer suas próprias escolhas, como mandava o costume da época.

Para oferecer um contraponto e podermos visualizar outras possibilidades de personagens de ficção feminina, recorremos à personagem Micaela, do romance histórico *Cunhataí: um romance da Guerra do Paraguai* (2003), escrito por Maria Filomena Bouissou Lepecki. Maria Micaela Ferreira Lima, menina moça de Campinas/SP, de família com posses e fundos, reconhecida por ser “sinhá” e “aristocrata”, embora não fizesse caso para os códigos sociais de sua época.

Maria quase todas eram. O costume e a religião determinavam. A maioria das meninas era consagrada à Virgem Maria. De acordo com a época de nascimento ou a devoção das mães, tornavam-se do Rosário, da Anunciação, da Conceição, das Graças, de Lourdes.

Porém, Maria Micaela Ferreira Lima só havia uma. Um nome de princesa... E que ela detestava!

Desde criança demonstrava talento para as brincadeiras de meninos. Adorava subir nas árvores mais altas, montar a pêlo e enfrentar uma boa briga. Tornar-se o filho que o pai desejara e até então não conseguira. Só mais tarde os temporões João e Pedro nasceriam. Cresceu ouvindo os comentários das tias, das comadres e até das cozinheiras:

– Micaelinha é um azogue!

– Não há quem ponha arreio!

– Tal qual um sagüi!

– Cuidado co’ela!

– Vai ser difícil de casar...

De tanto ouvir isso e muito mais, ela realmente se comportava assim, porque era isso o que almejava ser. Era isso o que esperavam dela. (LEPECKI, 2003, p. 26-27).

Nota-se pela descrição inicial que a personagem Micaela é singular, pois tem seu nome inspirado no extenso nome composto da princesa Isabel, em seguida a narradora reforça o status nobre a chamando de princesa, porém suas atitudes e seu jeito de moleque contradizem o que se idealiza de uma aristocrata com nome real, isto é, frágil, sensível e dependente do falo real.

Seu tempo é o da Guerra do Paraguai e seu destino foi colocado em movimento quando as tropas imperiais acamparam na cidade de Micaela. Lá, do tempo em que estiveram estacionados, aconteceram encontros sociais, músicas, danças e cortejos; a moça, de olhos verdes cambiantes, se enamorou pelo tenente de engenharia do exército imperial, Ângelo Zavirria Alencar, agente duplo e espião infiltrado sob ordens de Solano Lopez. Seu pai percebeu

os gracejos e enviou a filha para a casa da madrinha, “que para o povo, era a parteira; para muitos era a bruxa, a curandeira, a feiticeira” (LEPECKI, 2003, p. 46). Lá aprendeu conhecimentos primários sobre ervas, unguentos e poções, assistiu a dois partos e foi auxiliar da madrinha parteira. Com senso apurado para coisas da alma e do destino, a madrinha sentia que a menina tinha alma aventureira e brilho especial (LEPECKI, 2003, p. 47) era candidata a desenvolver o “Dom da cura”, que ela considerava

como sendo um pouco de cada um dos setes dons [do Espírito Santo], adicionado a algo a mais: uma sensibilidade qualquer, um tanto de ousadia misturada com serenidade, uma vontade excepcional de ajudar, de diminuir o sofrimento alheio (LEPECKI, 2003, p. 55).

De volta a Campinas, Micaela permitiu-se aos cortejos cavalheiresco do tenente Alencar; este, como espião, embora muito cortês, usa-a como alegoria de disfarce, uma vez que tinha o desconfiado capitão Santa Cruz em seu encaço. Casam-se e, na noite de núpcias, Alencar se embriaga como desculpa para não consumir o casamento e, tampouco, desonrar a moça, tinha certo jamais rever a esposa. As tropas partiam no dia seguinte e Micaela, aflita, corre até a madrinha, pois não aceitava aquele caminho para sua vida: virgem, sem conhecer o marido e com enormes chances de se tornar viúva. Ela não se dobrou ao costume, tampouco às vontades masculinas: pediu ajuda à madrinha, que lhe conseguiu uma mula, um livro de saberes da farmacologia natural e das concepções fisiológicas possíveis para a medicina da época, vestiu-se de homem e partiu atrás das tropas imperiais e do marido.

Menegazzo e Amorim (2014) concordam que a personagem feminina de Micaela, com suas atitudes fora do comum para os padrões impostos às damas da sociedade da época, critica a inferiorização das mulheres. Em tom de ironia durante conversa com o tropeiro Mestre Ramiro, que acabara de perceber que a sinhá tinha fugido de casa em trajes de homem e estava de longe seguindo as tropas, Micaela o adverte que não era mais de propriedade do pai e, sim, seu dono era outro:

- Psiu: é segredo ainda. O senhor não soube do meu casamento? Há dois dias. Vim fazer uma surpresa para o marido. Ele é tenente de engenharia.
- Nhô Dato num vai gostá desta história não. Mas a sinhazinha agora tem marido, né?
- É, Mestre, tenho outro dono daqui para a frente... (LEPECKI, 2003, p. 78)

Apesar da ironia, Micaela viveu intensamente, experimentando intensas sensações, provocando reflexões sobre as condições da alma humana e em um universo rodeado de mulheres. A começar pela autoria na capa do livro, passando pelas personagens-narradoras Rosália e Carolina; sua madrinha, a boticária do sertão, que providenciou a mula Diamanta, velha, surda e tihosa, que, no entanto, não a abandonou durante a jornada; teve suas camaradas e companheiras na ex-escrava Ana Preta ou Ana Mamuda, na prostituta Buscapé, de quem fizera o parto em marcha e em Cassimira, que “depois da morte dos parentes, fechou-se em si mesmo, num silêncio completo e estranho, quebrado apenas por assobios estridentes lançados aos cachorros”, mas que, certo dia, ao responder a um bom dia, jorrou: “ – Alma aventureira almeja andar e acaba amargando açoitado!” (LEPECKI, 2003, p. 218): Cassimira expressava por poesia e sutileza seu abalo psíquico.

Após a exposição das características da personagem feminina em Micaela, de modo comparativo, aludimos a um tipo de personagem esférico, de acordo com a crítica de Antonio Candido, visto que são complexos, fragmentados e, por isso, capazes de nos surpreender. São personagens compostos através de uma técnica de psicologia das personagens de maneira que a verossimilhança com a própria complexidade dos seres humanos seja lida, vivida, experimentada pelo leitor. São personagens que não se esgotam em traços característicos, pois “certos poços profundos, de onde pode jorrar a cada instante o desconhecido e o misterioso” (1970, p. 60).

Para a crítica literária, o trabalho criador da personagem de ficção depende do romancista combinar memória, observação e imaginação com perícia, bem como da concepção que preside o romance e das intenções do romancista. Nesse sentido, Candido exemplifica

Quando [o romancista] está interessado em traçar um panorama de costumes, a personagem dependerá mais da sua visão dos meios que conhece, e da observação de pessoas cujo comportamento lhe parece significativo. Será, em consequência, menos aprofundado psicologicamente, menos imaginado nas camadas subjacentes do espírito, - embora o autor pretenda o contrário. Inversamente, se está interessado menos no panorama social, como são vivido pelas pessoas, a personagem tenderá a avultar, complicar-se, destacando-se com a sua singularidade sobre o pano de fundo social. (CANDIDO, 1970, p. 74)

Desse modo, quando comparamos as personagens femininas de Maria Tomé, d. Senhorinha e Micaela através das técnicas de caracterização, demos mais um passo rumo ao entendimento da organização estética do romance histórico.

1.2.3 Foco narrativo, espaço e tempo do romance histórico

O romance histórico *Senhorinha Barbosa Lopes* (2018) recorre a inúmeras referências do passado vivido. Entre elas, está o espaço da narrativa, que é a região sudoeste da antiga província do Mato Grosso, fronteira com o Paraguai, e o tempo predominante está demarcado ao longo do século XIX e início do XX. Conta também com personagens reais do passado, como a protagonista que dá nome à obra, os irmãos Joaquim, José e Gabriel Lopes, o escritor Visconde de Taunay, entre tantos outros. O fundo histórico da trama passa pela ocupação de terras do sul da província de Mato Grosso, pela Guerra do Paraguai, ponto alto da trama e do discurso de reconhecimento do romance, sendo utilizado como estratégia de divulgação do mesmo, e pelo pós-guerra.

Nesse entendimento, o enredamento do romance *Senhorinha...* eleva a potencialidade do adjetivo histórico da ficção romanesca, proporcionando uma leitura e, inclusive, uma crítica sobre a maneira como a História é produzida e escrita. O enleio dado sobre o tempo, este que é o “material de análise” ou “objeto específico” (CERTEAU, 1982, p. 79) do historiador, permite que a temporalidade memorialística fuja, mesmo que não por completo, da narração feita sob o gênero de crônica, apesar de, ao cabo, não deixar de ser uma narração teleológica. A história de d. Senhorinha é quebrada da típica forma de narração memorialística, de maneira linear, quando se busca a data ou época mais recuada, observada e registrada, como por anotações e/ou simplesmente anamnese da testemunha ocular, a propósito, estilo marcante em Alfredo Taunay, e contada a partir da gênese. O tempo da narrativa acaba ditando seu foco narrativo.

Em consonância com Beatriz Sarlo, o tempo da narrativa são construções sobre “visões do passado”

Justamente porque o tempo do passado não pode ser eliminado, e é um perseguidor que escraviza ou liberta, sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, através deles, por uma ideologia que evidencie um *continuum* significado e interpretável do tempo. (...) Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relação entre suas ações voluntárias ou inconscientes. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também da natureza. (SARLO, 2007, p. 12, destaque da autora)

Seguindo o entendimento de Sarlo, para quem é no procedimento organizado da narrativa que está contido a implicação ideológica da “visão do passado” em sua irrupção no

presente, partiremos, desse modo, para a análise do foco narrativo ou, em outras palavras, para as maneiras de se contar a história no romance *Senhorinha*....

Sabemos que contar histórias é, desde sempre, algo que acompanha o ser humano. Entre os fatos narrados e o público temos a figura de um narrador. A sistematização dos gêneros literários feita pela obra *Estética*, de Hegel, segundo Ligia Chiappini Leite, denota a variação nas formas de narrar, sendo o gênero épico “aquele em que, do conjunto dos homens e dos deuses, brotaria a dinâmica dos acontecimentos que o poeta deixaria evoluir livremente sem interferir”, desse modo, uma narrativa eminentemente objetiva; o lírico, por sua vez, “teria por conteúdo ‘a alma agitada pelos sentimento’” e o seu extravasar a coloriria como uma narrativa subjetiva; por fim, o dramático conjugaria o “desenrolar objetivo de acontecimentos e da expressão vibrante da interioridade” (1997, *passim*), conjugando, desse modo, o épico e a lírica, a objetividade e a subjetividade no ato de narrar.

Com o passar do tempo as histórias contadas pelo homem foram se complicando, ao passo que a epopeia transformou-se no romance moderno: o narrador, diante dessas transformações, foi progressivamente se ocultando, ou atrás de outros narradores, ou atrás dos fatos narrados, que parecem cada vez mais com o desenvolvimento do romance, narrando-se a si próprio. Fato é, sem dúvida, que no romance há uma liberdade maior de narrar, bem com inúmeras maneiras de contar uma história; perde-se a distância do narrador, torna-se íntimo, ou porque se dirige diretamente ao leitor, ou porque nos aproxima intimamente das personagens e dos fatos. Essa proximidade com o narrador do romance, segundo Ligia Chiappini Leite, nos dá a

ilusão que estamos diante de uma pessoa nos expondo diretamente seus pensamentos, quando, na verdade, tanto NARRADOR como o leitor ao qual ele se dirige são seres ficcionais que se relacionam com os reais, através das convenções narrativas: da técnica, dos caracteres, do ambiente, do tempo, da linguagem (LEITE, 1997, p. 12, destaque da autora)

Para fazer com que seus personagens vivenciem o cenário histórico, o romance conta com três narradores, sendo a voz de dois deles em primeira pessoa e a de um, em terceira, para detalhar aventuras distintas, no entanto conectadas por laços memoriais. É como se tivéssemos uma história dentro da outra, e uma terceira, na parte final, sem conexão lógica com os narradores anteriores que não seja, senão, explicar os acontecimentos das histórias anteriormente narradas. Lembramos ainda que identificamos, no item anterior desta pesquisa,

um texto entre os elementos pré-romance que, dependendo da edição do romance e de sua posição, cria ruptura na voz narrativa.

Quem nos introduz e encerra a história de d. Senhorinha no romance é um narrador-protagonista sem nome, em primeira pessoa, que encontra o diário da freira e decide contar seu conteúdo no capítulo “Manuscritos da freira” (p. 17-24); ao final do relato da freira, no capítulo “Epílogo” (p. 155-156), ele retorna para discorrer sobre como perdeu o manuscrito, no entanto, antes que acontecesse, havia feito uma cópia, possibilitando desse modo a publicação que acabávamos de ler. Nele não há a mediação de um narrador e tudo a que temos acesso nesses dois capítulos são por seu intermédio. Como narrador-protagonista, “narra de um centro-fixado, limitado quase que exclusivamente às suas percepções, pensamentos e sentimentos” (LEITE, 1997, 43), não sendo possível, dessa maneira, ter acesso ao estado mental das demais personagens.

A história se inicia com o sentimento de curiosidade, ao passo que se mescla com a urgência do narrador de não se ver apagado pela devastação que o tempo pode causar. E assim que se empenhou na “tentativa de bisbilhotar o passado, à procura de vestígios de meus antecedentes, como todo mundo que pretende traçar árvore genealógica por conta própria” (MEDEIROS, 2018, p. 17) e acabou encontrando o diário, uma relíquia a qual, por sinal, atribuiu valor de lembrança, pois sabia ser de alguém importante.

O narrador da abertura do romance descreve o ideal do ato memorialístico em que valores como sinceridade e lealdade, critérios de minúcia e de abrangência da totalidade, devem compor o método a ser perseguido a todo custo e sem restrição de espécie alguma. A princípio, ao diário da freira é atribuído valor de lembrança, por versar sobre uma pessoa que *ouvira falar*, já eternizada “como a mulher do Guia Lopes, citada no livro ‘A Retirada da Laguna’, do Visconde de Taunay” (MEDEIROS, 2018, p. 22, grifos do autor), e também pelo valor estético do diário, pois quem o redigiu, fazendo referência à freira Maria Tomé, “aparentemente, para exercitar um gosto literário, pois além de professora, era uma mulher culta, lendo tudo que lhe aparecesse não só em português, como em inglês, francês e espanhol.” (MEDEIROS, 2018, p. 23) e, por fim, por ser “as provas físicas das lembranças de um passado” (MEDEIROS, 2018, p. 156).

O diário da freira, pelo que indica o narrador, era um registro histórico e documento para a história, tanto porque registrou a memória de parte da Guerra do Paraguai pela ótica de d. Senhorinha como testemunha ocular do conflito, quanto por retratar o tempo presente, isto é, as duas primeiras décadas do século XX, momento em que Maria Tomé viveu em Bela Vista,

região que “não era ainda toda de paz, pela convivência com as revoluções, que alteravam o cotidiano das cidades e das fazendas e alarmavam as famílias [...]” (MEDEIROS, 2018, p. 24). Enquanto documento, o narrador atribui valor de verdade àquilo que foi o passado.

Nesse sentido, o método utilizado pelo narrador do tempo presente, que figura nos capítulos “Os manuscritos da freira” (p. 17-24) e “Epílogo” (p. 155-156), assemelha-se com a noção comum de documento-verdade, mesclada ao fascínio de reviver o passado, de como foi, por meio do testemunho individual e subjetivo, bastante utilizada por historiadores memorialistas e difundida largamente no senso comum. Essa prática historiográfica, advinda do século XIX e reformulado após diversas críticas, prioriza a importância da autenticidade documental capaz de “reconstituir os acontecimentos passados, desde que encadeados numa correlação explicativa da causas e consequências” (PINSKY, 2018, p. 11). Conhecida pela historiografia acadêmica como escola metódica, concentrou-se em delimitar quais seriam as fontes dignas de consulta pelos historiadores, a saber, as fontes escritas e de cunho oficial, que deveriam passar por rigoroso método analítico de crítica externa e interna para serem validadas.

Entretanto, para o narrador-protagonista e historiador diletante de *Senhorinha...* basta apenas considerar o esforço e capricho das anotações do diário, combinado com o fato de ter sido escrito por uma soror redentorista, representante da igreja católica. Mesmo que a instituição, à época da freira, não gozasse mais da posição de religião oficial, a depender do olhar e da crença de quem observa o documento, tratá-lo-á como um relato-verdade. Assim, em seu método, a crítica ficará relegada ao esquecimento, como observamos sua seleção e organização documental:

[...] Ao transcrever tudo, nada devo acrescentar ou suprimir além de ordenar os assuntos, quando isto se fazia necessário, já que nalgumas páginas não havia numeração. Dividi o texto em capítulos de acordo com o assunto, para reunir as ideias em ordem mais ou menos cronológica. Preocupe-me apenas em atualizar a ortografia e estilo para o nosso tempo, e transpus alguns textos de frente para trás, ou vice-versa, para uma sequência lógica. (MEDEIROS, 2018, p. 26)

Um último detalhe a respeito do narrador-protagonista sem nome é sua semelhança com o escritor quando comparado com sua biografia e estilo de composição. Antes, Samuel Medeiros deu demonstrações de sua predileção, no livro *Memórias de Jardim*, em usar os lugares e as memórias pessoais e coletivas de onde viveu e transforma-las em matéria para suas obras, assim como o faz em *Senhorinha...* Além disso, quando se compara o estilo de escrita memorialístico de Medeiros com o grosso das composições literárias em prosa produzido pelos

acadêmicos da ASL e do IHG-MS, entre as quais a memória pessoal e familiar funcionam como motivo para a composição das histórias do local e do regional, estas semelhanças no narrador-protagonista que introduz a história da freira e de d. Senhorinha trazem imagens do autor real criado pela escrita, o que nos possibilita afirmar que trata-se de um autor implícito. Diante do jogo de máscaras e do eterno recuo do narrador, Medeiros não desaparece por inteiro na voz desse narrador-protagonista.

Com efeito, é no interior do diário da freira que outra história é contada, dessa vez, pela voz de sua própria escritora. Os próximos 17 capítulos entre “A narradora e sua personagem” e “A matriarca deixa a luta” (p. 25-153) a personagem da freira, a cada capítulo, começa contando algum fato do cotidiano em que convive com d. Senhorinha Barbosa Lopes, entre 1904 e 1913, sendo este, portanto, o presente da narrativa. Logo em seguida, a narrativa detalha a história e a memória de d. Senhorinha, entre os anos de 1847 e 1913, ou seja, recuando no tempo, para enfim, finalizar cada capítulo retornando para o presente das personagens. É um constante ir-e-vir no tempo, estabelecendo uma diacronia entre o tempo presente de Maria Tomé e de d. Senhorinha e o passado e as memórias desta.

Para criar este efeito de deslocamento no tempo, o narrador alterna a fala entre a primeira e terceira pessoa. Quando se está no presente da narrativa, a voz é da personagem Maria Tomé que apresenta-se como narradora-testemunha em primeira pessoa, uma vez que vive os acontecimentos aí descritos “como personagem secundária que pode observar, desde dentro, os acontecimentos, e, portanto, dá-los ao leitor de modo mais direto, mais verossímil” (LEITE, 1997, p. 37). De acordo com Lígia Leite, o recurso da testemunha na narração é útil “quando se está em busca da verdade ou querendo fazer algo parecer como tal” (LEITE, 1997, p. 37). Por outro lado, o “eu” como testemunha tem um ângulo de visão mais limitado, já que, por ser personagem secundária, “narra da periferia dos acontecimentos, não consegue saber o que se passa na cabeça dos outros (...)” (LEITE, 1997, p. 38) personagens.

Por sua vez, quando a narração do diário retrocede no tempo, a fala passa para a terceira pessoa, onde predominado o discurso indireto, e temos a presença de um narrador onisciente que, diferente da voz na personagem testemunha limitada àquilo que vê ou ouve, tem maior liberdade para contar a história. Nessa perspectiva, ao invés da mediação de uma personagem testemunha, temos a mediação de um narrador que adota um ponto de vista divino e consegue saber o que se passa na cabeça dos demais personagens, e, para esta história, o mais importante é saber sobre d. Senhorinha. Esta maneira de narrar, ao qual a tipologia do foco narrativo de Norman Friedman, segundo Lígia Chiappini Leite, é chamada de *narrador onisciente intruso*

justamente porque pode adotar várias posições na narrativa e, ainda, “lança comentários sobre a vida, os costumes, os caracteres, a moral, que podem ou não estar entrosados com a história narrada” (LEITE, 1997, p. 27).

Nesse sentido, ao longo de 17 capítulos intercalam-se duas falas, a da freira e a do narrador, este contando o passado, aquela narrando o presente de d. Senhorinha. Entre estas duas vozes, predomina a do narrador onisciente visto que os fatos relacionados com a protagonista foram organizados em ordem cronológica, assim, o tempo regente é o pretérito, partindo do mais distante até o tempo mais próximo ao presente da narrativa, isto é, parte-se desde a década de 1840 até a década de 1910, este último sendo o presente da testemunha Maria Tomé. De maneira contrária à memória individual, que quando lembra o faz de forma descontinuada e caótica, o narrador ordena a memória, simbolizada na resistência da protagonista, em sucessões de eventos encadeados para criar a trama de sofrimento e penúria que caracterizam a trajetória de uma personagem destinada a sofrer e suportar as provações de alguém em condição de guerra e em uma situação de fronteira.

Além da alternância da voz narrativa, é possível constatar em *Senhorinha...*, na narradora-testemunha Maria Tomé, o uso da técnica bifocal, que de acordo com Antonio Candido (1975), ficou marcado nos romances históricos de Walter Scott. Este modo consiste, prossegue Candido, em pôr no primeiro plano um personagem fictício ou semifictício, que serve de pretexto para traçar em plano mais distante os personagens históricos e a reconstituição do momento em que se passa a narrativa e ao qual se prendem solidariamente os acontecimentos, históricos ou fictícios (CANDIDO, 1975). De acordo com Samuel Medeiros (2011), para contar a história de d. Senhorinha, o escritor vale-se do artifício de criar uma “freira imaginária, que teria vivido lá, na época, e que escreveu as memórias de d. Senhorinha” (MEDEIROS, 2011, p. 254).

Nos capítulos “Notas históricas”, “O inventário de José Francisco Lopes” e “Bibliografia” (pp. 157-176), a narração passa para a terceira pessoa. Nas três vozes apontadas, há o predomínio do discurso indireto, recurso pelo qual o autor conta, com as palavras do narrador, o que uma personagem pensou ou disse. Essa múltipla focalização da narrativa cria como resultado momentos temporais distintos, e é a partir dessa ferramenta discursiva que as personagens se realizarão, alcançarão seus objetivos na ficção romanesca, na medida em que a heroína do romance não esteja subjugada pelos acontecimentos históricos.

Sobre a narração em “Notas históricas”, na parte final do romance, momento de nova mudança da voz enunciativa, que predomina na terceira do singular e, em raras vezes, oscila

para a primeira do singular: não há apenas o distanciamento da voz: perde-se a identificação com os narradores anteriores. O estilo narrativo no desfecho do romance está preocupado em convencer, com argumentação e explicação, e comprovar, através de notas de rodapé e recorrência a fontes primárias e testemunhais, aquilo que foi narrado pela freira.

A propósito, acerca do estilo narrativo que encerra o romance *Senhorinha...*, este assemelha-se à maneira pela qual a historiografia compõe seu produto final, i.e., momento que o historiador utiliza na escrita da história recursos literários, como a composição de enredo nos recortes dos temas e dos tempos. Concilia, desse modo, recursos comuns ao ofício do historiador, quais sejam, o uso da explicação e da argumentação como ferramenta elucidativa, para se chegar ao conhecimento dos tempos passados recortados.

Outro ponto no desfecho do romance com relação ao conteúdo diz respeito aos temas trazidos nesta fase do romance: estes já foram abordados, alguns com certa saturação, pelas lembranças de d. Senhorinha e pela narração da freira. É o caso, por exemplo, da genealogia das famílias Lopes e Barbosa, em que o narrador detalha a ascendência e descendência, sobretudo daqueles que o memorialismo sul-mato-grossense estão sempre a relembrar. Desse modo, o narrador expõe o quadro familiar de d. Senhorinha com capilaridades que alcançaram postos de poder político em fases importantes da história do país, seja logo após a chegada de Getúlio Vargas na presidência do Brasil, em 1930, quando Vespasiano Barbosa Martins assume a prefeitura de Campo Grande/MT ou quando Wilson Barbosa Martins assume o governo de Mato Grosso do Sul na redemocratização pós-ditadura militar.

Nesse entendimento, para que seja levada a sério, a historiografia não pode abrir mão das marcas de historicidade, seja em notas de rodapé ou em demonstrar profusos exemplos ou discussões à luz das fontes. A esse respeito, pronuncia Antoine Prost:

(...) as notas na margem inferior da página são essenciais para a história: elas constituem o sinal tangível da argumentação. A prova só é aceitável se for verificável. A verdade no âmbito da história (...) é aquilo que é comprovado; no entanto, só é comprovado aquilo que possa ser verificado. O texto histórico serve-se, em profusão, de notas porque ele não recorre ao argumento de autoridade. O historiador não solicita, de modo algum, que lhe seja depositada uma confiança incondicional: contenta-se que alguém aceite acompanhá-lo no enredo construído por ele. (PROST, 2014, p. 235)

Apesar de direcionadas aos historiadores de ofício, as advertências sobre o uso das notas de rodapé expõem a peculiaridade que o romance assume em seu desfecho. Existem notas de rodapé distribuídas ao longo do romance e na voz dos três narradores. Parte delas são dedicadas

a esclarecer uma palavra típica da região ou traduzir algum termo da época, como podemos conferir na alusão a “bacheiro”, que a nota de rodapé traduz como “manta trançada, de pura lã, que se usa como apetrecho de sela” (MEDEIROS, 2018, p. 55); ou quando a narradora pronuncia a palavra “jujo”, cuja explicação é “gíria do espanhol que significa o uso das plantas com propriedades medicinais” (MEDEIROS, 2018, p. 58).

Entretanto, em “Notas históricas”, o recurso de notações na margem inferior da página assume o método indiciário, i.e., aparece como meio de comprovar que o conteúdo do argumento, após reiterada explicação, pode ser verificado e, portanto, atribuído valor de verdade ao conteúdo exposto. Um destes casos aparece quando o narrador conta a respeito da invasão e aprisionamento de súditos brasileiros pelas tropas paraguaias, ainda antes do início da guerra, resultando em reclamações para a liberdade dos prisioneiros e prejuízos materiais a Gabriel Lopes. Recorre-se, portanto, à nota em conformidade ao texto de “ALMEIDA, Mario Monteiro de. Episódios da Formação Geográfica do Brasil” (MEDEIROS, 2018, p. 161).

Em outra passagem, o narrador discorre acerca das incursões paraguaias no território pertencente ao Império brasileiro, de acordo com o Tratado de Madrid (1750). Nessa área, que compreendia o ASMT, ainda reclamada pelo vizinho Paraguai, como resultado das incursões, vários brasileiros foram aprisionados, forçados a deixar suas casas e alguns foram levados para a prisão na República paraguaia. Como já fora citado pela freira Maria Tomé, d. Senhorinha fora feita prisioneira em duas ocasiões, sendo a primeira em 1850 e a segunda já com a Guerra em curso, em 1865. Para aludir ao momento da segunda libertação de d. Senhorinha, o narrador recorre à informação “existente no Arquivo Histórico do Itamaraty” que, segundo sua nota de referência, teve a “informação colhida pela pesquisadora Maria Teresa Garritano Dourado. *In.: Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis: Ed. UFMS, 2005.*” (MEDEIROS, 2018, p. 162, destaque do autor).

Em outra passagem da seção “Notas históricas” o narrador desvia o foco de d. Senhorinha para falar do frei capuchino Mariano de Bagnaia. Considera-o relevante para o enredo, porque o frei foi contemporâneo e coetâneo da protagonista, além de terem amarguras decorrentes das mazelas da guerra. No entanto, frei Mariano já havia marcado presença no enredo, já que, segundo os registros de Maria Tomé, foi ele quem celebrou o segundo casamento de d. Senhorinha. No caso de “Notas históricas”, o narrador traz a voz do frei, como testemunha da guerra, em uma citação direta, longa e fora do corpo do texto, referida, por sua vez, em uma das obras de Alfredo Taunay.

Entretanto, ao final do capítulo, a voz enunciativa retoma o “eu” da narração para, em um único parágrafo, sair de cena corrigindo uma incoerência na fala da freira Maria Tomé quando esta informava, antes de encerrar seu relato, o estado de debilidade de d. Senhorinha, que “aos 97, locomovia-se com muita cautela” (MEDEIROS, 2018, p. 138) por ocasião de uma homenagem que receberia. O narrador discorre sobre a idade que d. Senhorinha teria quando foi laureada e homenageada como madrinha da bandeira nacional, em Bela Vista, momento em que repara possível erro histórico. Diz ele: “Na ficção, aponte o ano de 1912, mas segundo Acyr Vaz Guimarães ela teria 78 anos de idade (...)” (MEDEIROS, 2018, p. 164).

Como se justificasse um equívoco ou fosse infiel ao fato histórico do qual não fora ele o enunciativo, o narrador lança a seguinte frase de efeito: “Como dizia John Ford em ‘O Homem que Matou o Facínora’ *When the legend becomes fact, print the legend*”. (Quando a lenda antecede os fatos, publique-se a lenda)” (MEDEIROS, 2018, p. 164, destaque do autor). Tal atitude narrativa, à guisa de comparação, não se encontra nas edições anteriores do romance histórico *Senhorinha...* e, ainda, vai ao encontro de outra informação acrescida no prólogo da edição de 2018: “Esta edição vem com alguns retoques de redação e pequenos acréscimos de dados históricos colhidos na bibliografia (...)” (MEDEIROS, 2018, p. 16)

Na verdade, com relação à idade de d. Senhorinha, algumas fontes históricas podem ser mais respeitadas com sua memória. A historiadora Maria Tereza Dourado encontrou no Arquivo do Itamaraty e no Archivo Nacional de Asunción duas listas onde d. Senhorinha declarou em entrevista sua idade. A primeira delas, a “*Lista circunstanciada de los bracileiros que han quedado em sus hogares*” (DOURADO, 2017, p. 194), foi redigida em março de 1865 e naquele momento d. Senhorinha estava com 42 anos. Já na segunda, “Relação de Família da Província de Mato Grosso que se achavão prisioneiras dos inimigos, e que sendo resgatadas receberão pelo Consulado Brasileiro desta Republica os generos para seo vestuário, que vão abaixo declaradas” (Idem, 2005, p. 76), produzida em dezembro de 1869. À época, d. Senhorinha declarou que estava com 47 anos de idade. De acordo com as fontes, portanto, no momento de sua morte, em janeiro de 1913, d. Raphaela Maria da Conceição Senhorinha Barbosa Lopes contava com 90 anos de idade.

No capítulo “O inventário de José Francisco Lopes”, o narrador procura aplicar o saber advindo da história do Direito de modo a analisar a fonte histórica que dá nome ao capítulo e representada por ícone através de *fac-simile*. Nesta leitura, o narrador observa as minúcias que compreendem a repartição de bens entre herdeiros e destaca, com base na interpretação da fonte, como foi custoso e cansativo para d. Senhorinha lutar contra a burocracia estatal e jurídica para

garantir suas posses. Para reforçar esse entendimento, o narrador recorreu ao testemunho de Miguel Ângelo Palermo, registrado e arquivado, segundo nota de rodapé, no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Aqui, também, o narrador onisciente neutro em terceira pessoa, raras vezes, apresenta-se com primeira pessoa (“Como disse”, “Transcrevo” e “verifiquei”).

Por último, fechando de vez o romance *Senhorinha...*, são relacionadas em “Bibliografia Básica”, duas listas de obras literárias, sendo uma “de autoria do Visconde de Taunay”, e outra “Bibliografia geral”. Conclui-se com uma relação de “Instituições e pessoas que contribuíram para pesquisas” e, assim, finaliza-se o romance.

Em síntese, observamos que o foco narrativo nos capítulos finais “Notas históricas” e “O inventário de José Francisco Lopes” em *Senhorinha...* mantém distância da matéria narrada (motivo do romance simbolizado no termo *resistência*, isto é, manter-se firme na manutenção das posses) por meio de uma voz argumentativa e explicativa que se apoia em fontes e citação. Do mesmo modo, a linguagem torna-se objetiva e comprometida a criar fatos históricos que complementem, ou como no caso da análise do inventário de José, justifiquem aquilo que outros narradores antes tivessem enunciado. Estabelece-se, portanto, uma contradição, percebida na quebra da narrativa, tendo em vista que no prólogo o narrador apela para o estatuto ficcional quando pretende “minimizar a escassez de vestígios ou consistentes fontes documentais, essa atividade humana de perscrutar o passado tem uma ferramenta, a ficção” (MEDEIROS, 2018, p. 14), ou ainda, quando refere-se ao “Tempo” como “ente que envolve as imagens em difusas nuvens” (MEDEIROS, 2018, p. 13), e conclui com o paradoxo: “tanto a imaginação do que foi o passado quanto o passado tal como realmente aconteceu podem ser verdades plenas, como uma mentira da imaginação” (MEDEIROS, 2018, p. 14).

Essa fratura na leitura é obtida, em partes, quando cria fissuras na fluidez do romance e compromete o pacto de verossimilhança no qual a literatura baseia seu estatuto. Além disso, a ruptura na narração afasta do papel de possibilidades que d. Senhorinha figurou como personagem central do romance, para que, à distância, procedam-se explicações daquilo que já fora narrado pela freira. Outro aspecto evidenciado nessa descontinuidade da narrativa é o abandono da descrição das cenas na narrativa – momento em que emergem “detalhes específicos, sucessivos e contínuos de tempo, espaço, lugar, ação personagem e diálogo, começam a aparecer” (LEITE, 1997, p. 26) –, para a adoção do sumário narrativo, segundo a tipologia do ponto de vista na narração. O sumário, por sua vez, “é o relato generalizado ou a exposição de uma série de eventos abrangendo um certo período de tempo e uma variedade de

locais” (LEITE, 1997, p. 26) e está presente nas formas mais tradicionais de narração, como o é nas narrativas de estilo memorialístico.

Essa situação causa estranhamento pela quebra no ritmo da narração, que seguia próximo do leitor, além de denotar incógnitas na narrativa. Quem narra esse trecho final? Qual é sua ligação com os dois narradores anteriores? Por que esse narrador não apareceu em nenhum momento da narrativa? As seções “Notas Históricas” e “O inventário...” estão integradas ao enredo? Qual é sua função? Servem para atribuir maior realidade/verossimilhança à narrativa? E, se sim, para esta última pergunta, qual é a necessidade de um romance marcadamente histórico recorrer a explicações históricas? Em primeiro lugar, entendemos que os capítulos “Notas históricas”, “O inventário...” e “Bibliografia Básica” figuram como elementos pós-romance, ou seja, passada toda a aventura em torno da protagonista, que vai desde o achado da fonte, o contar de sua trajetória e o devido desfecho para seu destino, neste caso, sua morte, até o término do romance, com a despedida dos dois narradores em primeira pessoa, restando apenas complementos à obra. Tendo em vista o jogo de distância implicado no foco narrativo e as características relacionadas à biografia do escritor, consideramos nestes elementos pós-romance a presença do autor implícito. Corrobora esta afirmação a crítica de Roland Barthes, apresentada por Lígia Leite, para o uso do discurso objetivo em certas maneiras de narrar, já que os signos da enunciação, quanto mais apelam para a suposta ausência, mais marcam a presença do sujeito. De acordo com esta perspectiva,

uma forma muito comum de marcar a presença do sujeito é, paradoxalmente, pela sua suposta ausência. Ou seja, naqueles casos em que se quer dar a impressão de que a História se conta a si própria, que o discurso é objetivo. Nada se diz sobre a pessoa do enunciante, mas o sujeito persiste ali. Há a supressão dos signos do *eu*, como acontece no discurso de muitos historiadores, e também na ficção realista que se acredita “objetiva”. (LEITE, 1997, p. 81, destaque da autora)

As considerações de Barthes, evidentemente, foram dirigidas ao discurso da História, bastante comum no século XIX, momento em que a disciplina tentava sedimentar seu estatuto científico e positivista e, para tanto, acreditava-se estar praticando um discurso isento e objetivo no qual a palavra confundia-se magicamente com a coisa apenas significada por ela. No entanto, naquilo que toca nossa análise, o fato de o escritor ter se utilizado desse artifício, ou seja, de delimitar a fronteira até onde vai a narrativa ficcional, para a partir dali iniciar a narrativa histórica, faz com que abordemos uma questão que se coloca desde os tempos do filósofo grego Aristóteles: as relações entre ficção e história contidas no romance histórico.

1.2.4 Um livro, várias questões: a ficção histórica e suas fronteiras.

Após considerarmos os aspectos externos da obra *Senhorinha Barbosa Lopes* e analisarmos a técnica que conferiu o espaço-tempo, personagens e o narrador no romance, seguimos com o olhar para as questões do gênero literário em que a obra se insere, neste caso, o romance histórico, e dentro das particularidades conferidas pela escrita.

A propósito, ao considerarmos a materialidade discursiva e a técnica narrativa em *Senhorinha...*, nos deparamos com um jogo de troca de máscaras no qual as marcas do sujeito que escreve aparecem obnubiladas em certos trechos, cristalinas em outros. Ora o narrador simula ser um investigador da história, ora a narradora é uma memorialista, ora a narração é própria da História.

Com relação à temática, *Senhorinha...* apresenta-se com um título que pretende ser uma alternativa ao silenciamento histórico relegado às mulheres nos espaços públicos e nas esferas de poder, quando se propõe a contar a “história da resistência feminina”. Contudo, observado as personagens e o foco narrativo, algumas incoerências da obra nos atentaram para uma questão que permeia o debate quando o assunto é o gênero do romance histórico: o uso da história e da memória oficial como matéria dada para o romance não seria motivo de inibição à inventiva do escritor? Atualmente na 3ª edição, e em cada uma delas acrescentando “dados históricos”, neste ritmo, a obra deixaria de ser um livro de ficção para se tornar um “livro de história”?

A princípio, concordamos com a afirmação de Marilene Weinhardt (2011) de que na ficção de caráter histórico a “distinção de conteúdo tende a se atenuar e até desaparecer de vez, a ponto de muitas vezes o leitor menos comprometido com catalogações hesitar, se lhe exigem uma resposta imediata à pergunta se está lendo ficção ou história” (p. 14). Neste caso, além de considerar superadas as clivagens entre narrativa histórica e narrativa ficcional, a autora lembra sobre a dimensão da leitura e do leitor para a completa realização da obra e que a leitura crítica é apenas mais uma dessas leituras e entendimentos sobre qualquer obra.

Entretanto, vez ou outra, a questão sempre retorna, implícita ou explicitamente, nos próprios romancistas ou nos teóricos da literatura e da história. No prólogo¹⁶ de *Senhorinha...*, por exemplo, o narrador reabre a fenda deixada por Aristóteles da seguinte maneira:

16 Relembramos que dependendo da edição, essa seção varia, consecutivamente, de “introdução”, “notas do autor” a “prólogo”. Além disso, este trecho de *Senhorinha...* compreende um breve momento de metanarratividade, na qual a narração não apenas apresenta *en passant* questões teóricas sobre a transposição de fatos verídicos ou

Para minimizar a escassez de vestígios ou consistentes fontes documentais, essa atividade humana de perscrutar o passado tem uma ferramenta, a ficção. Com ela, os mecanismos da inventividade e do poder criador renovam e enriquecem as lembranças. No dizer de Carlos Fuentes, ‘a literatura torna real o que a história esqueceu, e como a história foi o que foi, a literatura oferecerá o que a história nem sempre foi’. (MEDEIROS, 2018, p. 14, destaque do autor)

Neste trecho, apresentam-se várias questões. A primeira é o hibridismo pelo qual navegará a narrativa. Logo, uma crítica à história que “esqueceu” atenuada pelo socorro prestado pela literatura que “torna real” a recriação da lembrança. Em seguida, aponta para o particular e factual da história positivista que “foi”, mas ao mesmo tempo a relativizava com o complemento “o que foi”, desconfiando de seu valor, para, finalmente, recolocar o timão e o leme nas mãos da literatura que “oferecerá o que a história nem sempre foi”.

As clivagens que aqui aparecem são heranças da antiguidade clássica. Naquele tempo, o filósofo Platão afirmou que a poesia seria uma cópia da cópia da realidade e, por isso, servia para despertar as paixões nos homens, “dificultando-lhes ainda mais o acesso, pela inteligência, ao Mundo das Ideias, o único verdadeiro” (LEITE, 2007, p. 75). Seu discípulo, Aristóteles, inverteu a posição do mestre ao considerar que “a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular” (ARISTÓTELES apud LEITE, 2007, p. 75). Neste caso, a poesia e a ficção, apesar de partir do particular pela mimese, tem efeito catártico pois purifica e liberta a alma. Além disso, teria o poder de revelar o ilusório do mundo ao possibilitar o conhecimento do universal.

Além de atribuir peso e valor à poesia, Aristóteles continua:

É claro (...) que a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas sim coisas quais podiam acontecer, possíveis no ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade.
Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; a obra de Heródoto podia ser metrificada; não seria menos uma história com o metro do que sem ele; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. (ARISTÓTELES, 2005, p. 28)

Nesse entendimento, o filósofo distinguiu de maneira concisa a diferença entre o historiador e o poeta e vai mais além: expõe a questão basilar da qual ambas formas de escritura não têm como negligenciar, ainda em nosso tempo: o problema da verossimilhança, isto é, o

históricos (no sentido mais amplo do termo), mas também produz uma reflexão sobre o próprio texto que se apresenta ao leitor.

“compromisso entre o processo de representação como fator construtivo e a natureza da realidade representada como efeito de sentido” (ARISTÓTELES, 2005, p. 10).

No Renascimento, a *Poética* de Aristóteles foi retomada, explicada e recriada, apresentando-se a partir de então os contornos definitivos do que se tornaria a teoria aristotélica da literatura, bem como das artes em geral. Segundo Lígia Leite, a polêmica entre as ideias de Platão e Aristóteles renasce durante o Iluminismo “quando os ilustrados (com D’Alembert e Diderot) defendem a formação das almas pelo teatro, e Rousseau, platonicamente, o encontra nocivo à formação dos homens e à vida da sociedade” (LEITE, 2007, p.76, destaque da autora). Com a Modernidade, permanece válida a distinção básica legada pelos filósofos gregos antigos, qual seja, a oposição verdadeiro \times verossímil, mesmo que outras modalidades narrativas em prosa, derivadas da epopeia clássica, como por exemplo, o romance, figurassem no gosto de autores e leitores.

Com o advento do romance histórico, no início do século XIX, as relações entre poeta e historiador, legadas dos tempos de Aristóteles, tornaram-se mais evidentes e, inevitavelmente, surgiram inquietações sobre o peso que cada um, *romance* e *história*, teria no interior da narrativa literária a partir daquele momento. Para Alcmeno Bastos, a desconfiança acerca do romance histórico naquele contexto é de que este seria, por um lado, como uma versão amena daquela produzida pela historiografia, cabendo ao romancista reduzido direito de preencher lacunas pelo registro histórico sem, contudo, afastar-se do dado consagrado. Ou, de outro lado, o romance histórico seria o texto conduzido pela “liberdade ilimitada na manipulação do dado histórico”, sob o estatuto da ficção, logo, “invenção, servindo a história apenas como matéria-prima sobre a qual deveria exercitar-se a imaginação do escritor” (BASTOS, 2007, p. 11).

O romance histórico surge no contexto do princípio do século XIX, com a Revolução Industrial, o recrudescimento do capitalismo e a ascensão da burguesia por meio de suas revoluções. Nesse ínterim, a literatura e a ficção tentam se desvencilhar da retórica, firmando seu estatuto no aparente descompromisso e liberdade para criar um mundo com leis próprias; a história, por sua vez, guiada pelo positivismo liberal e pelo historicismo mecânico, embasava seu discurso na neutralidade do discurso dito científico, de um tempo contínuo e linear, a narrar a “história do vencedor, sem claros, sem lacunas, sem derrotas, sem enigmas, otimista, pretensamente objetiva, contínua” (LEITE, 2007, p. 84). A história como romance e o romance com fatos da história aparecem como alternativa e, até mesmo, como correção da versão hegemônica da história positivista e cientificista, possibilitando, assim, um ato de oposição ao discurso do poder constituído, que, “através do poder transformador da palavra, tem condições

de forjar o leito de um rio pelo qual navegará o futuro no lugar dos desejos humanos” (ESTEVEVES, 2010, p. 209)

Apesar de ser considerado precursor do gênero romance histórico, o estilo de Scott não se manteve genuíno. Mesmo assim, *Ivanhoé* (1819) serve ainda de base para classificar os escritos posteriores como tradicionais ou como sinais de mudança e ruptura no gênero. Assim pois, como na relação entre história e literatura, o romance histórico estará em constante crise, uma vez que seu objetivo principal seja a apreensão e recriação dos signos da história. De acordo com Esteves

a preocupação maior do romance histórico romântico era conseguir a síntese entre a fantasia e a realidade, onde os jogos inventivos do escritor aplicados a dados históricos produzissem composições que dessem aos ávidos leitores, ao mesmo tempo, ilusão de realismo e oportunidade de escapar de uma realidade que não satisfazia. (ESTEVEVES, 1998, p. 129)

Nesse entendimento, o romance histórico do século XIX passou por mudanças, a medida que o século XX trazia à tona a relatividade e a fragmentação do olhar, emergindo novas maneiras de narrar histórias. As narrativas históricas e ficcionais que se distanciaram, mesmo que tivessem sido na antiguidade, voltam a convergir para tentar dar conta do “mundo compreendido como eterno abismo” (NASCIMENTO, 2006, p. 9)

Os estudos mais recentes sobre o romance histórico denominam “ficção histórica” para a literatura em que “a ação ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas reais ajudam a fixar a época, agindo conforme a mentalidade de seu tempo” (ESTEVEVES, 1998, p. 129). Isso porque a ficção de caráter histórico no século XX rompe com modelo lukacsiano, principalmente quando observado a literatura desse tipo produzida na América Latina engajada em escrever a respeito dos esquecimentos, das migalhas e contrapor-se à versão oficial da história.

Observando a relação que romances da Guerra do Paraguai mantêm com o referencial histórico, Adenilson Albuquerque (2020) distingue pelo menos cinco modalidades desse gênero narrativo. São eles: o romance histórico clássico scottiano; o romance histórico tradicional; o novo romance histórico latino-americano; a metaficção historiográfica; e o romance histórico contemporâneo de mediação. Ora, diante deste quadro, qual seria o lugar de *Senhorinha...* na classificação do gênero?

Em pesquisa acadêmica intitulada *A voz e a resistência feminina na obra Senhorinha Barbosa Lopes, de Samuel Medeiros* (2020)¹⁷, Fabio Pereira do Vale Machado coloca em evidência o romance *Senhorinha...* em suas principais virtudes que, segundo o autor, seriam “a voz e a resistência feminina” no interior da narrativa, o uso de uma narradora e de uma protagonista mulheres para contar a história da/na fronteira e, principalmente, o de propagar a cultura de Mato Grosso do Sul pelo país. Convertida em livro no ano de 2021, a pesquisa de Fabio Machado classifica o livro de Medeiros como sendo um “novo romance histórico”, informação, inclusive, a figurar na capa do livro.

Em princípio, Machado (2020) apoia-se no entendimento do Fredric Jameson cujo critério para avaliar um romance como histórico precisa retratar em seu enredo evento paradigmático, uma revolução ou guerra, por exemplo. Entretanto, Jameson em seu artigo *O romance histórico ainda é possível?* (2011) orienta sua concepção de passado histórico para grandes acontecimentos, geralmente, registrados pela história nacional. Nessa percepção, acontecimentos de (des)importância menores inviabilizariam o futuro do gênero literário, o que, contrariamente, não correspondente com boa parte da produção contemporânea do gênero.

Independente do ceticismo e da opinião de Jameson, sem dúvidas o romance *Senhorinha...* é histórico pelos motivos que apontamos no início desse tópico e tornaremos a repetir: pela matéria de extração histórica reconhecida em constante renovação (colonização do ASMT e Guerra do Paraguai) e pela presença de figuras históricas proeminentes. Entretanto,

17 A pesquisa *A voz e a resistência feminina na obra: Senhorinha Barbosa Lopes (2018) de Samuel Medeiros*, de Fabio Pereira do Vale Machado, foi defendida em 2020 pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no Programa de Pós-graduação em Letras, campus Campo Grande, e é a única, até o presente momento, a se dedicar exclusivamente à análise do livro *Senhorinha Barbosa Lopes*. Não houve publicação para a dissertação de Machado até o instante momento e o exemplar que nos chegou em mãos foi através dos professores Eudes Fernando Leite e da professora Alessandra dos Santos Pinheiro, esta última, membro da comissão examinadora da dissertação de mestrado de Fabio do Vale Machado. Amparado nos preceitos dos estudos fronteiriços e culturais, Machado utilizou-se de entrevistas com o escritor Samuel Medeiros, de quem afirma ter proximidade. Essa metodologia, no entanto, não foi precedida de uma razoável distância entre a pessoa do escritor e o autor da obra, que em nosso entender, são seres distintos. Nessa perspectiva, a dissertação de Machado não poupou elogios à figura do escritor e exaltação quanto a atitude de Samuel Medeiros em escrever um livro que retrate a cultura e as regionalidades de Mato Grosso do Sul. Por outro lado, faltou-lhe uma análise mais detida na Teoria da literatura, mais atenta ao discurso e à linguagem, além de atualizar-se a respeito das renovações na historiografia para estabelecer comparações e, se acaso, fazer a devida crítica. Apesar de ter sido um trabalho acadêmico e no interior de uma universidade, Machado valeu-se do artifício comum entre os catedráticos de institutos de letras, memória e história: escrevem livros para elogiarem os colegas, pintam os enredos de telurismo local e valem-se de recursos públicos para suas publicações. No entanto, entendemos o posicionamento ideológico do autor de *A voz e a resistência feminina...* em optar por não fazer uma leitura, ao estilo de Walter Benjamin, à contrapelo: Fabio do Vale Machado é neto de Hugo Pereira do Vale, imortal na Academia Sul-mato-grossense de Letras, e integra os quadros da UBE/MS junto com Samuel Medeiros. Disponível em <<https://www.campograndenoticias.com.br/2021/08/06/a-voz-e-a-resistencia-feminina-em-novo-livro-de-fabio-do-vale/>>, acesso em 08 de novembro de 2021; e disponível em <https://insted.edu.br/professor-fabio-do-vale-lanca-obra-sobre-senhorinha-barbosa-lopes-de-samuel-medeiros/>, acesso em 08 de novembro de 2021.

discordamos de Machado (2020) quando afirmar que o romance *Senhorinha...* pode ser classificado com “novo romance histórico”.

Isso porque o novo romance histórico, especialmente, é uma das narrativas literárias que, assim como a narrativa histórica contemporânea, quebram com o estatuto realista e naturalista – no caso da historiografia, o rompimento foi com o historicismo e positivismo –, no afã de retratar um mundo real e multifacetado que encontrava-se enterrado sob os escombros e ótica de alguns poucos olhares e penas. Na modalidade literária do gênero “novo romance histórico”, Adenilson Albuquerque apresenta as seguintes características:

1. A releitura da história pela ficção, objetivando dar um sentido e uma coerência à atualidade desde uma visão crítica do passado;
2. Impugnação do discurso legitimador instaurado pelas versões oficiais da história;
3. Multiplicidade de perspectivas que impossibilita o acesso a uma só verdade histórica;
4. Abolição do distanciamento épico;
5. Ironia e paródia, às vezes irreverência, ao reescrever histórias conhecidas, sempre com pitadas hiperbólicas e grotescas, jogando com a criação linguística do anacronismo e do pastiche, dinamitando crenças e valores estabelecidos;
6. Superposição de tempos históricos diferentes;
7. Uso de documentação como respaldo à historicidade textual;
8. Variedade de modalidades expressivas;
9. Releitura distanciada, *pesadelesca* ou anacrônica da história, refletida numa escrita paródica;
10. Manejo da linguagem como ferramenta fundamental. (ALBUQUERQUE, 2020, p. 58)

Se fossemos julgar o livro apenas pela capa, poderíamos afirmar que *Senhorinha...* é uma narrativa contemporânea, nova e de acordo com a atualidade por assim dizer, por retratar e dar voz às mulheres do passado que sempre estiveram ofuscadas e esquecidas, pois sempre foram memorizadas, esquecidas, apagadas ou subestimadas pelo olhar e pelo registro de homens, geralmente responsáveis pelos registros da memória, da cultura e da história em sociedades tipicamente patriarcais.

Em nosso entendimento, no entanto, a narrativa ficcional de Medeiros em *Senhorinha...* pode ser considerada uma narrativa contemporânea na utilização da múltipla focalização da voz narrativa. Mas não passa deste ponto. E é nessa percepção que reside nosso entendimento de que a obra de Medeiros é uma ressignificação do memorialismo regional: *Senhorinha...* reconta os mesmíssimos dados históricos e memoriais oficiais de Mato Grosso do Sul, ainda demasiadamente historicista e positivistas, e não diferente, ainda nos nossos dias, tem o hábito

de rasgar elogios aos grandes homens do passado, que, todavia, para fugir de gêneros entediados, tais como a crônica ou a biografia memorialista, atualiza a linguagem e tematiza o tempo na forma de um romance histórico. Desse modo, por dar mais importância aos grandes eventos do passado, sobrou pouco espaço e possibilidades para a realização das personagens femininas ao longo da narrativa ficcional histórica tal como expusemos ao longo deste capítulo da pesquisa.

Se tivéssemos que classificar o romance *Senhorinha...*, de acordo com o entendimento de Adenilson Albuquerque (2020), a obra de Medeiros se enquadraria melhor nas características de “romance histórico tradicional”. Podem ser observados nesta modalidade ao menos seis traços distintivos. Seriam eles:

1. Desaparece a estrutura do pano-de-fundo histórico para que o evento visitado e a narrativa ficcional constituam eixo único no romance;
2. A ideologia que permeia a escrita ficcional comunga com a exaltação mítica dos heróis do passado;
3. As ações narradas no romance seguem a linearidade cronológica dos eventos históricos;
4. A visão onisciente do modelo clássico pode ser substituída pela individualização na narrativa em primeira pessoa;
5. Prevalece a intenção de ensinar ao leitor a versão histórica hegemônica do passado;
6. As personagens passam a ser, na maioria dos casos, aquelas consagradas pela historiografia. (ALBUQUERQUE, 2020, p. 58)

Evidentemente que toda classificação pode se tornar generalizante se não direcionada para um corpo ou objeto específico. Na pesquisa de Adenilson Albuquerque (2020) *Senhorinha...* é listado como romance que tem a temática centrada na Guerra do Paraguai, porém, não integra a relação de obras as quais o autor intitula de “palavra armada”. Por isso, optamos por discorrer neste primeiro capítulo em uma análise detalhada sobre o romance histórico *Senhorinha...* como procedimento analítico de desmonte do discurso verbal e expor considerações que fossem além da capa e das imagens de uma senhora respeitável. Em respeito às mulheres comuns e às senhoras respeitáveis do passado, um autor que se propõe escrever sobre *resistência feminina*, sendo do gênero masculino, precisa se reinventar e ressignificar-se sobre o conceito de feminino contemporâneo para construir personagens que correspondam com os anseios do grupo social ao qual o livro, aparentemente se destinaria, ou seja, uma pretensa luta e resistência feminina, tal como fez Lepecki em *Cunhataí*.

CAPÍTULO II

A LITERATURA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A IDENTIDADE REGIONAL

2.1 A memória ata as pontas entre história e literatura

Após a introdução desse quadro ilustrado por componentes internos e externos à fonte literária, frisamos que esta pesquisa, apesar de estar situado no campo dos estudos históricos, arrisca-se a caminhar na linha de fronteira entre História e Literatura. Com o objetivo de revelar e desvelar os mecanismos da narrativa literária, aproximamo-nos da convergência entre áreas do saber especializado que demonstram ter muitas afinidades entre si. O que buscamos, em princípio, foi utilizar de elementos comuns aos estilos e temas de composição da narrativa histórica e literária, os quais seriam a memória, a representação do passado e o estilo de composição da narrativa, no afã de identificar a forma pela qual o discurso verbal e simbólico empregado pelo escritor Samuel Medeiros, no romance histórico *Senhorinha Barbosa Lopes*, reconta fatos do passado de Mato Grosso do Sul, de d. Senhorinha e do próprio autor, ressignificando-os no presente.

Procuramos, ademais, considerar o romance de Medeiros no interior de práticas literárias e memorialistas de autores identificados com tendências regionalistas para analisar sua contribuição para a literatura regional e, com isso, investigar as maneiras pelas quais o autor representa o tempo, o espaço e o ser mato-grossense do sul. Entendemos, nesse sentido, que perscrutar os caminhos simbólicos de *Senhorinha...* é levantar questões ainda abertas acerca da identidade de Mato Grosso do Sul, é indagar a permanente lembrança de atos e seres do passado que estereotipam comportamentos e padronizam identidades.

Para tanto, entendemos por literatura os diversos modos de expressão por meio da linguagem escrita, seja em verso ou em prosa. Tão remota quanto indissociável das ideias de homem, cultura e civilização, o registro e compartilhamento das experiências vividas através das inúmeras modalidades da linguagem, seja oral ou escrita, resguardam os homens de serem apagados pelo tempo ao passo que, dialeticamente, garantem subsídios para a memória.

De acordo com Anatol Rosenfeld, os termos “belas letras” ou “beletrística” cabem apenas a parte da literatura, a qual seria aquela que atinge considerável grau de valorização estética, conjugado à “lógica literária” e de caráter fictício e imaginário. No entanto, segundo o

autor, não há como negar que certos escritos, como obras científicas, reportagens, notícias, textos de propaganda, livros didáticos, receitas de cozinha etc.” (1970, p. 11), ou seja, obras de caráter não-ficcional sejam obras-de-arte literárias, dados os critérios de valorização estética dos nossos dias. Nesse sentido e dentro de uma conceituação ampla, “literatura é tudo o que aparece fixado por meio de letras” que não se reduz apenas a seu aspecto imaginário ou fictício. (ROSENFELD, 1970, p. 11)

Por literatura compreendemos ainda um conjunto de obras, ou de textos, que se manifestam por meio de uma linguagem, suporte sensitivo para plasmar impressões, paixões, fatos e acontecimentos, todos, elementos não-literários usados como matéria-prima do ato criador. Apesar de ter como referência a realidade objetiva e subjetiva do ser humano, a obra literária é dona de uma realidade própria, é autônoma, pois conjuga elementos expressivos que lhe permitem independência da realidade externa ou das determinações de forma, conteúdo e suporte. Sob a leveza da existência autônoma, a obra não pertence nem aqui, nem acolá. Realiza-se e permanece atual em sua universalidade, independente da língua ou do lugar, manifestando a transcendência e a transfiguração dos elementos não-literários. (CANDIDO, 1975)

Todavia, a obra ou texto literário é resultado do trabalho do homem e, invariavelmente, não está desvinculado de uma temporalidade nem desconexo dos elementos de natureza histórica, social e psíquica. Apesar de a obra não se reduzir a fatores externos e individuais, a crítica literária de Antônio Candido (1975) considera falta de bom senso não considerar as condições de produção, circulação, recepção do texto literário, ou as biografias dos escritores, aliados à análise da estrutura interna, diante do ato da leitura e da crítica de uma obra.

De certo modo, para compreender a maneira pela qual *Senhorinha...* traz novos significados para a literatura memorialista de Mato Grosso do Sul é preciso atentar-se à forma, ao conteúdo, ao suporte do texto e à biografia do criador, mas também considerar que a obra está inserida em certas tradições literárias manifestadas historicamente. De acordo com Candido (1975), essa tradição é a atividade dos escritores de um dado período que se conecta pela transmissão de denominadores comuns, atribuída pelo crítico como um sistema simbólico de comunicação inter-humana que permite conhecer no tempo o movimento do conjunto e o lineamento de um todo.

Com o propósito de conhecer uma certa produção literária numa determinada temporalidade, faz-se prudente notar o caso sul-mato-grossense momentos antes de sua

separação da porção norte¹⁸. Paulo Bungart Neto (2012) constata, em breve fortuna crítica do memorialismo sul-mato-grossense, uma longa tradição de escritos que têm como elo principal os fios da memória. A teia memorialística que resulta dessa tradição tem como fundamento a memória pessoal no interior de famílias que fizeram parte do povoamento do ASMT. Através do testemunho, oral ou escrito, e pelo esforço de descendentes em resgatar e registrar a memória de seus antepassados, o crítico observa que a memória coletiva produzida em Mato Grosso do Sul beira a um “paradoxo”, uma vez que “a despeito de sua rica história cultural, sua autonomia política é tão recente e ainda em construção que nos autoriza a pensar que o Mato Grosso do Sul, (...) já existia antes de ‘ser’” (BUNGART NETO, 2012, p. 74). Lineando os principais textos memorialistas¹⁹, o pesquisador notou que

(...) no subgênero das memórias individuais, a literatura sul-mato-grossense também é riquíssima. Chama a atenção o fato de, à exceção das memórias de Taunay, redigidas no final do século XIX, quase todos os memorialistas do Mato Grosso do Sul terem publicado seus volumes de recordações após a divisão em 1977. Como nenhum deles possui menos de trinta e cinco anos de idade, fica evidente que o texto memorialístico é sul-mato-grossense (do ponto de vista cultural), embora as recordações de infância e juventude evocadas estejam ligadas à época do Mato Grosso indiviso geograficamente, quando o sul do estado possuía identidade cultural mas não autonomia política. (BUNGART NETO, 2012, p. 74)

Notemos, entretanto, que a memória enquanto matéria da escrita literária tem diversas aplicações. Na maioria dos casos levantados por Bungart Neto a memória é utilizada como

18 Parte da crítica literária de Mato Grosso do Sul, dirigindo-se ao público não especializado, classifica uma obra como sendo “regional” por ter no enredo referências, representações e imagens de um dado lugar, reconhecido no real do vivido, podendo o autor ser natural do local – como em *Morro azul: estórias pantaneiras*, de Aglay Trindade Nantes, ou em *Balaio de bugre e Homens de aço*, de Hélio Serejo – ou sê-lo, o escritor, um viajante, sertanista ou cronista que usa as cores e traços da localidade determinada, sem necessariamente ter nascido ou vivido tempo suficiente para criar vínculos de pertencimento, e transforma esses dados em matéria de narrativa – caso de *O retirada da Laguna e Inocência*, de Alfredo D’Escragnolle Taunay, ou *Selva Trágica* de Hernani Donato. Cf.: ROSA, 2011, pp. 321-331.

19 Entre os textos citados, apontaremos apenas aqueles escritos em prosa: *História da terra mato-grossense* (1983), de J. Barbosa Rodrigues; *Taboco: Balaio de recordações* (1984), de Renato Alves Ribeiro; *História da literatura sul-mato-grossense* (1981) de José Couto Vieira Pontes; *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis* (1979) de Astúrio Monteiro de Lima; *Camalotes e guavirais* (1989) de Ulisses Serra; *Vespasiano, meu pai* (1989) de Nelly Martins; *Seiscentas léguas a pé (A Campanha do Apa)* (1988) de Acyr Vaz Guimarães; *Silvino Jacques: O último dos bandoleiros e Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* (2010) de Brígido Ibanhes; *Memória da arte em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida* (1992), com Maria Adélia Menegazzo e Idara Duncan, *A música de Mato Grosso do Sul: Histórias de vida* (2009), com Idara Duncan e *A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores* (2011), com Albana Xavier Nogueira, todos escritos por Maria da Glória Sá Rosa (e colaboradoras); *A poeira da jornada* (1980) de Demosthenes Martins; *Espelho do tempo: Memórias* (2009) de Ruben Figueiró de Oliveira; *Memórias de Jardim* (2002) e *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de resistência feminina na Guerra do Paraguai* (2007) de Samuel Xavier Medeiros; e *Historias de muito antes - Exercícios de ficção e memória: contos* (2004) de Abílio Leite de Barros.

sinônimo de testemunho, da fidelidade do passado através daqueles que o viveram. Com efeito, decorrem narrativas carregadas de sentimentos realistas, quando não exageradamente pitorescas, como que empenhadas em retratar e exaltar as características da fauna e da flora, mas que, em certa medida, imbui-se um carácter documental da narrativa pretérita sobre a região sul-mato-grossense.

Outros usos da memória na literatura podem ser evidenciados na escrita de Manoel de Barros, sobretudo com sua trilogia *Memórias inventadas: a infância* (2003); *Memórias inventadas: a segunda infância* (2006), *Memórias inventadas: a terceira infância* (2008). Ao usar a memória como matéria de sua poética, Barros transfigura as imagens do Pantanal, local onde viveu sua infância, “mediante a fusão de essências, como se homem e natureza fossem um único ser” (ROSA; NOGUEIRA, 2011, p. 9). Ao recorrer a figuras e a personagens do ambiente pantaneiro como na composição de sua lírica, Manoel de Barros vale-se da memória como se fossem asas para o livre voo da imaginação e o brincar com as palavras.

Os estudos históricos acerca da produção da memória e da identidade sul-mato-grossenses dão suporte na compreensão do paradoxo na memorialística regional aludido pela crítica literária. A historiadora Ana Paula Squinelo afirma que no momento histórico da divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, este se viu “órfão de história”, visto que “todo aparato jurídico, político, administrativo, arquivos, etc., ficaram [sic] em Cuiabá, logo os documentos oficiais, a memória registrada ao longo dos anos pela imprensa local (...) ficaram de posse da elite intelectual cuiabana” (SQUINELO, 2009, p. 02).

Por certo, a constatação obtida pelos estudos de Paulo Bungart Neto (2012), reforça o entendimento da existência, marcadamente entre as décadas de 1970 e 1980, de um movimento literário operado pelo viés memorialístico, levado a cabo por intelectuais sul-mato-grossenses, em sua maioria profissionais liberais e descendentes da elite agrária local, empenhados em criar e registrar uma história e uma memória que fosse representativo do estado recém-criado.

Essa produção literária coordenada e institucional teve início quando José Vieira do Couto Pontes, Ulysses Serra e Germano Barros de Souza se encarregaram de fundar uma entidade cultural que correspondesse à altura da maior cidade em habitantes do Mato Grosso à época e, em 1971, criaram a Academia de Letras e História de Campo Grande (ALHCG). Esses escritores tinham por objetivo inicial “exigir do poder público um museu e uma biblioteca com livros de escritores de Mato Grosso, além de poder reunir os cultores de Letras e da História para desenvolverem a cultura campo-grandense, com a publicação de uma revista literária” (AMARILHA, 2006, p. 123).

Segundo Carlos Amarilha (2006), a partir das tertúlias entre amigos, os homens de letras de Campo Grande pretendiam dar o ambiente cultural que correspondesse ao progresso e crescimento da cidade, ao passo que fabricavam uma região cultural e culta face ao estigma da *bovinização* do local. Para tanto, convidaram para a solenidade de fundação da ALHCG, em 1972, membros da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Letras de São Paulo, atitude que simbolicamente busca demarcar a identidade brasileira através do específico regional, distanciando-se gradativamente da identidade da capital Cuiabá. Além disso, na ocasião, *Camalotes e Guavirais*, de Ulysses Serra, livro de crônicas memorialistas, foi escolhido como livro síntese da cultura local.

Em estudo sobre os pilares do memorialismo sul-mato-grossense, Ricardo Souza da Silva observou, a propósito da criação do estado de Mato Grosso do Sul, a abertura em 1978 do Instituto Histórico e Geográfico de MS (IHGMS) e da Academia Sul-mato-grossense de Letras (ASL/MS), ambos derivados da Academia de Letras e História de Campo Grande. Sob a tutela de um lugar de autoridade institucional e de poder de fala, escritores, como Paulo Coelho Machado, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, publicavam obras de gêneros diversos, que apresentam “características míticas, épicas e ufanas” (SILVA, 2006, p. 56), repletas de anacronismos, omissão e descontextualizadas, além de estarem preocupadas em “heroicizar os personagens” (SILVA, 2006, p. 54), a fim de criar uma identidade sul-mato-grossense a partir de uma memória de consenso, repetindo certos elementos simbólicos herdados da memória mato-grossense e refutando outros.

De maneira análoga, a postura de homens de letras empenhados em delinear um perfil para a região encontra ressonância quando observado o momento da criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas produções historiográficas como missão de criar uma identidade que seja capaz de reconhecer a Nação que, em 1822, tornara-se independente de Portugal. (GUIMARÃES, 1988). Nesse entendimento, faz-se mister observar o caso de Mato Grosso do Sul, no momento de sua criação e por meio de suas instituições culturais, como o IGHMS e a ASL. Estas instituições empenharam-se, e ainda em nossos dias o fazem, de maneira efetiva, paulatina e recorrente, na construção e imposição de imagens e manifestações oficiais que identifiquem o específico regional perante a Nação.

Tal postura dos homens de letras e intelectuais sul-mato-grossenses, em consonância com as ideias de Pierre Bourdieu (1989), converge para a ação, ora consciente ora inocente, de demarcar espaços e lugares na nova-velha sociedade, numa luta pelo monopólio e pela imposição da identidade étnica e regional. Nesse caso, não há paradoxos na literatura

memorialista, há, pois, o estado Mato Grosso do Sul que nascera velho, apesar da criação recente, onde existiam rastros, traços e restos de culturas, de povos originários, de colonos, de imigrantes, de fauna e flora, enfim, uma multiplicidade de elementos. A incoerência nesta literatura talvez venha de *quem e o que* são lembrados, e na mesma esteira, quem são os esquecidos nessas narrativas.

A problemática na literatura memorialista está na identidade eleita. De maneira a privilegiar grandes nomes e acontecimentos que forjaram o caráter do sul-mato-grossense, os intelectuais escolhem no passado os “heróis” que deram o exemplo e contribuíram para o progresso e prosperidade da região. Além disso, os grandes homens representam as virtudes do homem sul-mato-grossense (SQUINELO, 2009). Como expõe a historiadora Ana Paula Squinelo, um dos momentos históricos privilegiados na escrita memorial regionalista é a Guerra do Paraguai e mais notadamente o episódio da contramarcha forçada das tropas imperiais em operação no ASMT. A partir deste fato elegido, são heroicizados as figuras de Alfredo D’Escragnolle de Taunay, José Francisco Lopes, Antônio João Ribeiro e diversos outros “grandes homens”.

Ainda a respeito do empenho por uma memória literária da região, em 2007, o governo do estado de Mato Grosso do Sul sancionou a lei n.º 3.390 que eleva o romance *Inocência*, de Alfredo d’Escragnolle de Taunay (Visconde de), à condição de romance símbolo do estado, além de criar o *Dia de Inocência*, a ser comemorado no dia 04 de julho. Apesar de ser ficção, o conteúdo para a construção do enredo e personagens foi captado a partir das missões de Taunay ao sul de Mato Grosso, por ocasião da Guerra contra o Paraguai, evidências reconhecidas mais tarde pela comparação de seu estilo de escrita descritivo e pictórico e pela confirmação em testemunho póstumo apresentado em seu livro *Memórias*. O autor de *A retirada de Laguna* representou em sua literatura suas memórias, as lembranças dos locais onde esteve e a gente com quem teve contato. Por isso, suas obras são tomadas como referência, como inspiração e como material de profícuo conteúdo memorialístico para recompor o passado de Mato Grosso do Sul ou do então sul de Mato Grosso.

2.2 Literatura memorialista regional: algumas considerações

Frente ao exercício de anamnese, a constatação de uma tradição memorial na literatura sul-mato-grossense nos alerta para destacar adequadamente a denotação dos termos

memória/memorialismo/região/regionalismo presentes neste trabalho. A memória é parte integrante da capacidade cognitiva dos seres humanos e naturalmente usada no ato de aprender a partir dos conteúdos da experiência sensitiva. É pela capacidade do cérebro de guardar esse conteúdo que a imagem apreendida ressurge na mente, de forma espontânea ou provocada, momento em que somos capazes de lembrar da coisa ausente e/ou do passado. O uso da memória é, desse modo, indispensável para o ato criador de qualquer literatura, visto que é por meio dela que se tem a posição de um real anterior, sem a qual, todavia, comprometeria a suspensão de toda realidade e a visão do irreal, qualidade do polo ficcional da imaginação, de acordo com Paul Ricoeur (2007). Portanto, memória e imaginação são imprescindíveis para a escritura de qualquer discurso.

O que denominamos memorialismo é a prática literária que se apega fortemente a escrever memórias. Estas narrativas memoriais utilizam elementos, como: lembranças pessoais (tempos da vida: infância, adolescência, maturidade), recordações de episódios (momentos e lugares), personagens locais (pessoas que marcaram e merecem ser lembradas, geralmente ligadas a figuras públicas) e o espaço comum do escritor, do narrador e das personagens, que ilustram, geralmente, determinados grupos sociais da elite local. Em grande parte, são narradas em forma de crônicas e valem-se da fidelidade da memória para registrar o como, o que e o porquê do passado da região, do qual o escritor é testemunha ocular; quando não o é, recebeu a “visão do passado” de outro cronista confrade de letras.

Ademais, a escrita memorialista observa hábitos, costumes e valores ao presente da escrita, para colocá-los em perspectiva com sua referência de passado, tornando, assim, recorrente o saudosismo e a nostalgia, que julga o transcorrer do tempo, a depender das circunstâncias históricas, podendo oscilar: ora otimista, ora pessimista. Em conjunto e institucionalizadas, essas narrativas memoriais sobre o passado de uma região tornam-se a imagem referência para a identidade regional desejada por aqueles que a escrevem e é absorvida, conscientemente ou não, pelas práticas culturais do local.

As narrações da memória, transformada em testemunha, observa Beatriz Sarlo (2007), dá um sentido único à história, uma história teleológica, e implicam a marca e hegemonia do presente sobre o passado no discurso. Além disso, é um discurso “completo”, do qual a riqueza de detalhes e o acúmulo de precisão estão ancorados na experiência recuperada a partir do singular, não admitindo a desconfiança. Nestes discursos e memórias, segundo Sarlo, “o primado do detalhe é um modo realista-romântico de fortalecimento da credibilidade do narrador e da veracidade de sua narração” (SARLO, 2007, p. 51). A autora completa à respeito

do estilo de composição da narrativa da memória que “(...) o sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele o incluiu em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem a explicar as ausências (...)” (SARLO, 2007, p. 51).

Nesse sentido, e em consonância com a argumentação desenvolvida até o momento, é lícito pensar as caracterizações de memória e de memorialismo, contanto que se aluda às noções de *região*, *fronteira* e *regionalismo*. Desta feita, por literatura regional²⁰, podemos entender como a obra que traz

(...) peculiaridades de uma região em oposição às demais ou à totalidade nacional, seja em decorrência de um fundo natural (clima topografia, flora e fauna) e principalmente pelo ‘como’ as maneiras de uma sociedade humana, numa dada região, a tornaram distinta de outra. (SANTOS, 2009, p. 52, destaque do autor)

A obra *Senhorinha...*, de Samuel Medeiros, flutua entre regiões e fronteiras “reais”: a chegada ao “sertão dos Garcias” e a entrada no ASMT; a região das vacarias e o do gado *vacum*, local de planalto e topografia plana onde o gado buscava pastagem; a região fronteira e de planície, às margens do rio Apa, afluente do rio Paraguai, onde d. Senhorinha e Gabriel se

20 O Regionalismo, enquanto estética literária, não escapa ao debate que concerne à qualquer obra literária em que pese o *status* de cânone universal das *belas letras* dada sua técnica apurada e qualidade estética. Seus traços na literatura universal surgem como uma reação a modernidade e seus produtos (Iluminismo, centralização dos Estados-nação, capitalismo mercantil-industrial), tendo como características vincular o idílio e o pastoral (tradição greco-romana) de certa região rural em oposição aos valores, gostos e costumes citadinos. Paradoxalmente, nesse contexto inicial, a obra regionalista era escrita na cidade, para leitores urbanos e falando sobre o homem do campo, o que incorreu ao estilo de escrita, desde então, severos julgamentos preconceituosos e estereotipados. De acordo com A. Candido (1975), no caso da literatura brasileira – e o adjetivo pátria a situa numa região do globo, em uma nação – em seus momentos iniciais, tinha na estética do romantismo aquela que mais se empenhou em narrar a fundação da nação, embora oscilasse entre os polos universal/particular, combinando as técnicas de modo vário. Nesse sentido, alude o crítico, o momento histórico da Independência do Brasil (1822) e as décadas subsequentes, se vê refletida em obras com a missão de construir uma identidade literária para ex-colônia (e portanto, relegada e estereotipada como inculta, atrasada, etc.) narrando as cores e os traços locais, presos à fidelidade documentária ou sentimental da experiência bruta, e de certo modo acabaram por tolher o voo da obra de arte (Candido, 1975, passim). Desde então, a tendência do regionalismo na literatura acompanhou as transformações alcançadas (avanços do capitalismo neoliberal, globalização do mercado, uniformização cultural) e, apesar da carga preconceituosa, o regionalismo continua vivo e atuante, comportando a pluralidade discursiva e contemplando em sua tendência-formal tanto reacionários, nostálgicos e xenófobos, quanto progressistas, inconformados com a injustiça social, questões identitárias e ecológicas (CHIAPPINI, 1995). Da mesma maneira, os estudos culturais de literatura comparada e estudos de fronteira dedicam-se a acurar o olhar para regiões de encontros culturais, antes relegados à margem, à sobra, à periferia, ao gueto da nação, ao não-lugar, como são muitas vezes os espaços de fronteiras secas entre nações ou de fronteiras étnicas dentro de uma mesma cidade. Por essa perspectiva renovada, o regionalismo pode ser encarado enquanto possibilidades de resistência cultural, pontuando que há outros lugares, outras fronteiras, não identificáveis com o desenvolvimento ou o “progresso” tecnológico. (SANTOS, 2009) Entretanto, recomenda a crítica que a mediana ao regionalismo literário seria expressar uma região para além da geografia e tornar verossímil, por meio da arte, o diferente, o Outro, para que possa ser entendido e respeitado como “homem humano” (CHIAPPINI, 1995). O termo mais atual e apropriado, portanto, seria o de *regionalidade*, na qual a região é determinada na obra literária, ao passo que é vivida e subjetivada.

afazendaram; os limites entre nações em conflito bélico; e a afirmação da importância do ASMT como sentinela de defesa e consolidação da fronteira nacional. Por outro lado, a narrativa de Medeiros também navega por regiões e fronteiras simbólicas, seja entre História e literatura – a mais latente, dado o gênero romance histórico da obra – bem como, entre civilização/barbárie, ordem/desordem, cultura/natureza, vida/morte, homem/mulher, oscilando em sucessivos níveis de tensão entre polaridades conceituais.

Outrossim, o regionalismo na literatura figura como o conjunto de obras, agrupado em movimentos conscientes ou sob a tutela de institutos com o poder de fala, com a missão de firmar uma identidade brasileira através do específico regional como representação literária de uma determinada região do país. Sucessora do tropo sertão/sertanismo – este, responsável por firmar personagens e assegurar estereótipos como barbárie, selvagem, rústico, etc. – o regionalismo na literatura carrega conteúdo específico, gênero e/ou forma capazes de caracterizar “uma região cultural” (SANTOS, 2009).

Ao propor um olhar diferenciado para o específico regionalismo na literatura, Ligia Chiappini (1995), destaca o ceticismo de certa crítica literária para os diferentes regionalismos, por ser uma estilística ligada a um tipo de escrita menor, estreita, por ser esquemática, pitoresca, superficial e relegada “ao beco que não sai do beco e se contenta como o beco” (ANDRADE, s.d., *apud* CHIAPPINI, 1995). O regionalismo, com esse grau de limitação estética e permeado de regionalismo ideológico e político, além de afastar a obra regionalista do panteão das *belas letras*, em muitos casos pode servir para movimentos sociais e políticos conservadores, além prestar de justificativas intelectuais para os nacionalismos/regionalismos estritos e totalitários, condição fortuita para o escamoteamento de identidades marginais/fronteiriças/subalternas.

Mato Grosso do Sul, enquanto espaço cultural, é uma criação recentíssima de pouco mais de quarenta anos após o ato que lhe conferiu existência espacial. Mesmo assim, a narração memorial e regionalista atribui à região uma identidade cultural remota, de tempos distantes, quando “os homens do pastoreio, que tangendo o seu gado, penetraram nas terras sulinas” (RODRIGUES, 1978, p. 29-30), o boi fazia rastro e criava condições para que os campos de Vacaria fossem o local de assentamento das famílias Garcia Leal, Francisco Lopes e Gonçalves Barbosa. O discurso memorial regionalista, impregnado de conotação política e ideológica, reconta e rememora as identidades fundadoras da região, em um constante e sempre atualizado elogio aos pioneiros da colonização. A região, desta feita, é definida pelo discurso da memória regionalista pela marca do ferro que marca o boi, ou melhor, num paradoxo da colonização do

espaço sul-mato-grossense, segundo Demosthenes Martins, para quem seria o boi a criar o homem.

Nesse sentido a crítica que Pierre Bourdieu traz à noção de região, e a seu correlato regionalismo, é de que os discursos que fundam e justificam a região “tem em vista impor como legítima”, apesar de tentarem se apoiar na ideia de ser “natural” ou como se estivesse aí a espera do homem, pelo contrário, são produtos históricos das determinações e de interesses políticos, econômicos, sociais, e por vezes, culturais. (1989, p. 116).

Diante dessas perspectivas de ressignificação para o romance histórico *Senhorinha...*, entendemos preliminarmente sê-lo um fato novo na composição da memória regional sul-mato-grossense. Dessa forma, colocá-lo sob análise como fonte/monumento objetiva compreender quais as possibilidades de realização do sujeito na ficção, e se eles são capazes de refletir e significar o *ser* sul-mato-grossense. Além disso, desnaturalizar a ideia de região e de fronteira que a obra traz é desnudar a narrativa historiográfica memorialista na sua incansável tentativa de amenizar conflitos, esquecer diferenças e apagar a memória do subalterno, sobretudo de mulheres indígenas, negras e paraguaias.

Partimos do pressuposto que a obra de Medeiros compõem-se de intertextos das principais fonte/monumento literárias acerca da formação histórica e memorial de Mato Grosso do Sul, entre elas, as principais seriam *A retirada da Laguna e Inocência*, de Alfredo D’Escrognolle Taunay, seguidas de *História de Mato Grosso do Sul* (1991), de Hildebrando Campestrini, *Mato Grosso do Sul, Evolução Histórica e Seiscentas léguas a pé*, de Acyr Vaz Guimarães. Essas obras constituem o acervo destinado a divulgar fatos e acontecimentos, informar sobre locais e enaltecer personagens relativos à memória sul-mato-grossense e destacam-se por carregarem componentes relativos à identidade local desejada

É por meio de escritas, textos e representações que a memória é incorporada à construção da identidade através da função narrativa, que mitifica o ser sul-mato-grossense. Nesse sentido, no decorrer desta análise e pela recorrência vária ao termo, convém compreender em que sentido é tomada a palavra *representação*. Elemento comum nas diferentes narrativas, representação é a maneira pela qual imagens são criadas linguisticamente para falar sobre uma ausência no tempo. A criação dessas imagens servem para preencher lacunas ou vazios daquela ausência. Desse modo, a utilização dessas imagens como meio de resgatar a coisa ausente está na essência da noção de representação: “estar no lugar de”, exibindo a presença de uma coisa ausente.

O romance histórico *Senhorinha...*, à princípio, parte de registros memoriais e documentais que contam um “começo” e um “fim” para d. Senhorinha. Ante o argumento do esquecimento da mulher do passado, a narrativa a resgata do limbo da história e completa o vácuo, provavelmente causado pela afasia do tempo, com imagens e cenas capazes de dar vida, sentimentos e identidade à personagem da ficção que representa a pessoa histórica. A obra de Medeiros, nesse sentido, é ao mesmo tempo a evocação da ausência – enquanto prática das representações literária e memorial - e a exibição da presença – como representação das práticas por meio dos “dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparato formal da anunciação” (CHARTIER, 2011. p. 19).

Sob essa ótica, imagens, expressões e figurações trazidas pela representação literária na criação do espaço, do tempo, dos narradores e das personagens da ficção, conjugadas à tradição do texto impresso em forma de livro, devem ser colocada sob a perspectiva de um universo mais amplo em que as práticas das representações e as representações das práticas tem eficácia sobre o social e ditam as realidades dos grupos humanos no interior de um sociedade, substituindo a violência física pela violência simbólica e impondo a visão imagética da imagem padrão, do herói celebrado, da data comemorada, à custa do esquecimento e do apagamento de outrem. (CHARTIER, 2011; BOURDIEU, 1989).

Para Roger Chartier, no âmbito da história cultural, existem diversas práticas sociais e sistemas simbólicos que funcionam como representações, sendo observadas por discursos que “produzem estratégias e práticas sociais, que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas ou condutas” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Quando a literatura de temática regional e memorial, de um lado, “evoca uma coisa ausente por meio de uma coisa substituída, que é seu representante padrão”, seja pela lembrança da mulher apagada na temporalidade transcorrida ou o passado rememorado de uma região, e por outro lado, exhibe uma “presença oferecida aos olhos” que “equivale a uma verdadeira substituição do ausente”, neste caso a obra literária, o livro propriamente dito, esse conjunto de representações simbólicas, dizem o que, como e por que lembrar as coisas do passado. (RICOEUR, 2007)

Desse modo, é possível entender como os indivíduos e os grupos sociais se percebem e percebem os demais. As representações se constituem em formulações mentais (onde atuam memória e imaginação) e em atitudes baseadas nas vivências dos grupos que as forjam na sociedade. Apesar de estarem amparadas sob a égide da racionalidade, as representações

forjadas pelos interesses de grupos estão distantes de qualquer tipo de neutralidade e devem ser vistas como discursos carregados de ideologia, pois é neste ponto que o “discurso opera como justificador do poder, da dominação, e onde se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece” (RICŒUR, 2007, p. 98).

É importante destacar a relevância que a categoria de análise das representações vem adquirindo nos estudos históricos sobre a região. As pesquisas acadêmicas realizadas por Oswaldo Zorzato (1998), José Carlos Ziliani (2000), Carlos Magno Mieres Amarilha (2006), Ricardo Souza Silva (2006), José Antônio de Souza (2008), e João Pedro Ribeiro Pereira (2017) vêm demonstrando um reiterado esforço de diversos intelectuais mato-grossenses e sul-mato-grossenses, ligados muitas vezes à elite rural local, na construção de uma *memória de consenso*. Apesar se referir ao espaço de Mato Grosso uno e à outra temporalidade, Oswaldo Zorzato registra que, “embora o processo de construção identitária seja dinâmico e sujeito a constantes reelaborações, através das várias narrativas, é possível identificar os componentes desejados de uma identidade e que estão presentes em muitas representações” (2000, p. 420).

Outra constatação da história cultural da região é a relação institucional que, em geral, escritores regionalistas e memorialistas mantêm com o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, com a Academia Sul-mato-grossense de Letras e com Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, refletindo em seus escritos um empenho em construir uma história, uma memória e uma cultura oficial representante do Estado. Aliás, essa missão literária está alinhada com as diretrizes estaduais, ou seja, há consonância das práticas representacionais que condizem com os grupos políticos no poder, com intuito de garantirem financiamentos de publicações pelo Estado, sobretudo através da Fundação de Cultura (RIBEIRO, 2017).

Em uma região onde, no presente, se aprende, incorpora, memoriza, rememora e comemora a atividade agropecuária como sendo *tech* e *pop*, igualmente observa-se uma elite agrária detentora do poder político cujo revezamento do poder se dá na manutenção e partilha através de laços matrimoniais entre famílias abastadas, com representantes (no sentido jurídico do termo) que se espalham nas mais diversas instâncias sociais (lojas maçônicas, *rotary club*), jurídicas (Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça) e culturais (IHG/MS, ASL); onde o momento de bonança econômica e de relativa estabilidade política reflete nos âmbitos social e cultural, servindo como argumento e retórica para a (relativa) pacificação social e as para comemorações culturais por meio de festas, feriados cívicos e religiosos, criação de monumentos fúnebres, publicações de livros, todas práticas de representações simbólicas que encarnam de maneira visível, trazendo repetidamente para o presente “a coerência de uma comunidade, a força de

uma identidade ou a permanência de um poder”. (CHARTIER, 1988, 2011; BOURDIEU, 1989). Enquanto exercem essas práticas reafirmando noções particulares e particularistas de uma minoria abastada em oposição a um coletivo maior e menos favorecidos, escolhem por excluir outros segmentos, outras pessoas, outros lugares, outras etnias, outras memórias, outras histórias numa recorrente exclusão dos(as) outros(as), utilizando-se em grande medida de verbas públicas, acabam por construir uma memória para ser esquecida.

Senhorinha..., em uma leitura atenta ao conteúdo histórico do romance, demonstrar ser esse tipo de narrativa em que *elementos desejados de uma identidade* integram a sua representação sob a repetição de temáticas recorrentes, tais como a origem étnica, o pioneirismo e a defesa das fronteiras, daí o interesse demasiado sobre a guerra com o Paraguai, em especial os confrontos que aconteceram no sul do antigo Mato Grosso (ZORZATO, 2000; SQUINELO, MARIN, 2015).

Em suma, colocar em evidência que monumento é tudo aquilo que se quer ser lembrado é nossa linha mestra para análise do objeto literário representado pelo livro *Senhorinha...*. Além do mais, nos recorda Jacques Le Goff.

A concepção do documento/monumento é a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (1991, p. 545)

Desse modo, portanto, o livro tem, enquanto monumento linguístico de um passado recente, a força representacional das imagens do passado longínquo, e por isso será considerado um documento/monumento.

2.3 *Senhorinha...* entre memória individual, memória oficial e lugares de memória

Tratar nos nossos dias sobre a memória humana, individual ou coletiva, e de como apreendemos o conteúdo da imagens e textos formadores dessa memória parece algo de importância maior, uma vez que todo o aparato tecnológico e midiático se encarrega de registrar e constantemente (re)lembrar ao ser humano de que ele tem memória natural. São os aparatos tecnológicos que mais se encarregam de guardar a memória humana. Diante da urgência

amnésica e com a crescente digitalização da vida, os guardadores da memória ao modo antigo não foram aposentados, como geralmente se faz entre tecnologias que são superadas.

O memorialista continua sendo o guardador de memórias, responsável por guardar tudo aquilo que evoca o passado e por perpetuar a recordação. Há de se reconhecer que uma parte da história humana, sobretudo daquela “que se dedica à ciência do passado e do tempo que passa” (1991, p. 535), nas palavras de Jacques Le Goff, ficaria um tanto órfã na falta de ter o que investigar. Memória viva e em constante evolução, numa narrativa constante e sempre atualizada, às vezes provocando revisionismos, por vezes acrescentando apenas um mito de origem, o memorialismo cumpre com a função social de geração e gestão dos monumentos, de rememoração e da comemoração.

A lembrança do passado por meio de datas e atos comemorativas, visitação dos túmulos de heróis, estátuas de heróis, entre outras formas de monumento, pode não dar conta, se for feito um paralelo, da quantidade de monumentos acumulados em forma de texto e materializados em livros que são produzidos pela força da memória coletiva. No entender do memorialista Samuel Medeiros “todas as pessoas têm suas memórias. Ela não precisa ser uma pessoa importante, não precisa ter exercido cargo público (...) e acho que é a palavra que realmente vale, e vale se ela for escrita também”. Para dar maior ênfase   importância do acúmulo de memória, Medeiros parafraseia Hildebrando Campestrini quando este costumava dizer que “o homem é imortal pela palavra”. (MEDEIROS, 2018)

Esta voca o para a cria o e publica o impressa de livros e mais livros de memórias parece ser uma prática ainda valorizada pelos membros do IHG/MS e da ASL, mesmo a despeito de um contínuo processo de digitaliza o da vida e da memória. Em 2018, por exemplo, foi lançado a *Série Memória Sul-Mato-Grossense* pelo selo do Instituto Histórico e Geográfico de MS e financiado pelo Fundo de Investimentos Culturais do Estado de MS, no qual Medeiros integrava o conselho editorial. Nesse viés, o texto impresso em forma de livro se caracteriza por ser um signo cultural suporte de um sentido transmitido pela imagem e/ou pelo texto que (CHARTIER; ROCHE, 1976) dizem estar em uma permanente constru o identitária através da memória do local.

Os dois livros de memórias de Medeiros, *Memória de Jardim* e *Senhorinha Barbosa Lopes*, estão intimamente ligados com as atuais cidades de Bela Vista e Jardim, ambas no Estado de Mato Grosso do Sul. A primeira delas, apesar de constituir-se administrativamente aut noma apenas em 1908, teve seu território devassado por diversos colonos, sobretudo por suas terras serem margens do rio Apa, afluente do rio Paraguai. Essa condi o geográfica e as

possibilidades de acesso ao interior da América do Sul através de rios navegáveis foi uma das condições de disputas por limites territoriais, tendo sua expressão verificada pelas fortificações erguidas na fronteira Oeste dos domínios conquistados pela coroa lusitana nos tratados de limites (GALETTI, 2012, p. 83), limitações que, por sua vez, ficaram mal resolvidas pelas coroas ibéricas, e as pendengas foram herdadas pelas nações ulteriores após seus processos de independência no início do século XIX.

Destarte, com os acirramentos criados pelas dificuldades na livre navegação ao longo do rio Paraguai e com marcos fronteiriços ainda para serem cravados e efetivamente ocupados, o espaço que circunscreve a presente cidade de Bela Vista outrora figurou no palco da campanha militar ao Sul da antiga província de Mato Grosso no contexto da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870). O passado dessa região é marcado pelo choque entre colonizadores e povos indígenas, pelo enfrentamento entre espanhóis e portugueses, pela batalha de Nhadipá (1867) e pelas diversas agitações político-sociais na virada dos séculos XIX e XX até as primeiras quatro décadas do último século.

De certo modo, é improvável pensar o passado de Bela Vista – fronteira Oeste do Brasil com o Paraguai – sem dissociar a forte presença militar na região e na construção das instituições públicas e civis, sobretudo no primeiro meio século após o advento da República Brasileira (1889). A emancipação do município de Bela Vista (1908) é quase concomitante à transferência e manutenção do 10º Regimento de Cavalaria Independente – construído em 1906 e batizado de Regimento Antônio João em 1938. Essa presença conjunta de administração pública e defesa armada atendia contra às ações de bandos armados e indivíduos destemidos de previsões legais e que agitaram a ordem social no município de Bela Vista no início do século passado. Da mesma forma, é importante destacar que o fácil acesso ao *outro lado* fazia da mobilidade entre Brasil e Paraguai um comportamento comum entre as pessoas, desde a busca por materiais essenciais para a manutenção cotidiana da vida, como comidas e víveres, entre outras coisas, e em especial aos necessitados de promover fugas rápidas, simplesmente passando de Bela Vista – BR, para Bella Vista Norte – PY, resignificando a todo momento as fronteiras entre as duas cidades e dos dois países, fomentando histórias e construindo memórias nesse palco.

Nesse sentido, é importante perceber que a própria freira Maria Tomé, narradora-testemunha em *Senhorinha...*, se ocupa em relatar as rebeliões no final do XIX em Bela Vista. Ao auscultar a fonte, percebemos que ela diz:

Senhorinha já se achava suficientemente traumatizada com a Grande guerra e agora, na República, se deparava com as revoluções que se seguiram na última década do século passado. Bernardino, seu filho, e Clemente Gonçalves Barbosa, seu genro, andaram integrando-se às tropas comandadas pelo coronel João Ferreira Mascarenhas, que conduziu um grupo de revolucionários e tomaram o destacamento militar de Bela Vista. Pelo que Senhorinha soube e me explicou, esse movimento do qual seus parentes faziam parte tinha como chefe o tenente-coronel João da Silva Barbosa e seu objetivo era derrubar o presidente do Estado de Mato Grosso, Manuel José Murtinho. (MEDEIROS, 2018, p. 134/135)

Com o município de Jardim/MS ocorreu processo semelhante ao de Bela Vista/MS. A cidade das *Memórias* de Samuel Medeiros viu no apoio de segurança proporcionado pela instalação da unidade do Exército brasileiro, nomeada Comissão de Estradas e Rodagens Número (CER-3), em 1945, a possibilidade de existir com autonomia política, quando em 1953 desmembrou-se de Bela Vista. Tanto a presença da CER-3 em Jardim, quanto do 10º Regimento em Bela Vista foram fundamentais, pois além da trazerem segurança e a abertura e manutenção de estradas, estimularam a fixação populacional e o desenvolvimento de infraestrutura, contando, inclusive, com abertura de escola para alfabetização das crianças (SOUZA, 2012; MARIN, 2016).

Reconstituir um breve quadro da formação das duas cidades coirmãs, em nosso entender, é importante, pois são nestes *loci* que a história e a memória de Samuel Medeiros e d. Senhorinha se entrecruzam. Era de se esperar, portanto, que o autor de *Senhorinha...* tivesse ciência da existência da biografada: “Eu [...] tinha uma vaga ideia de quem fosse Senhorinha, mas no momento não me dei por achado. [...] Fui para casa, onde descobri que Senhorinha era personagem da Guerra do Paraguai, a mulher do Guia Lopes” (MEDEIROS, 2011, p. 254).

Assim, o escritor nos dá ciência de alguns aspectos importantes. Primeiramente, de que o nome e a memória d. Senhorinha estavam soterrados sob os diversos monumentos que comemoram o heroísmo de seu cunhado e segundo marido, José Francisco Lopes. Em segundo lugar, da existência de forte ligação memorial na região com o evento da contramarcha do Exército brasileiro no contexto da campanha militar que buscava expulsar os paraguaios alocados no sudoeste da antiga província de Mato Grosso durante a guerra contra o Paraguai (1864-1870).

Acerca do evento eternizado por Alfredo D’Escrognolle Taunay em *A retirada da Laguna*, a campanha que contou com a participação do marido de d. Senhorinha foi sendo apropriada pelo Exército brasileiro que, gradativamente, a ressignificou em ato de bravura e heroísmo através da elaboração de diversos monumentos, cemitérios de heróis, datas

comemorativas, batismo de espaços públicos com nomes de combatentes, construindo dessa maneira derrota em vitória²¹.

A pesquisa realizada por Camila Cremonese-Adamo, em capítulo dedicado à constituição da instituição Exército brasileiro, destaca que, nesse processo de consolidação, incluíram-se desde iniciativas de alinhamento ideológico, unidade, hierarquia e função social, até a invenção de uma identidade militar através da

intensificação ao culto de alguns militares, cujo objetivo era criar figuras heroicas que pudessem ser reverenciadas e cultuadas, principalmente pelo jovem oficialato. O principal objetivo de tal culto era o de incutir na juventude militar o sentimento de pertencimento, abnegação e, principalmente, respeito à hierarquia. Foi justamente na Guerra do Paraguai que o Exército teve a possibilidade de “escolher” seus heróis. (ADAMO, 2010, p. 40/41, destaque da autora)

A autora ainda destaca o efeito significativo que a guerra contra o Paraguai teve no imaginário brasileiro e como contribuiu para a construção desta nacionalidade. Ao mesmo passo, foi mote principal para o regionalismo em Mato Grosso do Sul criar seus principais heróis, entre eles o tenente do Exército Antônio João Ribeiro, morto na ocasião da invasão dos paraguaios à Colônia Militar de Dourados (1864) (ADAMO, 2010).

A despeito das diversas lembranças do passado de guerra ocorridos no cenário do livro *Senhorinha...*, Samuel Medeiros não costuma citar os eventos bélicos como parte constitutiva de sua memória particular. Sobre o livro *Memórias de Jardim*, o autor conta: “Resolvi transformar essa memória de Jardim num reflexo da cidade e principalmente a CER-3 está ilustrada muito aqui porque foi o Exército o responsável pelo desenvolvimento da cidade” (PERSONALIDADE, 2018). Nem mesmo o fato de ter trabalhado na CER-3 de Jardim faz com que as lembranças de Medeiros estejam intimamente ligadas às marcas memoriais vividas ou herdadas do passado de guerra vivido em Jardim. Segundo Jérri Roberto Marin, uma das atribuições da CER-3 era “a manutenção do cemitério e a promoção de culto cívico a Lopes, Camisão e Juvêncio” (2016, p. 181), sendo o *Cemitério do Heróis* um dos monumentos históricos mais importantes da cidade das *Memórias*, de Medeiros, e historicamente associado à Guerra do Paraguai e à retirada da Laguna.

21 Sobre a construção dos pilares do memorialismo em Mato Grosso do Sul transformados em marcos identitários na região, entre eles o evento da retirada da Laguna, na Guerra contra o Paraguai, ver: SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: labirintos da memória**. Dissertação de mestrado, PPGH/UFGD, Dourados/MS, 2006.

Sem dúvida, não poderíamos atribuir o conhecimento de sujeitos ou de acontecimentos a alguém apenas pelo fato de ter nascido e vivido parte de sua vida naquele local. No entendimento de Michael Pollak (1992), a memória individual ou coletiva, além de ser um fenômeno social e abrangente, é um mosaico complexo formado por dois elementos constitutivos, a saber, os acontecimentos vividos pessoalmente; em seguida, os acontecimentos “vividos por tabela”. Neste último evento, acrescenta, estão acontecimentos experimentados pelo coletivo ao qual se sente pertencer ou até mesmo eventos que estejam situados fora do espaço-tempo de um indivíduo ou grupo, ocorrendo desse modo um fenômeno de memória herdada. A respeito deste último tópico, prossegue Pollak

São os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (...) É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p. 201)

Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de resistência feminina na Guerra do Paraguai (2018), de Samuel Medeiros, é corolário no motivo de seu enredo a exaltação, simultaneamente, da memória privada e pública. Entre as particularidades e subjetividades do passado vivido, uma das memórias individuais imbricadas em *Senhorinha...* é a do próprio autor, visto que ambientou o cenário do romance nas cidades em que nasceu e viveu até a adolescência. Na coletânea de biografias de autores sul-mato-grossenses Samuel Medeiros fala um pouco de si

Sou sul-mato-grossense, de Bela Vista – MS, nasci na fazenda Capão Alto, que fica distante uns 80 quilômetros desse município e hoje faz parte do município de Jardim - MS. Mas, apenas nasci lá, pois passei a infância e a adolescência em Jardim, onde iniciei os estudos primários, primeiro na escola pública e depois na escola Batista. (MEDEIROS, 2011, p. 251).

Os momentos vividos pelo escritor se fizeram marcantes em seu imaginário e são colocados em ação em prol da atividade de criação literária. Em diversas passagens do livro *Senhorinha...* há identificações com as memórias do autor, como exemplificado neste trecho

Capão Alto, uma fazenda privilegiada pelos enormes campos e pelo abundante gado, localizava-se nas imediações de Bela Vista, ponto de parada de

boiadeiros onde havia algumas casas, a de dona Totóla, uma mulher que sempre lhes pareceu centenária, com uma venda que eles chamavam ‘bolicho’, uma mescla de armazém e bar, mais especificamente uma bodega (MEDEIROS, 2018, 130, grifo do autor)

À época da publicação do livro *Senhorinha...*, Samuel Medeiros evidenciava-se como um memorialista – alguém que gesta voluntariamente a memória, geralmente do outro e pública –, fato igualmente denotado após a publicação de seu primeiro livro memorialista, *Memórias de Jardim* (2002).

O que se pode concluir é que Medeiros utiliza-se de parte de suas memórias, daquelas que se quer revelar, aparecendo na obra *Senhorinha...* na figura de vários narradores, seus *alter egos*, consubstanciando a memória privada de dona Senhorinha e a memória coletiva da região.

Por outro lado, é criada na realidade da ficção as memórias de d. Senhorinha como personagem protagonista que figura como heroína comum e de reconhecida resistência por ter sobrevivido à privação dos primeiros tempos de colonização do sul de Mato Grosso, às prisões e cativeiros vividos fora de seu país, à Grande Guerra sul-americana (1864-1870) e, como é bastante enfatizado por Medeiros

Ela foi uma matrona que conquistou notoriedade porque ela foi presa duas vezes pelos paraguaios, e quando ela retornou ao Brasil, o Guia Lopes, o marido dela, já estava morto. Ela reconstruiu um patrimônio, fez um patrimônio e criou o nome dos Barbosas de Mato Grosso do Sul. (PERSONALIDADE, 2018)

A ênfase dada ao discurso de d. Senhorinha existir apenas como mulher do guia Lopes – herói celebrado – e de ter preservado grande patrimônio, faz com que levantemos suspeição não apenas com relação a base historiográfica pesquisada pelo autor para composição do romance histórico, como também poderia se tratar de uma obra muito mais historiográfica do que romanesca. A respeito disso, Medeiros faz uma ambígua constatação de que “os historiadores não dão o papel da mulher, não reconhecem o papel da mulher na formação, nas lutas e toda essa coisa. As mulheres ficam na retaguarda e eram serviçais, eram usadas de maneira mais torpe”. (PERSONALIDADE, 2018)

A constatação anterior é de que houve negligência por parte de uma determinada área do saber – neste caso, a História – por ter deixado esquecida d. Senhorinha e outras mulheres anônimas em seus trabalhos de análise do passado histórico. Na obra *Senhorinha...*, o narrador

que inicia o romance, primeiro *alter ego* do escritor, novamente culpa os historiadores, sem, no entanto, desfazer a sombra que a figura masculina produz sobre o papel da mulher

(...) escolhi trabalhar pelo viés da ficção os poucos registros existentes sobre a vida de uma personagem raramente citada pelos historiadores brasileiros, Senhorinha Maria da Conceição Barbosa Lopes, mulher de José Francisco Lopes, o guia que ajudou a conduzir as tropas brasileiras na Retirada da Laguna. Ela é quase esquecida na história, sendo mais conhecida o desempenho de seu marido naquela passagem das tropas brasileiras pelo território então mato-grossense. (MEDEIROS, 2018, p. 14)

No entanto, nos parece que o argumento de esquecimento e negligência utilizado por Samuel Medeiros tem um efeito de promoção do livro a partir de demanda negativa ou urgente que não tem suporte na realidade. Isso porque os estudos de gênero e sobre a história das mulheres, embalados por uma historiografia vista de baixo, atenta às migalhas e à outras maneiras enxergar seres humanos outrora relegados a papéis menores, têm avançado significativamente e diversas pesquisas e publicações, especializadas ou para o grande público, circulam há mais de meio século pelo país.

Desse modo, Medeiros, além de valer-se de uma propaganda capciosa, entra em choque com o argumento de “esquecimento da mulher por parte dos historiadores”. Isso porque seu romance histórico faz referência e tem por base os estudos feitos pela historiadora Maria Teresa Garritano Dourado, uma mulher que estuda a história das mulheres e a presença feminina na Guerra do Paraguai, no âmbito da pesquisa acadêmica, há mais de vinte anos. E mais: uma leitura despretensiosa sobre *Mulheres comuns, Senhoras respeitáveis* (2005), Medeiros identificaria as razões apontadas pela historiadora para o silenciamento das mulheres: séculos e mais séculos de predomínio do patriarcado na produção da memória, na eleição de heróis e no controle das instituições de saber e de poder, lembraram-se da virilidade, da força, da rigidez e do vigor de inúmeros homens, ao passo que, às mulheres lhes restavam aparecer sob o aspecto de fragilidade, docilidade, cuidadoras, etc., sendo que o campo de batalha um ambiente eminentemente masculino.

Entendemos, nesse sentido, de que o autor não é um ser que passa despercebido pela obra. Muito pelo contrário, pelos efeitos que o discurso produz no contexto do imaginário e da memória sul-mato-grossense, não há como dissociar o autor das estruturas institucionais nas quais ele ancora seu saber e, igualmente, ajuda a mantê-las atuantes. A luta pelo monopólio e controle do discurso sobre o passado na obra *Senhorinha...* ganha um novo aspecto: manter o discurso tradicional e “oficial”, no qual os eventos significam-se por eles próprios, desprovidos

de análise e repleto de anacronismos, os quais, no entanto, autorizam-se pelo argumento da produção ficcional, na tentativa de manutenção de uns em relação aos *outros*, mas sempre na esteira do pioneirismo oficialesco que se mantém.

2.4 O romance histórico nos lugares de memória

Já apontamos que escrever sobre d. Senhorinha não foi uma ideia perseguida inicialmente pelo autor. Entretanto, acabou acertando, mesmo sem mirar, na escolha dos temas mulher-guerra, uma vez que o novo século que se abria trazia consigo, no interior da aldeia global, a ascensão e a visibilidade de minorias sociais e étnicas, sendo o romance contemporâneo um meio de dizibilidade de sujeitos outrora silenciados. Além disso, ao passo que os avanços tecnológicos aceleraram a percepção da passagem do tempo, um misto contraditório de fascínio e temor com relação ao devir impulsionou narrativas que revisitam datas e fatos marcantes (por vezes traumáticos, como uma guerra) do passado, proporcionando na prateleira literária um cardápio de livros que falam sobre a multiplicidade de vozes, identidades e interpretações das coisas da vida nas primeiras décadas do século XXI.

Diante desse cenário favorável, para cada edição impressa do romance *Senhorinha...* foram prensados mil exemplares e, parte deles, foram distribuídos pelo próprio autor (MEDEIROS, 2018). A estratégia de Medeiros foi recorrer a lugares que estão ligados com as cidades-cenários do romance, tais como Jardim/MS e Bela Vista/MS, que, não por acaso, integram uma rota de turismo natural promovido pelas autoridades estaduais. Segundo o autor, não foi em livrarias convencionais que *Senhorinha...* teve mais saída, pelo contrário, foi em “banca de revista de supermercado, na padaria perto de casa, na Casa do Artesão (...) e também na beira de estrada” (MEDEIROS, 2011, p. 259) que liga à cidade de Bonito/MS.

A propósito, o posto de combustível à beira da estrada do qual nos informa o autor, chamado de Tuiuiú, é uma parada para viajantes e turistas que se deslocam entre as cidades de Nioaque e Guia Lopes da Laguna, ambas em Mato Grosso do Sul, e ali encontra-se lembranças da fauna e da flora pantaneira. Por outro lado, dificilmente se acha *souvenir* com referências à Guerra do Paraguai para lembrança do visitante. Essa situação nos faz crer que o tema da Guerra do Paraguai é pouco explorado turisticamente na região, a despeito das diversas referências monumentais e memoriais conservadas que remetem ao conflito.

Entretanto, o morador das cidades citadas anteriormente, consciente ou não do significado, já deve ter ouvido falar sobre alguma lenda ou estória a respeito da Guerra. Se não, já deve ter topado com algum monumento, ou lido o nome de uma praça, rua ou bairro que remeta a episódios, personagens ou atos do conflito platino. Exemplo disso é o próprio Samuel Medeiros, que tinha “uma vaga ideia de quem fosse Senhorinha” (MEDEIROS, 2011, p. 254), aludindo para a existência lendária de personagens da Guerra. Pode ser que a figura de d. Senhorinha seja pouco conhecida pela população local. No entanto, existem diversos monumentos em saudação ao conflito na região, entre eles o *Cemitério do Heróis* combatidos durante a contramarcha da Laguna em Jardim/MS e uma estátua de José Francisco Lopes a cavalo em Guia Lopes da Laguna/MS, além da cidade que leva o nome do herói e de seu feito durante a retirada trágica narrada por Taunay.

Notemos a descrição da freira Maria Tomé para o momento em que d. Senhorinha, logo após retornar do cativeiro no Paraguai, decide visitar o local onde estava enterrado seu marido:

(...) em companhia dos filhos e por indicações de alguns índios, dirigiu-se ao local onde os militares enterraram seu marido José, embaixo de frondosas árvores, quase às margens do lado esquerdo do rio Miranda, num lugar onde em época de seca o rio era raso e dava, desde tempos antigos, para passar a pé, tanto que o lugar era por eles simplesmente denominado ‘Passo Velho’. Não havia tumba, mas uma simples cruz de madeira, razoavelmente resistente, e com inscrição indicando a data de 27 de maio de 1867. Ali jaziam, também, os corpos de militares como os coronéis Camisão e Juvêncio e muitas outras cruces anônimas, marcando o sepultamento de soldados vítimas do cólera-morbo. (MEDEIROS, 2018, p. 121)

É fato que muitas datas comemorativas servem para reavivar a memória, sobretudo a coletiva e, coincidente ou não, as memórias ficcionais de Dona Senhorinha anteciparam-se aos festejos dos 150 anos da guerra fratricida da bacia platina. Justamente no momento em que diversas instituições dispensam seu tempo para exaltar a memória e a história do conflito, a obra *Senhorinha...* encontrou terreno fértil para sua difusão.²² São oportunas igualmente tais memórias, pois a partir da segunda metade do século XX, e de certo modo com intensidade revigorada no limiar do século XXI, a conquista de espaços e lugares de fala do ser feminino,

22 Segundo MARIN; SQUINELO (2015) em torno do episódio da retirada da Laguna foram forjados inúmeros heróis, datas celebrativas, monumentos, lugares de memória, que enaltecem a constituição de instituições – como o Exército Brasileiro –, lançam a origem fundadora de Estados – como o de Mato Grosso do Sul – e motivam festejos cívicos. Existem monumentos espalhados por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Brasil afora, como bustos, esculturas, placas comemorativas, festas, etc.

por muito tempo silenciado, mais na história do que na literatura, tem nos romances contemporâneos espaço para difusão e multiplicidade de vozes sem precedentes.

De tal modo, o conciliar a memória coletiva da Guerra do Paraguai com as reminiscências da memória particular de uma personagem histórica feminina, combinado ainda com dispositivos técnicos e editoriais que se atentam para problemáticas sociais do presente é, sem dúvidas, considerável para (re)pensar, partindo do aspecto da curiosidade e da perplexidade, a imagem tradicional que se tem da guerra como palco exclusivamente masculino e perceber que outros rostos atuaram com igual empenho, às vezes com esforços que vão além da força bruta dos soldados homens, como mulheres, indígenas, idosos, crianças, escravos e cativos. (DOURADO, 2005).

E é a partir da curiosidade que o leitor se sente atraído a conhecer certa história. Portanto, consideramos que as escolhas gráficas da capa do romance, aliadas ao título da obra respondem aos anseios do público leitor em conhecer histórias ocultas, desconhecidas, desvendadas. E consideramos ainda, que a estratégia comercial inseriu o romance no circuito de comunicação espaço-temporal cujo temática mulher-guerra lhe trouxe interesse para sua recepção e significações universais no e para o *locus* de enunciação, mesmo que no interior do livro o que se encontra nem sempre responde aos anseios anunciados na capa e no título a um público que busca realmente a mulher na/da guerra.

CAPÍTULO III

A MEMÓRIA OFICIAL IGNORA OS ESTUDOS HISTÓRICOS

A pesquisa apontou a necessidade de tratarmos das questões relativas às representações da colonização, da guerra e das revoltas como construção do tempo passado no romance histórico *Senhorinha...* O tempo-espaço do romance, por estar fortemente ancorado na perspectiva histórica, não passa incólume aos enfrentamentos de mulheres e homens contra a natureza, ou destes contra o diferente. Dessa forma, as imagens de violência, de atrocidade, de intolerância, de desprezo, do banditismo, etc., permeiam o romance. Nesse sentido, esses aspectos são tratados por nós sob a perspectiva dos estudos históricos dedicado tanto às especificidades dos temas quanto à história regional de Mato Grosso do Sul.

Que o romance *Senhorinha...* é histórico, disso a marca temporal grafada na capa do romance não deixa dúvidas. O narrador da apresentação vem para confirmar que “esses escritos tiveram embasamento principal nos acontecimentos da Guerra do Paraguai, que havia acabado há pouco mais de trinta anos da época em que a personagem da freira viveu em Bela Vista” (MEDEIROS, 2018, p. 23), reforçando que o foco da lente temporal repousa, principalmente, sobre o conflito platino (1864-1870). A enunciação nos notifica o tempo da guerra, porém, ao ler a obra do começo ao fim, constata-se de que outros tempos passados estão ali abarcados, um antes e um depois daquele anunciado, para fazerem-se presentes na trama biográfica de d. Senhorinha.

Mesmo disfarçado sob vários pontos de vista, o tempo da narrativa em *Senhorinha...* é cronológico e marcado por datas e momentos celebrados pela literatura memorialista sul-mato-grossense. Mesmo que a narradora principal seja mulher, o que poderia fazer com que o tempo narrativo fosse subjetivado e influenciado pelo estado de espírito da personagem em cada momento, principalmente o estado de trauma psicológico em decorrência da guerra, pelo contrário, o relembrar da memória é objetivado e indicado pelos fatos históricos erigidos pela literatura memorialista, cujos fios da memória vão sendo alinhavados pelo tempo cronológico linear.

Destarte, não será rememorado apenas o tempo da guerra, até mesmo por não ser apenas esse momento a integrar a vida passada de d. Raphaela Maria da Conceição Senhorinha Barbosa Lopes. Sua luta está inscrita desde antes, e conforme um dos narradores, mesmo que esquecida pela história, d. Senhorinha “é mais lembrada hoje por seus descendentes, a maioria herdeiros

dos sobrenomes Barbosa Lopes, numerosos e representativos no povoamento do sul do então Estado de Mato Grosso” (MEDEIROS, 2018, p. 15). Portanto, o tempo do povoamento das terras sulinas do antigo Mato Grosso, e que antecede a guerra, se intersecciona com as vivências da protagonista.

Desse modo, a exposição que se segue pretende alargar a visão dos tempos históricos vivenciados por d. Senhorinha na trama do romance que ficciona sua biografia e, igualmente, apresentar novas possibilidades com representações da literatura memorialista e da historiografia acadêmica regional acerca de três momentos históricos marcados na literatura regional memorialista, os quais são a colonização do ASMT (a partir do século XVIII), a Guerra do Paraguai (1864-1870) e as revoltas coronelistas (virada do século XIX para o XX).

3.1 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de ... pioneirismo e apagamento dos povos originários?*

Em boa parte da literatura memorialista sul-mato-grossense, a história se inicia a partir do momento em que a região começa a ser mais frequentada e se torna objeto de posseiros e grileiros em busca de novas oportunidades no interior do Brasil. Este “começo”, destaca-se, está ligado com duas frentes colonizadoras migratórias do século XIX que permearam as terras sulinas de Mato Grosso. A primeira é a frente luso-cuiabana, que adentra pelo norte, noroeste e oeste, compreendida atualmente pelo município de Corumbá/MS, e ocupa as áreas do Pantanal sul; a outra é a frente mineiro-paulista, que vai penetrar o território pelo sudeste, leste e nordeste dos atuais limites de Mato Grosso do sul.

O “povoamento inicial”, de acordo com essa ótica, costuma dar pouco ou nenhum crédito aos primeiros intentos colonizadores realizados por colonos e jesuítas espanhóis nos séculos XVI, XVII e XVIII e ainda desconsideram a legitimidade da posse das terras pelos diversos povos indígenas que habitavam a região. Segundo o jornalista José Barbosa Rodrigues, em sua obra *História de Mato Grosso do Sul* (1993) considera que as terras do Estado recém fundado, logo após a destruição do povoado de Santiago de Xerez e da redução jesuítica do Itatim, no século XVII, por conta do ataques dos bandeirantes luso-paulistas, “voltou a transformar-se no que era antes, isto é, um sertão inóspito, onde até o índio tornara-se raro” (RODRIGUES, 1993, p. 51), fazendo referência à situação de *espaço vazio e deserto humano* que se encontravam a região do ASMT, ou essa é a maneira como encontramos em vários

escritos memorialistas sobre o tema e que assinalam essa perspectiva, a qual procuramos destacar como de baixa densidade demográfica.

Deslegitimar a tentativa de colonização das terras do Pantanal sul por colonos espanhóis faz parte da lógica explicativa que defende a primazia da conquista de terras levada à cabo pelos luso-paulistas durante os séculos XVII e XVIII, garantindo estas posses, mesmo que confirmado *a posteriori*, ao domínio português após o Tratado de Madri (1750). O livro *História de Mato Grosso do Sul* (2016), de Hildebrando Campestrini, por exemplo, dedica 11 páginas das quase quatrocentas para referir-se sobre 150 anos de história que incluem a saga dos espanhóis na abertura de rotas alternativas que ligassem as minas de prata de Potosi (atual Bolívia) e o estabelecimento de povoados que dessem o suporte à empresa colonizadora, como foi o caso do povoado de Santiago de Xerez (1600) e das missões jesuíticas do Itatim (1629).

No entendimento de Campestrini “as informações sobre a cidade de Santiago de Xerez são desconstruídas” (2016, p. 24), ou então, cita-o como povoado fundado em 1580 e abandonado anos depois. Por vezes, coloca Xerez como um “núcleo [que] entrou logo em decadência, por razões de salubridade e pressão dos índios circunvizinhos” (CAMPESTRINI, 2016, p. 25). Em outra tentativa de desacreditar a existência de Santiago de Xerez, o memorialista contesta indícios arqueológicos encontrados em localidade próxima à cidade de Aquidauana/MS, argumentando que a presença de espanhóis naquela localidade contrariava a política espanhola e conclui que “é provável que as ruínas próximas a Aquidauana sejam de arraial construídos por bandeirantes” (CAMPESTRINI, 2016, p. 26).

Tal desinteresse em dedicar-se ao passado de Mato Grosso do Sul anterior ao século XVIII é inversamente proporcional às diversas publicações que exaltam em exagerada polifonia cultural a saga dos “desbravadores” e “pioneiros”, alçando-os ao status de mito de fundação, cujas famílias que entraram nessas terras ao final do século XVIII e início do XIX seriam, metaforicamente, consideradas como os pais fundadores dos sul-mato-grossenses.

Nesse entendimento, o uso do termo *entrante* vem em substituição de termos como *pioneiro* ou *desbravador* no processo de colonização da área rural do Brasil no oitocentos, por entender que, primeiramente, caberia tais termos àqueles que em séculos anteriores foram de fato os primeiros a devassarem o território, e segundo, por essas designações estarem carregadas de simbolismos que atribuem a essas pessoas conotações heroicas no interior da literatura memorialista, além de serem absorvidas e reproduzidas como atores genuínos, atitudes que solapam e soterram, por exemplo, atores históricos como pobres livres, escravos e indígenas. (CAMARGO, 2017)

O termo *entrante* vem sendo utilizado por historiadores da ruralidade brasileira para “designar as pessoas não-indígenas que foram ocupar parcelas de terra” (CAMARGO, 2017, p. 147) no sentido litoral-interior do Brasil nos oitocentos. Entretanto, esses entrantes não se confundem com o movimento das *entradas* organizadas e financiadas pela coroa portuguesa desde o princípio da colonização, mesmo que se ocupassem de reconhecer o território luso, abrir caminhos e, por acaso, encontrar minerais preciosos. Tanto as entradas, como as *bandeiras*, essas últimas realizadas pelos paulistas na preação de indígenas, na caçada de escravos fugidos e na busca de ouro, e responsáveis pela abertura de caminhos sertão adentro. Dessa maneira e sob as condições da época, estabeleceram pousos, arraiais, rotas terrestres e monçoeriras, varadouros, visualizaram campos limpos, morrarias, serras, e todo esse saber seria muito mais custoso e tortuoso sem o auxílio dos indígenas, sem os quais não teriam sido proporcionadas “descobertas”, “desbravuras”, “conquistas” pelo interior da colônia portuguesa, que permaneceram como legado para o Brasil independente (CAMARGO, 2017).

No entender de J. Barbosa Rodrigues, Hildebrando Campestrini e diversos outros autores empenhados em construir uma memória regional (AMARILHA, 2006; SILVA 2006), a ocupação humana considerável nas terras do ASMT se deu após a construção das fortificações e povoados portugueses na fronteira oeste – forte Coimbra; Albuquerque; os presídios de Miranda e Iguatemi; as colônias militares de Dourados e Nioaque – à medida que os tratados de limites e fronteiras entre as coroas ibéricas tomavam forma e contorno e ao passo que famílias de colonos adentravam e fixavam-se nas terras do ASMT.

Em consonância com a literatura memorialista regional, no romance *Senhorinha...* a protagonista lembra-se de que, após entrarem nas terras sulinas do Mato Grosso e lá ficarem tempo suficiente para casar-se e gerar três filhos, “Gabriel deixou o arraial de Sant’Anna de Paranyba para uma longa viagem, com o objetivo de vasculhar os sertões” e que nessa viagem de exploração de quase um ano e meio de duração,

descobriu um rio em cujas margens uma quantidade enorme de vacas caracu (...) pastavam. Gostou tanto do lugar, tanto pelos campos quanto pela quantidade do gado ali existente, sem dono. Era o rio Vacaria. Ele descobriu e demarcou essas terras, vendendo algumas áreas posteriormente. (MEDEIROS, 2018, p. 46)

Depois de empreenderem longa jornada rumo à “terra prometida” (MEDEIROS, 2018, p. 42) d. Senhorinha recorda que o trajeto era longo, através de picadas abertas, mas deveras

penoso, principalmente quando se viajava com todos os pertences e com crianças. Mas todo esse esforço valeu a pena, pois segundo a freira

O marido de Senhorinha, Gabriel tornara-se conhecido como desbravador de sertões e seu cunhado José, como excelente vaqueiro. Este, casado fazia algum tempo e já com três filhos, acompanhava Gabriel nessa aventura pelos sertões, numa época em que nada havia pelo sul da Província de Mato Grosso. Gabriel tinha conhecido rapidamente essas terras tidas como boa para plantio, de pasto natural e abundante, e achava que estava no caminho certo para um futuro promissor. Era a região agora chamada *Vacaria*, pelo rio cujo nome ele mesmo dera, correspondendo a uma área do sul, do rio Anhanduí até o rio Dourados, nas imediações do Paraguai. (MEDEIROS, 2018, p. 49, destaque do autor)

A trama em *Senhorinha...* replica a narrativa memorialista recente de que a região da Vacaria antes era um nada, ou melhor, era um vazio de gente, com gado abundante, solto, sem dono e à disposição para ser tomado como propriedade, bem como a terra rica e propícia para o rebanho estava a espera dessas famílias para completar o destino manifesto na terra prometida.

A respeito da ocupação do gado bovino no pantanal sul-mato-grossense no século XIX, o historiador Paulo Marcos Esselin recorreu a fontes de períodos anteriores para compreender a origem e dispersão desse tipo exógeno de animal na América do Sul. Introduzido pelos colonizadores ibéricos no final do quatrocentos e início do quinhentos, o gado do pantanal sul-mato-grossense chega em maior número com a fundação de Santiago de Xerez e das missões jesuíticas do Itatim no final do século XVI e início do XVII. Tanto colonos quanto religiosos traziam rebanhos bovinos de Assunção para servirem “quer como fontes de proteína, quer como animais de tração” (2011, p. 15).

Ainda segundo Esselin, os ataques sofridos pelos colonos e jesuítas espanhóis pela ação dos luso-paulistas que preavam indígenas “não só desarticularam os povoados pioneiros” de Xerez e do Itatim “como dispersaram o gado por toda a região do Pantanal sul-mato-grossense, onde os rebanhos puderam multiplicar-se livremente, devido aos imensos campos de pastagem natural e aos terrenos salitrosos, altamente favoráveis para sua reprodução” (ESSELIN, 2011, p. 15/16).

Nesse sentido, ao investigar as fontes relativas a jesuítas e colonos espanhóis no período subsequente à fundação de Assunção (1537), bem como as crônicas e relatos de viagens empreendidos por sertanistas e monçoeiros nos séculos XVII e XVIII, constatou-se “a delimitação do território nominado de Vacaria pelos sertanistas como sendo a Planície Pantaneira e não a região do Planalto de Maracaju-Campo Grande como, em parte, hoje é conhecido” (ESSELIN, 2011, p. 18).

Esse seria o “Campo de Vacaria” originário, que possibilitou o esparso assentamento na planície do Pantanal sul, como também serviria para garantir o sustento da atividade mineradora em Cuiabá e de outros povoados remotos. O arrebanhamento e deslocamento para a região das minas mato-grossenses contribuiu para a dispersão do gado para todo o planalto. Em mais recente publicação, o historiador reafirma que a região hoje denominada Pantanal, “era, nos séculos XVII e XVIII, conhecida como Vacaria. Ela foi assim nominada pelos portugueses após esses deixarem registrado o encontro de rebanhos silvestres que vagavam na região, sem nenhum proprietário que deles se ocupasse economicamente” (ESSELIN, 2017, p. 44).

O memorialismo regional tem noção dessa historicidade como deixa registrado Hildebrando Campestrini em nota no livro *História de Mato Grosso do Sul*

O nome Vacaria deve ter surgido no final do século 16 ou início do 17, possivelmente por obra dos jesuítas espanhóis. Em mapas do século 18, a região aparece com o nome *Campanha da Vacaria* ou *Campanha da Vacaria do gentio cavaleiro ou guaicuru*, compreendendo o território que se estendia dos rios Vacaria e Ivinhema até o rio Paraguai, abaixo do Pantanal. No sentido mais recente, a partir do século 19, a Vacaria corresponde, em linhas gerais, às bacias dos rios Vacaria e Brilhante. (CAMPESTRINI, 2016, p. 46, destaque do autor)

A constatação anterior denota que a evidência dada pela fonte histórica é superdimensionada e lida anacronicamente em prol da coerência argumentativa e da defesa ideológica do presente. Igualmente, a estratégia é de certo modo sempre deixar sob dúvida e incerteza quando não se quer dar crédito a acontecimentos passados anteriores ao início desejado pelo memorialismo, ou em parte assim compreendemos essas passagens em seus escritos.

Desse modo, portanto, a pesquisa histórica confirma, por meio das fontes e do método de pesquisa histórica, que os “Campos de Vacaria” há tempos estavam na área geográfica da planície do Pantanal sul, remontando ao século XVI a introdução dos rebanhos bovino, cavalari, caprino, etc. Tais pesquisas demonstram, inclusive, que o rebanho bovino deixado por espanhóis após sua expulsão ficou à lei da natureza. Sem a presença do homem branco e sem abates regulares, houve o aumento no número de animais e sua dispersão alcançou as cercanias de Cuiabá, bem como o dorso da serra de Maracajú.

A empreita colonizadora das famílias Barbosa e Lopes rumo à Vacaria, que, de acordo com o memorialismo, foram os primeiros a nomear assim tal espaço, no ASMT, segundo a freira Maria Thomé, se deu quando seu Antônio Gonçalves Barbosa, “mineiro de Sabará (...)

radicou-se desde cedo em Franca, São Paulo, e daí mudou-se para a região banhada pelo rio Paranaíba, já na província de Mato Grosso, onde começou uma atividade de desbravador (...) fundando diversas fazendas” (MEDEIROS, 2018, p. 39).

As lembranças de d. Senhorinha dos tempos da colonização e registradas pela percepção da freira Maria Thomé são de camaradagem em prol de objetivos comuns que uniram as famílias Barbosa e Lopes, pois assim seguiriam os passos de “Joaquim Francisco Lopes, chamado O *Sertanejo*, foi um dos primeiros que apareceu, empreendendo viagens e abrindo picadas pelos sertões (...)” (MEDEIROS, 2018, p. 41, grifos do autor), mas que já tinha endereço certo, visto que os familiares reunidos estavam “(...) dirigindo-se especialmente para a região da Vacaria (...)” (MEDEIROS, 2018, p. 41).

Ora, se os “Campo de Vacaria”, que nos remetem à tradição da literatura memorialista, é uma invenção recente que principia no relato de Joaquim Francisco Lopes, em Derrotas, perpassa pela narrativa de Virgílio Correa Filho e ecoa nos escritos de J. Barbosa Rodrigues, Hildebrando Campestrini e Samuel Medeiros, o que existia naquela região a leste do ASMT antes do século XIX? Quais aspectos e peculiaridades conferiam identidade ao espaço ocupado pelos *entrantes* antes deles se apossarem? Como os estudos históricos podem caracterizar tal região?

Localizada no centro da América do Sul, a região do ASMT teve em Sant’Ana de Paranaíba um dos pontos de entrada de viajantes e aventureiros que decidiram conhecer e explorar tais terras distantes dos litorais. A vila tornou-se, a partir do primeiro quarto do século XIX, um lugar de passagem e parada entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e caminho para Cuiabá. A região alçou destaque, a partir de 1828, diante do cenário de mudança de capital, de Vila Bela para Cuiabá, de rareamento das minas e do surgimento de insípida criação de gado e agricultura de subsistência.

A fim de estabelecerem não apenas pouso ou passagem, mas um centro para o comércio local, os *entrantes* fundaram, primeiramente, o arraial de Sete Fogos que, mais tarde, se tornaria vila²³ de Sant’Ana de Paranaíba. A vila, por sua vez, integrava a 1ª comarca, de duas que haviam à época, 1839, da província de Mato Grosso. Os sertanistas recebiam incentivos através de

23 A mudança de *status* de uma região se dá, sobretudo, por sua densidade habitacional, instalação jurídico-administrativa ou localização estratégica em situação de defesa do território. Segundo Nauk Maria de Jesus, ao referir-se à localidade administrativa no período colonial, “Vila era um aglomerado mais denso que arraial revelava força religiosa ou civil, sendo constituída por uma câmara municipal responsável pela gestão do espaço e dos homens” (2011, p. 15). A alteração de arraial para vila, portanto, evidencia a instalação de maior número de pessoas na região, sendo necessário formas de organização político-social. Cf.: JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. 2011.

isenção de pagamentos de impostos provinciais por vinte anos para a fixação naquelas terras, isso porque a região era disputada igualmente pela província de Goiás. (CAMARGO, 2017)

Na perspectiva da historiadora Isabel Camilo de Camargo (2017), diversos sertanistas eram enviados para a região em busca de campos para pecuária; outros, no entanto, faziam o movimento migratório por força de necessidade econômica, para superar a escassez do ouro nas Minas Gerais, por situação de opressão política ou por conflitos familiares. Ou simplesmente migravam em busca de sossego e de fartura. Independente dos motivos, destaca a pesquisadora, a expansão e o movimento desses grupos se deu pelo avanço sobre território indígena Caiapó, espoliando e apossando a terra por ocupações esparsas a configurarem imensos latifúndios.

Ao buscar, nas antigas crônicas, roteiros e mapas geográficos das expedições fluviais paulistas para atender às minas de Mato Grosso no setecentos, Maria do Carmo Brazil (2017) corrobora com a conclusão anterior: tais viajantes-navegantes partiam desde Araritaguaba, na província de São Paulo, seguiam o curso do rio Tietê até o rio Paraná, de onde se deslocavam até o rio Pardo, já a sudeste do ASMT, para alcançar o varadouro de Camapuã. Do movimento do comboio monçoeiro “surgiram os famosos estabelecimentos de pousadas fixas para abastecer as expedições e os povoados” (2017, p. 16) que atravessavam o sertão sulino de Mato Grosso e, nessas diligências, apontava-se a presença dos Caiapós por reconhecida resistência ante o avanço colonizador.

Nesse sentido, a presença pretérita de indígenas no atual Mato Grosso do Sul ressaltase ainda mais pela captação e análise dos empréstimos linguísticos que os povos fazem naturalmente na ocasião de seus encontros e, da mesma maneira, utilizam os vocábulos para nomear espaços habitados. De acordo com o historiador e linguista indigenista Wilmar da Rocha D’Angelis, a herança linguística da família “Jê”, integrante do tronco “Macro-Jê” na região sulina da província de Mato Grosso, é identificada pelo uso da língua Kaingang, sendo o povo Caiapó falante e praticante dos signos linguísticos para dar nome a regiões e espaços geográficos, como é o caso de Guairá e Campo de Erê. (D’ANGELIS, 2003 apud BRAZIL, 2017)

No entendimento do linguista, no interior da língua Kaingang, o termo de origem para “Campo Erê” seria ‘campo da pulga’ ou ‘campo do bicho de pé’, pois, na língua da família Jê, o termo vem da junção de *kempo* (pulga ou bicho de pé) e *rê* (campo). (D’ANGELIS, 2003 apud BRAZIL, 2017). Desse modo, a região dos Caiapós era denominada de “Campos de Erê, enquanto expressão usada por caboclos e povos indígenas para exprimir as características

físicas de um espaço formado por campos, acrescidos por árvores baixas (arbustos espaçados e gramíneas)” (BRAZIL, 2017, p. 19), caracterizando-se tal topografia na literatura ambiental como “cerradão”, “cerrado típico”, “campo cerrado”, “campo sujo de cerrado” ou “campo limpo” (BRAZIL, 2017, *passim*).

A feição de um espaço regional é traduzida pelas características da paisagem natural, da vegetação, dos rios, dos morros, das serras, enfim, da diversidade de sua fauna e flora. Invariavelmente, as imagens das características naturais são utilizadas nas denominações de lugares e, não raro, são empregados nomes de plantas e animais para indicar um rio, um banhado, um vale, um porto, um povoado, ou um acidente topográfico qualquer. Por isso a recorrência, na geografia do país, de denominações nativas emprestadas dos elementos da natureza.

É possível, portanto, que o mesmo espaço que os nativos caiapós denominavam “Campo de Erê” sejam os campos que viajados setecentistas registravam por veredas, campos de pastagens, onde assentavam-se inúmeros rebanhos de gado alçado.

Paulo Esselin levanta questão relativa à apropriação toponímica: “o que teria levado à mudança de nome de campos de Erê para campos de Vacaria?” (ESSELIN, 2011, p. 64). A pergunta retórica serve para esclarecer que a área colonizada no século XIX a leste do ASMT, compreendida pelo planalto Maracaju-Campo Grande, com áreas de bosques férteis e de grande quantidade de gramíneas, as quais formam pastos para a alimentação do gado, e banhada pelos rios Brilhante, Ivinhema, Dourados, Santa Maria e Vacaria, todos estes tributários do rio Paraná, assim o era, um “Campo de Vacaria”, por obra e empenho de pioneiros e desbravadores de séculos anteriores no esforço de ocupação da planície do pantanal.

O lugar da Vacaria chamava atenção, antes mesmo dos setecentos, quando as bandeiras luso-paulistas arrasaram as reduções espanholas de Itatim e Santiago de Xerez, pela bandeira de Antônio Raposo Tavares no século XVII, pelo terreno plano e fértil sobre o dorso do planalto, por conter águas excelentes e muito gado desgarrado.

Em meados do século XIX, quando Barbosas e Lopes alcançaram os “Campos de Erê”, a toponímia nativa caiapó perde gradativamente força linguística para dar lugar definitivamente ao nome Campo de Vacaria. O apagamento da herança indígena acontece, principalmente, no interior das narrativas memorialistas quando estas, ao absorverem e reproduzirem termos como “pioneiros”, “desbravadores”, ou noções como “vazio territorial”, sem atribuir a devida crítica à historicidade do espaço e dos nativos, “contribuem para nutrir genealogias ou biografias

romanceadas, cuja essência privilegia a organização da estrutura de denominação local baseada no latifúndio” (BRAZIL, 1999 apud CARDOSO, 2017, p. 149).

A constatação anterior vai de encontro à narrativa memorialista de Mato Grosso do Sul quando atribui à frente expansionista paulista-mineira do século XIX o “pioneirismo” e o “desbravamento” das terras do sul de Mato Grosso, referindo-se a esta região como sendo um “vazio territorial”, ou um “deserto de gente”, quando o espaço já fora objeto de devassamento nos séculos anteriores. Além disso, observa-se que a força ideológica das narrativas memorialista foi capaz de se apropriar da nomenclatura “Campos de Vacaria”, denominação hoje fixada na literatura memorialista para designar aqueles que seriam os “pais fundadores” de Mato Grosso do Sul, não reconhecendo o esforço anterior da introdução do gado por colonos espanhóis na planície do Pantanal do sul e sua posterior dispersão para o planalto e o apagamento da memória através do não-dito no discurso sobre a presença de povos originários nativos, especialmente dos caiapós e seu campo de Erê.

Os primeiros *entrantes* a fazerem parada por aquelas terras, mesmo que de passagem, foram Joaquim Francisco Lopes – que prosseguira juntamente com outros Lopes e demais sertanistas para o Campo de Vacarias – e Januário Garcia Leal Sobrinho – que, por conta de uma disputa de terras em Minas Gerais, “teria determinado o deslocamento da família Garcia Leal para Franca, província de São Paulo, e depois para o sul de Mato Grosso” (CAMARGO, 2017, p. 142).

Em outra passagem do romance, Maria Thomé registra o empenho do pai de d. Senhorinha, Antônio Gonçalves Barbosa, em formar fazendas na região sulina de Mato Grosso e, por isso,

foi um dos pioneiros nesse desbravamento de terras, tanto é que já havia posses suas na margem do rio Sucuriú na região de Paranaíba e de lá saiu em 1836 em direção aos rios que correm quase na fronteira com o Paraguai (...) até um lugar onde (...) aliava-se ao deslumbramento de avistar o gado solto e um belo campo de pastagem; ele (...) impressionado (...) pronunciou a frase: que vacaria! (MEDEIROS, 2018, p. 50)

Como para justificar tanto gado solto e sem dono, de repente a freira registra que um bom rebanho, o qual Gabriel consegue amealhar, era propriedade de um padre que fora assassinado, por ironia do destino ou pela providência divina, pelos mesmos “índios que não conseguiu catequizar”. Notifica-nos a irmã de que “como não aparecesse ninguém para reclamar o gado, mais ou menos uma duzentas cabeças, Gabriel as reuniu, colocou nelas sua

marca a ferro e conduziu-as todas para a fazenda onde estavam hospedados, a Boa Vista” (MEDEIROS, 2018, p. 51).

Quando d. Senhorinha relembra de sua chegada na região que margeia o rio Apa e da ocasião em que fundavam a fazenda Monjolinho, novo tiro de sorte, pois, como anota a freira redentorista, “o gado existente na região era selvagem, vivia solto, e as manadas eram (...) oriundas de criações deixadas pelos jesuítas em suas andanças pela América as quais, perdendo-se nas matas, procriavam longe dos humanos, tornando-se esquivas como animais selvagens” (MEDEIROS, 2018, p. 54).

Em vista do exposto, nossa interpretação sobre o romance *Senhorinha...* com relação ao processo de colonização no ASMT, ocorrido entre o setecentos e oitocentos, é de que a narrativa reverbera o discurso que trata a questão da posse das terras pelos entrantes como legítima e natural, uma vez que aborda o espaço como terra de ninguém, ou como espaço vazio e desabitado. Acrescente-se ainda que o romance em questão reforça o apagamento da presença ancestral dos diversos povos indígenas, desconsiderando sua relação com a terra, construindo imagens de passividade, de mansidão e, às vezes, de inexistência de sua presença, o que contribui para a expansão da pecuária, sendo esta a atividade econômica que sustenta a classe dominante do ASMT e do Mato Grosso do Sul ontem e hoje.

3.2 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de ... fracasso em combate transformado em glória e heroísmo?*

A Guerra do Paraguai, desse modo, figura no subtítulo do romance e faz com que imediatamente a história se torne familiar, reconhecível, uma vez que o nome dado ao conflito platino ocorrido entre 1864-1870 é largamente difundido na história oficial do Brasil, figurando nos livros didáticos do país, além de ser exaltada pela memória institucional do exército e marinha nacionais.

A ocupação e povoamento no sul de Mato Grosso remontam às estratégias de Portugal e, posteriormente, do Brasil em incorporar aquelas terras as suas possessões. Para tanto, os fundamentos para a delimitação das fronteiras se deram, sobretudo, no marco de limites naturais (rios, montanhas, vales) e pela ocupação, defesa e povoamento de terras. A partir da segunda metade do século XVIII, a conquista territorial portuguesa foi marcada pela criação de núcleos urbanos (Albuquerque, Corumbá, Miranda, Nioaque, Núcleo Colonial de Taquari, atual Coxim, e a Colônia Militar de Dourados), de fortificações militares (Forte Coimbra e Presídio de

Miranda), de circunscrições civis, militares, judiciais e religiosas, a abertura de estradas e o interesse na fixação de proprietários rurais. Desse modo, as disputas por áreas coloniais tornaram-se uma crescente entre Portugal e Espanha pela delimitação de fronteiras (Tratados de: Madri, em 1750; El Pardo, em 1761; Santo Ildefonso, em 1777; Badajóz, em 1801) e, após as independências nacionais, entre o Brasil e o Paraguai, pois, conforme os referidos tratados, essas terras pertenciam a este país (SQUINELO; MARIN, 2019).

No romance, dona Senhorinha conta à freira que havia se inteirado acerca da aproximação das agressões dos paraguaios através da atividade dos caixeiro-viajantes que costumavam visitar as fazendas para oferecer seus serviços e produtos. Não que a protagonista não soubesse de tais contendas. Ela mesma tinha sido vítima de ações hostis do vizinho guarani quando foi presa, em 1849, por tropas paraguaias que incursionavam em território litigioso entre o Império brasileiro e a República paraguaia, território que coincidia com as terras em que d. Senhorinha e Gabriel fizeram assentamento.

Segundo a freira Maria Thomé, com a vinda dos mascastes de Corumbá que atendiam os posseiros, d. Senhorinha ficou sabendo “que o exército do Paraguai estava se mobilizando, com a compra e a manutenção de navios posicionados ao longo do rio Paraguai; que o coronel paraguaio Francisco Isidoro Resquin tinha o seu quartel-general em Concepción e planejava uma invasão com numeroso contingente” (MEDEIROS, 2018, p. 92). À essa ofensa, prossegue Maria Thomé, juntou-se o “aprisionamento pelos paraguaios, quase no final do ano de 1864, do vapor Marquês de Olinda, que conduzia pelo rio Paraguai, com destino a Cuiabá [...] o novo presidente da província de Mato Grosso” (MEDEIROS, 2018, p. 92).

A Guerra do Paraguai teve início em dezembro de 1864, quando o presidente paraguaio Francisco Solano López ordenou um ataque simultâneo, ou uma guerra relâmpago, que combinava incursões terrestres e fluviais contra o Império brasileiro. Os alvos agredidos foram as províncias do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso. Nesta última, “a ninguém, que lhe conhecesse as condições reais, poderia surpreender a facilidade com que as forças paraguaias invadiram a Província de Mato Grosso, impotente para resistir à aparatosa expedição que Solano Lopez mobilizou” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 539), dividiu-se em duas colunas: uma partiu de Assunção/PY, subiu o rio Paraguai para a tomada do forte imperial de Coimbra e consequente conquista de Corumbá; a outra coluna saiu de Concepcion/PY, atravessou o rio Apa em direção às colônias miliares do Dourados e de Miranda, passando pelas vilas de Nioaque, Miranda e Coxim.

Mesmo diante das manifestações de contrariedade por parte do governo de Assunção com relação aos limites e fronteiras com o Império, a invasão ao território e o aprisionamento da embarcação brasileira *Marquês de Olinda*, que navegava pelo rio Paraguai, foi considerado “ato traiçoeiro e injustificável” (DORATIOTO, 2002, p. 111) de acordo com os interlocutores da época. Para revidar e reaver o território invadido, foi adotado o plano de montar uma força expedicionária com o objetivo de divertir²⁴ o inimigo estacionado em Mato Grosso (TAUNAY, 2003), enquanto uma força maior se constituía a partir do Rio Grande do Sul para um revide ao sul do República paraguaia.

As tropas imperiais que viriam inutilmente acudir d. Senhorinha, porque chegariam tarde demais, ainda estavam por se formar. O Exército brasileiro, à época das agressões paraguaias, era uma instituição com baixa efetivo e bastante distribuída pelo território nacional. Além disso, não havia serviço militar obrigatório. Tal ofício de armas, pelo menos no Exército imperial, era considerado indigno, uma vez que a ele recorriam uma grande maioria de homens oriundos das classes subalternas.

Com o decreto imperial de 7 de janeiro de 1865, criou-se a campanha de alistamento, da qual o imperador Dom Pedro II foi o voluntário de número 01. Intentava-se engrossar as fileiras do Exército imperial. No entanto, o perfil dos recrutas “de véspera” não era diferente daqueles que já integravam as fileiras do Exército, conforme reclama o duque de Caxias: “maioria de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades” (DORATIOTO, 2002, p. 111). Os “voluntários”, geralmente, provinham de classes baixas, muito das vezes sendo homens sentenciados, indultados, escravos libertos e homens vadios.

Agrega-se à demora no resgate da protagonista de *Senhorinha...* o fato de que os soldados eram inexperientes, mal treinados e não dispunham de equipamentos suficientes para garantir-lhes a defesa da própria vida. Agregava-se à situação de frouxidão de muitos integrantes da Guarda Nacional²⁵ que, mesmo dispondo de maior efetivo do que o Exército, frequentemente declinavam ao chamado da pátria com a deserção ou mandando outrem em seu lugar para o combate (DORATIOTO, 2002). Em suma, uma tropa “de pouca disciplina, sem suficiente adestramento e sem espírito de corpo” (MOURA, 2009 apud ESSELIN;

24 Como numa jogada de xadrez, a diversão serve como distração ou ilusão, de modo a direcionar um ataque massivo e pesado em um flanco desprotegido ou insuficientemente guardado e diferente daquele utilizado como diversão. Tal como antecipa Taunay, a diversão foi infeliz e aquém das “proporções que sua importância exigia” (Taunay, 2003, p. 47).

25 Criada no início do período regencial (1831-1840) pelo então ministro da justiça Frei Diogo Feijó, a Guarda Nacional estabelecia o critério de renda mínima, o que conciliava com as exigências eleitorais da Constituição imperial de 1824, para os postos de comando e à concessão das patentes militares, sobretudo à de Coronel da guarda.

FERNANDES, 2017, p. 52) e contando com baixo efetivo expunha a falta de condições de prestar socorro à d. Senhorinha.

Em situação um pouco melhor encontra-se a Marinha imperial. Em combate no estuário do Prata em guerra contra o Uruguai, a força naval recebeu durante a década de 1850 reforço de navios de guerra e seus homens encontravam-se melhor treinados.

Diante desse cenário, o governo imperial convocou todo o contingente disponível de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Paraná, além, é claro, dos Voluntários da Pátria, para comporem a Coluna Expedicionária de Mato Grosso. Quem ficou responsável inicialmente pela coluna foi o coronel de cavalaria Manoel Pedro Drago. Foi somente em julho de 1865 “que a coluna pode organizar-se em Uberaba [Minas Gerais], chegando-lhe os quadros a atingir cerca de três mil homens” (TAUNAY, 2007, p. 47), bem longe do contingente de 12 mil soldados que, segundo Francisco Doratioto, fora sugerido por Caxias para a distração em Mato Grosso (2002, p. 120).

Antes mesmo de colocar em prática a formação do Corpo Expedicionário, que atuaria no Mato Grosso, ainda à espera de contingente e suprimentos, na faixa territorial ocupada pelos paraguaios, estava d. Senhorinha e seus filhos à própria sorte. Descrevendo à freira o momento que antecipava a aproximação do perigo, a protagonista de *Senhorinha...* previu “que algo de medonho e trágico poderia acontecer e o justificado temor por sua vida e a de seus filhos” (MEDEIROS, 2018, p. 99) ante os gritos e barulhos que eram possíveis de se ouvir.

Não tardou para que as tropas paraguaias aterrorizassem as famílias de posseiros instaladas na faixa fronteiriça. No romance, a freira anota a prisão de d. Senhorinha:

Um dos fardados, que parecia o comandante da operação, entrou em seu quarto e achou-a rezando junto com as crianças assustadas. Não se comoveu. Deu-lhe voz de prisão. Senhorinha levantou-se e, resignada, preparando-se para seu destino, caminhou em direção à porta acompanhada de seus filhos e altivamente disse: “vocês não hão de permanecer impunes violando o quarto de uma mulher honrada”. Os homens nem sequer a ouviram, [...] A única coisa que lhe disse o comandante daquela horda foi a ordem expressa para que nenhum dos prisioneiros saísse do alcance de seus olhos até que preparassem a retirada (MEDEIROS, 2018, p. 100).

A prisão e posterior liberação de d. Senhorinha é fato incontestado em inúmeras documentações, testemunhos e etc., portanto não cabe para esta situação um “poderia ter sido” diferente. Entretanto é interessante notar duas listas do *Archivo Nacional* de Assunção, no Paraguai, trazidas como fonte pela historiadora Maria Teresa Garritano Dourado. A primeira titula-se “*Lista de individuos exbrasileiros que han passado a la Villa de Concepción con sus*

famílias con espresion de sus circunstancias” e nomeia 137 indivíduos. A outra “*Lista circunstanciada de los braceiros que han quedados em sus hogares*” consta 130 nomes.

As tropas guaranis da “*Guardia en la Excolonia de Miranda Marzo 15 e 20 de 1865*”, assinada por *José Alvaren*, realizaram visita indesejada ao lar de d. Senhorinha e registraram na “*Lista circunstanciada de los braceiros que han quedados em sus hogares*” (DOURADO, 2017, *passim*). O exército paraguaio fichou dados de d. Senhorinha como sendo “*Senorina M^a de la Concepcion, Edad: 42, Estado: Vda, Hijos: 10, Esclavos: 3*” (DOURADO, 2017, p. 194). A historiadora argumenta que os paraguaios provavelmente pretendiam manter algumas famílias em suas fazendas como forma de prover sustento e suprimento para as tropas invasoras. Porém, continua, no decorrer da guerra algumas dessas famílias foram igualmente aprisionadas. O caso de d. Senhorinha é indiciário pois consta como se estivesse sido mantida em sua fazenda, porém infelizmente acabou sendo feita prisioneira e conduzida ao país vizinho (DOURADO, 2017).

Apesar de apontar no registro paraguaio que as famílias molestadas permaneciam em suas casas, tal registro demonstrou-se não condizente com a realidade, pois o que de fato aconteceu foi a prisão de d. Senhorinha, seus filhos e pertences, situação possível de ser constatado na relação de prisioneiros salvos, socorridos e libertos pelo Exército brasileiro apenas no final de 1869. (DOURADO, 2005)

Proporcionalmente inversa à agilidade e efetividade na ação pelas tropas guaranis, a Coluna Expedicionária na campanha do Mato Grosso deu marcha em 4 de setembro de 1865, sob as ordens do Coronel Drago, desde Uberaba/MG rumo a Cuiabá/MT. No entanto, o trajeto foi alterado em direção a Coxim/MT, pois havia informação do governo imperial de que as tropas paraguaias por ali passariam em um possível ataque por terra à capital da província. (CORRÊA FILHO, 1969; DORATIOTO, 2002).

Ao Corpo Expedicionário brasileiro que efetuará a missão em Mato Grosso faltava os materiais mais básicos para a longa caminhada. As tropas estavam desprovidas, por exemplo, de mochilas, barracas e calçados apropriados. Muitos soldados levavam seus petrechos em trouxas amarradas e sustentadas por algum pedaço de madeira como suporte para carregar. Ou então faltavam-lhes botas resistentes: não era incomum ver os soldados marchando com alpargatas ou chinelos de couro (ESSELIN; FERNANDES, 2017).

O abastecimento das tropas, em partes, era feito por comerciantes que acompanhavam a marcha e arrochavam os bolsos dos soldados. Pelo menos no caminho feito antes de adentrar em Mato Grosso, quando ainda havia estradas carroçáveis, esses comerciantes traziam

alimentos, roupas e produtos diversos, sempre a um preço proporcionalmente elevado para a condição, uma vez que o subsídio de suprimentos por parte do governo imperial, apesar de ter existido, se mostrou irregular e ineficaz.

O governo imperial havia contratado comerciantes que deveriam prover o teatro de operações. Alguns deles, inclusive muitos estrangeiros, valeram-se da oportunidade para ganhar algum tostão. A medida mostrou-se ainda eficaz ao longo da marcha nos sertões de Minas Gerais e Goiás. No entanto, à medida que contornavam os caminhos mais conhecidos, caso da vila de Santana de Paranaíba, e adentravam o ASMT pelos vales inundáveis dos rios Coxim e Taquari, mais difícil era de as tropas serem supridas efetivamente (ESSELIN; FERNANDES, 2017).

A decisão do coronel Drago de circundar Santana de Paranaíba/MT, correr a antiga estrada do Piquiri na província de Goiás e contornar o inimigo, pois acreditava que os paraguaios já haviam dado as caras naquela freguesia, aumentou o trajeto da marcha e diminuiu as alternativas de vias de comunicação e abastecimento das tropas e esgotou severamente os combatentes. Aliás, tal decisão custou-lhe o cargo do comando do Corpo Expedicionário, que foi empossado pelo coronel José Antônio da Fonseca Galvão. No entanto, se o exército imperial marchava na toada da boiada, passando diversas necessidades e privações, o pior ainda os aguardava ao sul de Mato Grosso, como nos recorda o tenente Alfredo Taunay: “Ninguém se lembrava sequer que o nosso itinerário, fixado pelo Ministério da Guerra, nos lançara agora á boca dos imensos e terríveis pantanaes” (TAUNAY, 1929, p. 07).

Depois de efetuar uma marcha de mais de mil quilômetros, em dezembro de 1865 os soldados imperiais chegaram na vila de Coxim e acamparam na confluência dos rios Coxim e Taquari. A partir de então, a coluna foi rebatizada com o nome de *Força em Operações ao Sul da Província de Mato Grosso*, um nome majestoso que condiz apenas com o tamanho do sofrimento amargado.

O desconhecimento ou a ignorância com relação à topografia do ASMT era latente desde o início do planejamento pelo alto comando de guerra imperial. O teatro de operações era muito distante dos grandes centros e era área praticamente desconhecida pelo Exército imperial. Em princípio, haviam sugerido enviar as tropas pelas antigas rotas fluviais das monções, caminho pelos rios afluentes da bacia do Paraná e do Paraguai, que serviram como meio quase exclusivo para ligar o litoral às minas de Cuiabá no século XVIII. Desacreditaram a rota fluvial, até mesmo como apoio logístico para suprir alimentos, fardas, munição, armamentos, água e que, como se pode constatar no decorrer da operação, seria de vital

importância para atenuar as dificuldades e adversidades encontradas em Mato Grosso invadido (ESSELIN; FERNANDES, 2017).

Enquanto as tropas imperiais eram apresentadas aos desencantos do bioma Pantanal, no romance a freira Maria Thomé imaginava o quanto José sofrera naquele momento após saber do sequestro de sua mulher, filhos, escravos e camaradas, apesar de ter preterido a todos para vender uma manada em Miranda, e “indefeso e sem qualquer iniciativa para penetrar sozinho no território do País vizinho e resgatar sua família, permaneceu na fazenda, amargando a dor da separação e tocando os negócios por três anos” (MEDEIROS, 2018, p 109). De certo, como se mostrara uma eficaz conselheira, a freira acreditava que naquele momento a melhor coisa a se fazer era garantir o consolo do capital e da invernada repleta de bois para amenizar as perdas do coração.

O Pantanal é a “maior planície sedimentar inundável contínua de água doce do mundo, tendo 140.000 km² que se estendem na direção norte e sul de Cáceres/MT a Porto Murtinho/MS” (ESSELIN, 2011, p. 58) e marcada por duas estações bem delineadas, uma seca e outra chuvosa. O período de chuvas, geralmente, ocorre entre os meses de dezembro e março, o que ocasiona a subida dos níveis dos rios e o extravasamento das águas para além de suas calhas. Ocasionalmente, a planície pantaneira pode manter seus bosques e campos alagadiços até os meses de setembro. Apesar do imenso espaço e das imagens preconcebidas de pântanos permanentes, a inundação restringe-se às várzeas dos rios e é relativamente estreita, sobretudo nos rios menores, como o Miranda, o Taquari, ou o Cuiabá. (ESSELIN, 2011)

Com total falta de conhecimento das peculiaridades do terreno a enfrentar, as Forças imperiais estiveram sob as águas do verão, com aguaceiros que imobilizavam e afastavam os meios básicos de manutenção da vida. Os atoleiros dificultavam a chegada de suprimentos através dos comerciantes, além de representarem risco de morte ao rebanho cavalariço e à vida humana.

A esperança dos soldados em encontrar alimentos ao longo da marcha no ASMT também se esvaiu. A região dispunha de poucas estâncias e fazendas muito espaçadas umas das outras, dedicadas à criação de gado de corte e à agricultura de subsistência. De modo geral, havia proteína bovina nos campos pantaneiros. No entanto, a dificuldade de locomoção e a falta de montarias fizeram com que uma única rês se tornasse uma miragem em meio ao mar de Xaraés. Para desespero dos soldados, a região passara por período anterior de grave seca, ocasionando baixa no estoque de grãos. (TAUNAY, 1929)

Nesse sentido, o quadro de fome que já se fazia presente desde antes da entrada das Forças ao sul de Mato Grosso se agravou. Soma-se à fome, a ingestão de água dos rios, a insalubridade dos acampamentos, a assistência médica inadequada, a insuficiência de equipamentos e medicamentos, a ausência de nutrientes: todos esses fatores combinados aumentaram a debilidade física, fizeram proliferar doenças, como o beribéri (ou perneiras) e disparar o número de óbitos. Sem combater nenhum inimigo paraguaio, a coluna já havia perdido um terço dos homens, incluindo o comandante da expedição, coronel José Antônio da Fonseca Galvão.

Importante destacar que não foram apenas vidas militares consumidas no palco da guerra e no caminho da coluna que rumava ao Mato Grosso. Todo o tempo, desde que esteve por dois meses em Campinas/SP, em Uberaba/MG e ao longo da marcha sobre o Pantanal sul, o Corpo Expedicionário esteve acompanhado por esposas, filhos, vivandeiras dispostas a prestar alguma ajuda nos acampamentos militares, prostitutas, camaradas, comerciantes, ou seja, um corpo de civis esteve na retaguarda das tropas suportando de modo até mais severo as agruras e pagando com a vida por tamanha ousadia.

Mesmo que estivessem “mal municiados de roupa e menos de boca [e como] as comunicações se haviam tornado mais difíceis” (TAUNAY, 1929, p. 46), a Força Expedicionária marchou de Coxim para Miranda, onde chegaram em setembro de 1866. A vila havia sido devastada e saqueada, com o que sobrou em chamas, um cenário de terra arrasada em que o inimigo nega abrigo ou qualquer tipo de sustento ao lado a ser combatido.

Em *Senhorinha...* a freira narradora Maria Thomé capta as lembranças da memória coletiva de Bela Vista, para a qual atribui que “teve notícias frescas e verídicas daquele momento” (MEDEIROS, 2018, p. 101) em que o exército paraguaio invadia as fazendas nas áreas conquistadas. Aliás, as memórias descritas pela freira mostram o fluxo natural das imagens mentais registradas, que vão da certeza da testemunha, representada pela protagonista do romance e fiadora da verdade dos fatos, ao recolhimento de depoimentos aleatórios “de pessoas idosas hoje moradoras em Bela Vista e frequentam nossa igreja que me contaram da invasão de Corumbá” (MEDEIROS, 2018, p. 101). Nesse sentido, entre o testemunho verídico e os esquecimentos (in)voluntários, a representação regional da guerra detalha como era viver no ASMT nesse período.

Desse modo, no romance ficamos sabendo, pelo registro que a freira Maria Thomé faz da memória coletiva da região beligerante, os cenários de terra arrasada e do barbarismo provocados pelo inimigo:

Foi uma violência total e avassaladora: era uma malta saqueando tudo. Mortos de fome, e como não encontrassem gado na cidade, os soldados iam matando o que encontrassem pela frente e que tivesse aspecto comestível: aves, cabras, porcos e, em algumas situações, até cães. Armavam logo uma fogueira, mas não esperavam assar direito a carne, comendo-a quase crua e sem sal. Matavam um porco, tiravam seu fígado, passavam-no uma ou duas vezes ao lume e comiam sem sofreguidão aquela coisa sanguinolenta e repulsiva. Após saquear as casas e o pequeno comércio, saíam no campo a perseguir os moradores que se refugiavam no mato, já que estes não tinham outro lugar para se esconder. Àquela altura já se sabia que o Forte Coimbra caíra em mãos dos paraguaios. Muitas dessas pessoas que me têm narrado essas histórias ressaltam que, igualmente a esse episódio de Corumbá, em outras ocasiões da guerra não só os paraguaios eram cruéis, também os soldados brasileiros cometiam atrocidades de igual porte, à revelia de seus comandantes. (MEDEIROS, 2018, p. 101-102)

A estada pela vila de Miranda significou nova derrota às Forças Expedicionárias: a peste das cadeiras acometeu os animais de montaria. Tal situação representava um duro golpe nas tropas imperiais, uma vez que a cavalaria era elemento primordial para deslocamento, reconhecimento de terreno e cata do gado alçado. Os combatentes tiveram que enfrentar, quando do avanço sobre o terreno inimigo, a cavalaria paraguaia apenas com a infantaria, o que lhes condicionou grande desvantagem. Além disso, as epidemias continuavam a ceifar vidas em um terreno baixo, propenso a inundações, insalubre e pestilento. Sob tais circunstâncias, e ainda, sem saber o que se passava na frente sul da batalha, igualmente sem terem a menor noção da permanência ou não de tropas paraguaias em Corumbá, os combatentes receberiam, não sem reservas, o novo comandante da Força Expedicionária, o coronel Carlos Morais Camisão²⁶.

Não era apenas a Força Expedicionária que estava abandonada à sua própria sorte. Segundo o relato da freira Maria Thomé, d. Senhorinha àquela altura do conflito vivia um duplo cativo no país vizinho: “prisioneira de guerra e servindo de escrava a um dignitário da Igreja” (MEDEIROS, 2018, p. 109). Nesse momento, a freira não tem escolha a não ser registrar as agruras de outras mulheres da guerra por meio de seu conhecimento e informações de terceiros. A narradora declara que o trauma e o silêncio eram evidentes em d. Senhorinha, uma vez que

26 À época, o então tenente-coronel participou da retirada de Corumbá, em janeiro de 1865, na ocasião da tomada realizada pelo exército paraguaio, logo após a conquista do Forte Coimbra. A fuga foi alvo de censura e chacota, pois considerou-se episódio vergonhoso o abandono da vila de Corumbá e a recusa em enfrentar as tropas invasoras, deixando a população civil à mercê dos paraguaios. Sobre a fuga de Camisão e seus camaradas logo após a tomada de Coimbra e ao cerco a Corumbá, segundo o tenente Taunay, “isto quando as nossas tropas se punham em precipitada retirada e como possuídas de pânico. Mas ao mesmo tempo havia quem afirmasse que lhe cabia certa solidariedade com este acto de fraqueza tão diverso da atitude do heroico Antonio Joao em Dourados” (1929, p. 45). O tenente de engenharia ainda afirma que, embora Camisão tenha recobrado o ânimo da tropa por sua habilidade nas manobras da infantaria e disciplina antes da invasão ao norte do Paraguai, faltava-lhe o espírito de comando e a firmeza nas decisões. Ironia do destino, seria sob ordens às cegas de Camisão que os brasileiros invadiriam o norte do Paraguai e, novamente, teriam que bater em fuga suicida.

sentia “que seu desejo era colocar uma pedra no assunto” (MEDEIROS, 2018, p. 103). Pelos poucos fragmentos de memória que captou, pode-se perceber que esteve sob o jugo de um “padre de nome Justo Román [...] (que) era temido e ganhou fama por mandar torturar os prisioneiros, assistindo às sessões e acompanhando os interrogatórios das vítimas” (MEDEIROS, 2018, p. 107).

No lado brasileiro, o novo comandante da Força Expedicionária imperial que atuava no ASMT, dando ouvido aos seus oficiais subordinados sobre a insalubridade da vila de Miranda, ordenou a marcha para Nioaque em busca de altitudes maiores e oferta de alimentos para recobrar a saúde e a moral dos combatentes. Entrementes, não se sabia na frente norte sobre os avanços da frente sul, tampouco da reorganização e a espera por reforços desta, sob o comando de General Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Uma guerra com múltiplas frentes, sem coordenação e sem comunicação sobre os acontecimentos da outra frente de combate, dificilmente ou apenas sob o desígnio da sorte, poderia obter sucesso no embate com o inimigo desconhecido e dentro de seu território.

Mas não é apenas de virtudes e planejamentos que se faz uma guerra. Também se faz de momento e ocasião. Nessa anedota, tem-se o encontro de um comandante “de verdadeiras ausências” e que passava “por longo tempo, de binóculo em punho a examinar horizontes em que não havia mistério algum a desvendar” (TAUNAY, 1929, p. 46) e de um sertanista conhecedor dos caminhos que “bem que sabia da situação, poderia ter evitado aquela comitiva, e de alguma forma nos defendido daqueles soldados” (MEDEIROS, 2018, p. 109). Tem-se, enfim, o encontro entre o coronel indeciso e ressentido com o sertanejo mais preocupado com seu patrimônio do que com sua família, sem o qual certamente tal estória não existiria.

Desse modo a freira registra a ocasião em que o Coronel Carlos de Moraes Camisão e do sertanista-possuidor José Francisco Lopes encontram-se:

As coisas iam assim até que [José] soube da campanha formada inicialmente (...) por Comandantes que achavam necessário um ataque pelo Oeste, mais precisamente para defender o sul da província de Mato Grosso. (...) Nada sabiam da realidade do interior brasileiro, mas contaram com o apoio de fazendeiros quando por aqui passaram, já que estes tiveram suas fazendas devastadas. (...) Como conhecesse o coronel Camisão, o comandante, José apresentou-se e uniu-se às tropas como guia, não só para ajudar na orientação por aqueles caminhos que tão bem conhecia, mas ansioso que estava por localizar e resgatar sua mulher e filhos, agora com o apoio das forças do exército. Assim, ele se uniu às tropas, internando-se no interior do País vizinho. (MEDEIROS, 2018, p. 110)

Em história não existe ‘e se...’, a não ser como instrumento retórico para lidar com os questionamentos da fonte. Entretanto, valemo-nos do expediente de imaginar possibilidades comum na arte literária: e se os filhos de José, que escaparam do cativeiro no Paraguai, não fornecessem informações ao comando da Força Expedicionária à respeito do desguarnecimento da fronteira norte daquele país? E se José não tivesse fornecido gado como alimento para os combates ou se não houvesse servido como condutor para a invasão do território inimigo? E se o coronel Camisão não tivesse sido abandonado pelo escalão superior e fosse avisado de que na frente sul as tropas aguardavam reforços e recebiam treinamento? E, por fim, se o ataque fosse coordenado e a invasão ao Paraguai se desse em duas frentes, sul e norte, simultâneas?

Evidentemente, caso todas as suposições anteriores não tivessem acontecido, não estaríamos fazendo essa análise. O que o tenente Taunay registra é o avesso dessas hipóteses imaginárias. Em seu livro *A retida da Laguna*, o escritor enfatiza que a decisão de invadir o norte do Paraguai após a longa e exaustiva marcha, depois de perder quase um terço dos combatentes incluindo alguns comandantes, amargar diversos dissabores como doenças, deserções e abandono dos superiores, de perceber que o inimigo sempre estava passos à frente, enfim, de que somadas a situação coletiva, tinha um comandante com seu brio ferido que, contudo, encontra nos sertanejos o fundo de dignidade de que precisavam para se lançarem na ofensiva quixotesca. (1929; 2003)

De acordo com Mario Maestri, o marido de d. Senhorinha foi lançado ao pináculo da historiografia nacional por Taunay, pois o romancista memorialista estava interessado em lançar em sua narrativa protagonistas com os atributos da região, o sertanejo brasileiro, segundo o historiador, “na forma de se comportar, vestir, pensar, viver, como exigia a literatura romântica da época” (2018, p 302). Para tanto, o narrador oitocentista aproxima José Francisco Lopes ao personagem “Olho de Falcão”, o último homem da fronteira que protagoniza *O último dos moicanos*, de James Fenimore Cooper (TAUNAY, 2003, p. 56; MAESTRI, 2018, p. 302).

O marido de d. Senhorinha à época da Guerra do Paraguai conduziu as tropas brasileiras em operação no ASMT para o interior do país vizinho, além de fornecer-lhes boa soma de proteína bovina para o vigor dos combatentes. A invasão ao norte do Paraguai direcionava-se a uma fazenda paraguaia que, segundo as informações dos filhos do Guia, continha razoável quantidade de gado em pé. O sucesso no avanço até a fazenda Machorra, que distava da fronteira do rio Apa, em Bela Vista/MT, uns 150 quilômetros, apostava otimista o estado-maior da Força, poderia dar condições de avanço sobre a vila paraguaia de Horqueta, arredores da cidade de Concepción (MAESTRI, op. cit.). Os paraguaios, sempre alguns lances à frente,

permitiram a entrada da combatida Força brasileira por Bella Vista Norte - PY, os atocaiaram em seus domínios e, ainda, perseguiram e os aterrorizaram, pondo fogo na macega e importunando-se com reclamos da natureza com o cólera, provocando debandadas, mortes por ferimento e/ou por doenças, tensão e perigo, dos/nos combatentes brasileiros em retorno ao Brasil.

A marcha, a partir de Nioaque, e a contra-marcha até o porto Canuto, ao pé da serra de Maracajú e à margem esquerda do rio Aquidauana, local onde o que restou das tropas brasileiras encontrou ponto seguro, todo percurso, ida e desventura da volta, durou dois meses e apenas 700 combatentes restaram daqueles mais de 2000 que marcharam desde Campinas(SP), Uberaba(MG) até o ASMT (TAUNAY, 2003, p. 165). Apenas um dos sobreviventes tornou suas experiências memoriais em extensos registros escritos, variando entre relatórios de expediente e de viagens, cartas de campanha, diário de guerra, dezenas de opúsculos, textos dramaturgicos e romances: Alfredo Adriano D'Escragnolle Taunay.

Em boa parte de suas obras, sobretudo à *A retirada da Laguna*, Taunay valeu-se das anotações dos diários que faziam parte de suas obrigações profissionais, suas reminiscências, e, portanto, não foram escritas “no calor do acontecimento”. Para a historiadora Ana Paula Squinelo (2009), Taunay valeu-se da exaltação de homens e fatos que em sua opinião deveriam ser reverenciados pelos brasileiros como meio de recompor lembranças e contornar as falhas que o substrato da memória geralmente nos impõe.

Ainda de acordo com Squinelo, Taunay “foi um fiel súdito de Pedro II, a quem a obra [*A retirada da Laguna*] foi oferecida. Assim, os ‘interesses’ do narrador coincidem com os do Império, lembrando que, para Taunay, os homens é que dominaram, com bravura, os acontecimentos e não vice-versa” (2009, p. 4). Nesse entendimento, Taunay transformou a contramarcha em retirada estratégica e, através de uma “narrativa na qual os atores históricos agem como personagens de empolgantes romances” (SQUINELO, 2009, p. 5), lançou ao panteão dos heróis brasileiros nomes como o do coronel Carlos Moraes Camisão, do tenente-coronel Juvêncio Manoel Cabral Menezes, do tenente Antônio João Ribeiro - que não participou na contramarcha porém foi morto durante os primeiros movimentos da invasão paraguaia na defesa da colônia militar de Dourados -, e sobretudo, do guia José Francisco Lopes, este último, marido de d. Senhorinha.

A maneira romântica, épica e honrosa pela qual Taunay narrou as reminiscências de sua experiência bélica no ASMT, apesar do fracasso da Força Expedicionária em operação no sul de Mato Grosso e da exposição do exército brasileiro ao fracasso e insucesso, foi recuperada e

rememorada para destacar mitos e heróis sul-mato-grossenses antes mesmo da criação da unidade federativa (SQUINELO, 2009).

Foi o caso, por exemplo, do opúsculo lançado pelos membros do movimento divisionista de 1934, quando apresentavam justificativas para a separação da porção norte, momento em que destacam o papel das famílias que ocupavam o território invadido e, por tal condição, mantiveram-se como sentinelas da fronteira. E ainda aproveitando para resgatar a figura heroica do Guia Lopes e exaltá-lo como um verdadeiro sertanejo responsável por “esparramar posses aqui e ali”, que, como um “cavaleiro andante”, foi um “verdadeiro patriota e valente, entra na guerra e conduz a bandeira da Laguna em sua memorável retirada” (A DIVISÃO..., 1934, p. 7, apud AMARILHA, 2006, p. 73-74).

Essa familiaridade com o fato histórico oficial é reconhecida pelo narrador que abre *Senhorinha...* como ponto de partida para a história a ser contada, porque d. Senhorinha, além de ser

a mulher de José Francisco Lopes, o guia que ajudou a conduzir as tropas brasileiras na Retirada da Laguna [...] figurou grande parte de vida sozinha no momentos mais envoltos da Guerra do Paraguai, e especialmente num contexto anterior à guerra, quando a disputa de limites de fronteiras do Paraguai com o Brasil se arrastava desde a época colonial. (MEDEIROS, 2018, p. 14).

O mesmo pressuposto familiar com a Guerra do Paraguai, ou melhor, com o episódio da retirada da Laguna é acenado pelo narrador que encontrou o diário esquecido da freira Maria Thomé. Ao folhear as primeiras páginas de sua fonte histórica, o personagem logo percebeu ser “a história da vida de dona Senhorinha Barbosa, personagem que eu conhecia superficialmente como a mulher do guia Lopes, citada no livro ‘A Retirada da Laguna’, do Visconde de Taunay” (MEDEIROS, 2018, p. 22, grifo do autor).

Maria Thomé, por sua vez, de forma semelhante ao narrador da abertura, também ouviu dizer sobre d. Senhorinha, que era pessoa de referência, pois “era a viúva de José Francisco Lopes, cuja participação na Guerra do Paraguai o tornara conhecido na História como o ‘Guia Lopes’” (MEDEIROS, 2018, p. 16).

Destaca-se, portanto, que um dos componentes históricos contido no romance *Senhorinha...*, além de subordinar a imagem de d. Senhorinha à de “mulher do Guia”, ainda cria a expectativa na capa do livro de um confronto vitorioso, que foi a Guerra do Paraguai, para na verdade conduzir a narrativa por um “arrasado, desorganizado e imprevidente périplo terrestre”,

que “quase não se aborda”, o episódio particular da “Coluna Expedicionária do Mato Grosso” (MAESTRI, 2018, p. 293).

Deste modo, em nossa análise, entende-se que o romance em questão propaga a versão vitoriosa e gloriosa da contramarcha engatada pelas Forças em Operação no Sul de Mato Grosso, que para a literatura memorialista sul-mato-grossense constitui-se em um capítulo da história local demasiadamente valoroso. A medida para tal majoração constata-se no volume de publicações de livros sobre o tema da Guerra do Paraguai, dando destaque principalmente aos episódios do conflito que ocorreram no sul de Mato Grosso e à desastrosa manobra militar ocorrida no ano de 1867, que ficou conhecida como a retirada da Laguna.

3.3 *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de ... bandidos-coronéis pela posse de terras?*

“Ai quando eu vim
Da minha terra
Despedi da parentáia
Eu entrei no Mato Grosso
Dei em terras paraguaia
Lá tinha revolução
enfrentei fortes batáia, ai, ai”

Folclore Pantaneiro

As representações históricas inscritas no romance *Senhorinha Barbosa Lopes* pelo viés da literatura memorialista e da pesquisa histórica são importantes para integralizarmos a análise proposta. Tratamos de maneira breve sobre as interpretações da colonização dos *entrantes* no ASMT, bem como a respeito da guerra contra o Paraguai travada de maneira mais intensa naquele contexto no espaço meridional de Mato Grosso, buscando justamente aproximar mais e melhor essas representações e nossas interpretações acerca da narrativa analisada.

Doravante, aproximaremos as representações históricas contidas no romance *Senhorinha...* das representações contidas na literatura memorialística e nos estudos históricos que tratam do período subsequente à Guerra do Paraguai até a década de 1920 e condiz com a ocupação da faixa raiana no sul do antigo Mato Grosso. São notórias as medidas levadas a cabo, de um lado, pelo Império brasileiro, através da Comissão de Limites, em melhor conhecer as peculiaridades da fronteira, estabelecer os limites entre Brasil e Paraguai e estimular o

povoamento da região e, de outro lado, as ações de indivíduos e/ou grupos na empreita colonizadora e no enfrentamento dos desafios e obstáculos advindos da natureza e do encontro entre povos de culturas diferentes.

Igualmente, o período compreendido entre os anos de 1870 e 1920 no cenário nacional foi marcado por consideráveis mudanças no cenário político e institucional, indicada pela crescente ascensão do Exército brasileiro e pela participação dos altos oficiais na vida política, embalados pelo bônus da vitória na guerra. Acrescente-se as pressões para o fim da escravidão que servia de bandeira política para grupos abolicionistas e para facções no interior do Exército, que a esta causa, agregavam os ideais positivistas e republicanos, o que ia de encontro com o modelo Imperial de Estado vigente até então.

Contribuindo para instabilidade política pré-República, juntava-se a (in)ação da política representativa das elites agrária-escravistas que, em face da pressão interna e externa pelo fim da escravidão, condicionava a abolição a troco de indenizações a serem pagas por um Império, àquela altura, combalido economicamente e com a imagem demasiadamente desgastada. O golpe de 15 de novembro de 1889, entretanto, longe de apaziguar os ânimos na luta por poder, ao contrário, abriu um horizonte de possibilidades por posições políticas no novo sistema e, igualmente, conduziu à inúmeras disputas regionais por poder e riqueza locais no despertar da República.

Esse cenário de crise institucional na nação se prolongou até a década de 1920, momento em que a política dos governadores articulada pelo presidente da república Campo Salles amenizou os choques entre o poder central e as políticas regionais em todo o país. Até lá, os grupos políticos locais disputavam com todas as forças o poder e sua permanência duradoura, sendo para isso necessário a formação concomitante de conchavos entre fazendeiros e de milícias para atender às manobras e estratégias para tanto. A fragilidade da república permitiu, desse modo, que a coisa pública fosse apropriada por interesses privados, muito embora essa prática fosse largamente utilizada durante a colônia e o império. Nesse momento, portanto, e sobretudo em Mato Grosso, temos o protagonismo de chefes políticos locais, chamados de coronéis, que ensejaram diversas práticas violentas e sanguinárias para permanecer no poder ou

derrubar quem lá estivesse, contribuindo para o fenômeno do coronelismo²⁷ e a criação das oligarquias²⁸ agrárias.

Discorreremos, pois, sobre as representações contidas em *Senhorinha...* que remetem à disputa por terras e a luta pelo poder local, que envolveram fazendeiros-coroneis e agregados-bandidos, e ajudaram a caracterizar o fenômeno do coronelismo no antigo Mato Grosso. Além disso, demonstraremos que o romance corrobora a naturalização da noção de espaço violento.

3.3.1 O mito da “terra vazia” garante o uso da violência contra o Outro.

Nos anos que se seguiram à Guerra do Paraguai nos confins da fronteira oeste do Brasil, os trabalhos dos técnicos da Comissão de Limites eram acompanhados de perto pelo capitão Antônio Maria Coelho, herói e ex-combatente da Guerra do Paraguai, e por Tomas Laranjeira,

27 Manifestação social e política identificada na implantação do regime republicano após 1889, o coronelismo teve sua origem com a criação da Guarda Nacional, em 1831, quando a instabilidade da monarquia após a abdicação de Dom Pedro I se manifestava pelo medo das elites agrárias regionais da sublevação das camadas sociais subalternas, a exemplo do que acontecera no Haiti com levantes negros. Assim, para garantir a segurança e o *status quo* latifundiário agro-exportador-escravista, a entrega da patente de *coronel* atendia aos critérios censitário baseado em renda mínima para ser um eleitor do império ou um pretendente a uma vaga na assembleia. De acordo com Marisa Bittar, “as patentes traduziam o prestígio real dos grandes proprietários de terra, uma vez que raramente o título era concebido a alguém que não pertencesse a essa classe, a detentora de privilégios econômicos e sociais” (2009a, p. 75). Ao longo de meio século de existência da Guarda Nacional, ainda no império, a denominação de *coronel* passara a ser atribuída pela população a todo e qualquer chefe político e econômico regional. Com a transição de regime entre monarquia e república, houve também mudança na condição de votante, não mais sendo o critério por renda e, sim, a alfabetização. E é nesse momento, pois, que o fenômeno do *coronelismo* se manifesta. A mudança de regime não representou transformação na estrutura econômica do Brasil, mantendo-se a exclusão social por meio do sufocamento das condições materiais das populações rurais. Valendo-se dessas permanências excludentes e carecendo, no novo regime, de aumentar sua base eleitoral, os coronéis valeram-se do mandonismo, do paternalismo e do filhotismo para arregimentar gente. Bittar (2009a) evidenciou em seu estudo que ser “gente do coronel fulano” assinalava a condição de subalternidade do indivíduo, além de significar, no contexto de lutas facínoras locais, de qual lado o indivíduo estava, se de apoio ou oposição ao poder local. O poder de um *coronel* em convocar *sua gente* valia-se da condição de extrema pobreza, ignorância e abandono a que os trabalhadores de suas fazendas viviam, ao passo que o *coronel* era geralmente visto como um benfeitor, uma figura paternal, que concedia pão, água e abrigo e em troca exigia fidelidade total. Para um aprofundamento no tema consultar: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In.: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de poder e economia (1889-1930)**, v. 8, 1997.

28 A prática do coronelismo dependia não apenas de agregados fieis, gente do coronel, mas também da extensa parentela. Uma família grande que extrapolasse a família nuclear, distante mas sem quebrar a vitalidade dos laços ou obrigações recíprocas. Essa parentela reunia o poder econômico e político e, assim, podia garantir longevidade e hegemonia no poder político do estado com menores chances de traição. O chefe político dependia do dinheiro, bens e serviços da municipalidade nas disputas eleitorais, que muitas vezes recorriam ao uso da força. E no uso do poder valiam-se da condição de “para os amigos se faz justiça, para os inimigos se aplica a lei”. Esse poder controlado, e cobiçado, por um número restrito de pessoas pertencentes a um mesmo partido, classe ou família, nesse contexto, recorreu à luta armada, deposições e assassinatos de chefes políticos. Em suma, o coronelismo e as oligarquias dependiam da estrutura agrária para a formação de um governo baseado na estrutura patriarcal controlado por famílias.

comerciante que fornecia gêneros diversos à expedição demarcadora. Este, por ocasião do fim dos trabalhos demarcatórios, em 1874, praticante da indústria ervateira no Paraguai, apossou-se de largas glebas no extremo sul de Mato Grosso, compreendendo a faixa fronteira das atuais localidades de Coronel Sapucaia, Ponta Porã, Bela Vista, Amambaí, entre outras. A partir de 1882, a “Empresa Mate Laranjeira” recebeu a concessão imperial para a exploração da erva-mate nestes territórios onde haviam terrenos devolutos. Para tal investida, o empreendimento contou com gente especializada no preparo da erva-mate, especialmente de sul-rio-grandenses, e valeu-se da mão de obra paraguaia submetida a regime semiescravo de trabalho²⁹, os peões. (CORREA FILHO, 1969; BITTAR, 2009a; CAMPESTRINI, 2011)

Segundo a historiadora Marisa Bittar, os escritos memorialistas de Paulo Coelho Machado aludem a um pós-Guerra cujo território ficou vazio, desabitado, onde não sobraram nem os índios: “Na verdade, estas terras não tinham donos, exatamente porque Cuiabá não dava atenção ao Sul” (MACHADO apud BITTAR, 2009a, p. 51-52). Nessa leitura, o espaço do ASMT tornava-se uma oportunidade para vinda de gente de outros estados e nações. Bittar complementa, com o entendimento do memorialista José Barbosa Rodrigues, que a região passou a atrair “o pastor de Minas Gerais, o refugiado gaúcho da revoluções rio-grandenses e a construção da (...) Noroeste do Brasil” (RODRIGUES apud BITTAR, 2009a, p. 52).

Essas asserções demonstram aquilo que é possível verificar na literatura memorialista sul-mato-grossense através de seus principais representantes, e que, em certa medida, se faz presente no romance histórico aqui em análise, uma reiterada afirmação: de que o território de Mato Grosso do Sul passou a “existir” no momento posterior à guerra por obra da ocupação por população branca e com ideais civilizatórios, herdeira da colonização luso-bandeirante. Nessas leituras, o contexto de pós-Guerra do Paraguai é de luta pela posse de terras no ASMT envolvendo os posseiros precedentes ao conflito, os quais, por sua vez, tentavam reaver suas terras, assim como diversos ex-combatentes que procuravam posses, tendo a pecuária extensiva como a atividade mais expressiva. Passavam também a frequentar a hinterlândia, ao mesmo tempo, diversos migrantes que se deslocavam para a região por conta da exploração dos ervais nativos e da expansão das linhas férrea que cortaria o espaço de leste a oeste.

29 A narrativa memorialista de que a mão de obra paraguaia era de certa forma apenas de peonagem, ou seja, de uma suposta categoria inferior a outros trabalhadores, em especial de luso-brasileiros, vem sendo desconstruída pelas pesquisas historiográficas mais recentes. Trabalhos como do historiador Eudes Fernando Leite apontam para a utilização dos paraguaios, durante o período do pós-Guerra, em atividades que requeriam conhecimentos específicos em setores de grande importância, como foi o caso, na região pantaneira, a lida com o gado, o trato do couro cru e a confecção de petrechos. CF.: LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal**. UFMS, 2003.

Em *Senhorinha...* vemos, representativamente, a freira Maria Tomé expressar a preocupação e determinação de d. Raphaela em garantir suas posses, que eram provenientes de períodos anteriores ao conflito, e serviriam para a manutenção do sustento de sua família, já que naquela ocasião ela assumira a condição de esteio e junto com família, escravos e agregados, “todos ajudavam na sobrevivência mútua e afirma que, sem essa família, estaria praticamente na miséria, pois foram eles que a incentivaram a registrar suas propriedades e não permanecer na ignorância” (MEDEIROS, 2018, p. 127).

Aliás, no subtítulo de *Senhorinha...*, onde destaca-se a locução “resistência feminina”, uma interpretação possível que se tem após a leitura da obra é de que o acúmulo de terras seria o resultado triunfante, ou sinais de benção, merecido pela protagonista após ter sofrido como colona pioneira e pelos cativeiros sobrevividos. Os elementos para tal interpretação encontram-se na maneira pela qual os narradores descrevem a vida de d. Senhorinha no pós-guerra. Nesse momento, apesar de sua simplicidade, a protagonista soube gerar renda de sua propriedade com lavoura diversificada, que colocava comida na mesa e com a criação de gado, fonte igualmente promissora. No entanto, havia insegurança com relação à incerteza jurídica da posse regular da terra e também do conflito de interesses com a chegada de novos colonos. Segundo a freira relata no romance,

O tempo estava se passando e como viúva de dois homens de família conhecida, que desbravaram e se apossaram daquelas terras desde muito tempo, não poderia correr o risco de se ver desalojada da própria habitação, comprometendo o patrimônio que seria o futuro dos filhos, por falta de documentos legais que a legitimassem como herdeira. (MEDEIROS, 2018, p. 128)

Nesse clima de incerteza, decorre uma reclamação enfática no romance, representado em diversas passagens e através de duas vozes narrativas, sobre a perda das terras ocupadas por d. Senhorinha e seu primeiro marido em áreas litigiosas anteriores à Guerra do Paraguai. Segundo a freira, d. Senhorinha,

Antes de iniciar o processo de inventário, resolveu tratar da região onde se localizava sua querida Monjolinho, agora fazendo parte de uma grande área a Fazenda Apa, disputada por outras pessoas, entre estas, influentes proprietários rurais. Ela resolveu requerer sua parte, já que, foram ela e seu marido Gabriel que lutaram nos primeiros tempos para delimitar a área e vê-la formada. As questões estavam controvertidas, porque outros se habilitavam à sua posse e os limites não estavam bem definidos. Possuía os papéis de registro da posse, mas como não houve tempo de reuni-los e escondê-los,

como os poucos bens daquele alçapão, desapareceram no fatídico dia de sua prisão. (MEDEIROS, 2018, p. 128)

A propósito, a freira não raras vezes dedica espaço em seu diário para registrar o tempo em que d. Senhorinha havia passado na fazenda Monjolinho e todo o trabalho investido naquela paragem. A ênfase se deu porque foi ali, segundo a freira, que a protagonista vivenciou o assassinato de Gabriel e seu primeiro aprisionamento. Em decorrência desta última situação, a terra ficou desocupada e foi alvo de usurpadores que contaram com a instabilidade jurídica em tempos de conflitos e com as alterações na lei de terras que garantiam a posse a quem a ocupasse. Entretanto, as representações impressas pela freira Maria Thomé nos levam a entender que, para além da simples descrição do ambiente onde se encontram os personagens no enredo, há uma denúncia de que, provavelmente, d. Senhorinha tenha sido lesada em seus direitos de posse, pois, mesmo tendo registro de posse, apesar de extraviado em decorrência da guerra, e registrado a passagem da Comissão Demarcatória de Limites pela “tapera do Gabriel”

(...) aqui Senhorinha me afirma que registrou e obteve o título legítimo daquelas terras à margem direita do Apa, na região compreendida entre esse rio e o Estrela, que foi justamente onde ela e Gabriel primeiramente aportaram quando vieram de Sant’ Anna do Paranayba. No entanto, os documentos foram extraviados e nada se conseguiu provar, mesmo intentando uma Ação de Justificação junto à Câmara dos Deputados da província de Mato Grosso, em Cuiabá, onde alegou que sua posse deu-se e foi registrada bem antes da famosa Lei de Terras nº 601 de 1850. Por isso, mais tarde, aquelas terras foram usurpadas pela mulher de um tal Melchiades Augusto de Azevedo Pedra, após a morte de Gabriel e o primeiro aprisionamento de Senhorinha, com a conivência da municipalidade de Miranda. A revolta de minha amiga tem explicações porque, conforme disse, os registros da Comissão de Limites do Império indicavam ‘a tapera de Gabriel’ e os restos de currais de madeira de lei e outras edificações por eles construídas. E ela sabia que aquela região não fora literalmente contestada pelo Paraguai. (MEDEIROS, 2018, p. 70-71, destaque do autor)

Já no trecho final do romance *Senhorinha...*, momento em que a voz enunciativa passa para a terceira pessoa, após a freira despedir-se da narrativa, há a análise do inventário de José Francisco Lopes e, inegavelmente, persiste-se no reclame diante da evidência histórica de que d. Senhorinha tenha sido lesada em seus direitos de posse da Fazenda Apa, antiga Monjolinho, terras onde Gabriel Lopes e d. Senhorinha haviam feito morada ainda na década de 1840. Neste momento, o narrador aponta para as mudanças nas leis de terras durante o processo de transição entre o Império e a República ao passo que tenta resgatar aquilo que seria o “dinamismo dessa

mulher que, embora analfabeta, enfrentava a burocracia da época com insistência, precavendo-se de seus direitos.” (MEDEIROS, 2018, p. 174)

Outrossim, o narrador que faz as vezes de historiador baseia-se nas memórias de Miguel Ângelo Palermo, coetâneo de d. Senhorinha e com quem ela manteve diálogo por terem laços de amizade e negócios a tratarem. A voz enunciativa aponta, por meio de nota de rodapé, que o relato testemunhal de Palermo encontra-se arquivado no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Ali, aparece a descrição da negociata que envolvia transação de compra ou doação – o narrador não sabe ao certo – da Fazenda Apa/Monjolinho reclamada como usurpada de d. Senhorinha ao longo do romance histórico que ficcionaliza suas experiências. Segundo este narrador, diante do livro de Palermo,

No ano de 1894, Senhorinha passou escritura pública do desmembramento da área, no valor de Rs. 200\$000 (duzentos mil réis), documento passado em Nioac e reconhecido pelo tabelionato de Cuiabá. Consta, também, transcrição de um requerimento à comarca de Cuiabá, capital do Estado, solicitando que lhe fosse legitimada a posse de parte da grande área onde se demarcou a famosa Fazenda Apa. (...) Ela possuía em mãos uma cópia do título definitivo, mas que acabou se perdendo nos descompassos de guerra (MEDEIROS, 2018, p. 173).

Fica evidente, portanto, o reforço que este último narrador faz com relação à demanda exposta por meio da voz narrativa da freira: a protagonista, mesmo tendo testemunhas que a reconheciam como antiga moradora e fundadora da fazenda contestada teve usurpados seus bens por estranhos. Para fechar o romance nesse clima de insatisfação com o destino da personagem, o narrador conclui,

Por aí se vê que ela estava ficando desprotegida de seus bens, não por sua culpa, mas traída por procuradores que não a alertaram a tempo de que deveria estar presente na terra, povoando-a, plantando e criando gado, pois ao contrário, o governo delas se apoderava, ou tinha poderes para transmiti-la a quem quisesse. (MEDEIROS, 2018, p. 174)

Ora, quando comparamos o fundo de pano que compõe o passado no romance *Senhorinha...* com certos escritores memorialistas, percebemos que as preocupações em ressaltar o contexto de luta de grupos sociais e, evidentemente, destacar aqueles que venceram, por obter a posse legal da terra expressa em diversas passagens do romance estão em consonância com estas narrativas sobre o passado de Mato Grosso do Sul.

Entre os escritos memorialistas que mostramos a concorrência pela terra no ASMT, por exemplo, José Barbosa Rodrigues traz em sua obra *História de Mato Grosso do Sul* (1993) o litígio judicial impetrado por Henrique Venâncio López, filho de Francisco Solano Lopez, por meio do qual requeria a posse de vasto latifúndio no ASMT. Essas terras teriam sido adquiridas de sua mãe, *madame Elisa Lynch*, cuja aquisição da pretensa área deu-se em meio ao conflito platino, ou seja, em contexto de evidente contestação de legitimidade daqueles domínios entre Brasil e Paraguai. A mesma área, segundo Rodrigues, era ocasionalmente ocupada pela Companhia Mate Laranjeira.

Além das pretensões de Elisa Lynch e Venâncio López, o memorialista J. Barbosa Rodrigues igualmente destaca que após o imbróglio com a mulher de Solano Lopez, que requeria “trinta e três mil quilômetros quadrados, o vizinho Estado de Goiás lutou anos seguidos pela posse de quase um terço do Estado, enquanto o barão de Antonina e seus herdeiros pretendiam o domínio sobre inúmeras ‘posses’, a maioria fictícias.” (RODRIGUES, 1993, p. 99). Com relação a essa última contenda envolvendo posses do barão de Antonina, Rodrigues afirma que apenas uma propriedade lhe era de direito; todas “as demais, baseadas em escrituras tidas como falsas, ou com a assinatura de só um dos cônjuges proprietários, ou assinadas a rogo dos vendedores quando estes sabiam assinar, levavam à convicção de forjadas por interessados prepostos do Barão” (RODRIGUES, 1993, p. 101).

Outro memorialista que dá destaque ao intenso interesse sobre as terras do ASMT no pós-guerra é Hildebrando Campestrini. Em *História de Mato Grosso do Sul*, nos capítulos *A reconstrução do território* e *A primeira República*, o autor dedica-se a expressar o interesse sobre o grande latifúndio, como foi o caso das terras de *madame Lynch* e a atuação da empresa Mate Laranjeira na exploração dos ervais, bem como da implantação das linhas telegráficas, criação de municípios, abertura de estradas e a chegada de gente nova, com destaque para as levadas de migrantes gaúchos. Esses eventos são apontados pelo memorialista como ponto germinal do progresso e, conseqüentemente, para a criação do novo Estado que dali se criaria décadas mais tarde.

O que chama a atenção nessas representações pretéritas sobre o ASMT é o alarde para a ameaça da tomada de extensos latifúndios pelo interesse de estranhos ou de estrangeiros, como foi um dos argumentos contra a permanência da Companhia Mate Laranjeira, que de fato trouxe para aquele momento uma crescente valorização das terras. Todavia, a insistência na rememoração dessa narrativa expõe o trabalho discursivo em legitimar a defesa pela propriedade por aqueles que, supostamente, chegaram primeiro e lutaram de forma justa, apesar

de violenta e genocida, contra o interesse de grandes monopólios que contavam com a anuência das forças políticas centradas na capital Cuiabá.

Nesse sentido, no conjunto da literatura memorialista sul-mato-grossense exposta neste trabalho, é comum encontrarmos a figura de um grupo seletivo de fazendeiros retratados como defensores irascíveis contra a espoliação da terra face ao monopólio latifundiário. Denominados genericamente como *coronéis*, esses fazendeiros são descritos como responsáveis por promoverem diversas lutas armadas, entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, na defesa do direito inviolável por um quinhão de terra.

Ao passo que estas narrativas memorialistas possuem por característica a linearidade de eventos e foram escritas a partir da divisão, em 1977, nelas é comum identificarmos esses seletos fazendeiros-coronéis figurando como personagens-heróis da criação do estado de Mato Grosso do Sul porque, no passado, lutaram em defesa destas terras. Nestes enredos, a luta armada é chamada de *revolução*, e os grupos de oposições ou de vencidos, por sua vez, denominados de *bandidos*. Nesse contexto pretérito que justifica os heróis da divisão, não raro, o espaço é apresentado e naturalizado como *terra sem lei*, cujo resultados de progresso e a bonança do presente são atribuídos aos coronéis-heróis do passado.

Passaremos para análise das representações inseridas no romance *Senhorinha...* no tocante ao papel das lutas armadas do final do século XIX e início do século XX e, assim, comparar com outras representações que apresentam diversos atores nessas lutas, relativizando o papel de herói atribuído a determinados personagens históricos, como a dos *coroneis* e suas pretensas *revoluções*.

3.3.2 Como transformar bandido em coronel-herói.

Como evidenciamos até o momento, os representantes da literatura memorialista de Mato Grosso do Sul corroboram, através de seus diversos escritos, para a formação do ambiente do tempo pretérito e a construção do comportamento e hábito da época, servindo de base histórica para o romance *Senhorinha...* Entre estes *modi operandi* que envolvem as relações entre os personagens, representada sobremaneira na perseverança da protagonista, d. Senhorinha, está a luta e resistência para legitimar suas propriedades, resultado da herança deixada por seus falecidos maridos.

No romance, por exemplo, a freira Maria Tomé narra o retorno de d. Senhorinha às terras de sua família e expressa a preocupação da protagonista em retomar a ocupação para evitar a espoliação de seus bens

A família, agora de volta e desfalcada de seu chefe masculino, teve de recomeçar os trabalhos para se estabelecer na posse. (...) Retornava-se às atividades comuns como o plantio, a construção de nova mangueira para o gado, o paiol para guardar o milho e outras colheitas (...) O ano de 1870 estava acabando e ela só recentemente tivera notícias de que a guerra terminara oficialmente. No entanto, essa informação pouca coisa lhe adiantou, porque o clima de bandidagem continuava naquela região (MEDEIROS, 2018, p 122).

O medo de resguardar posses e esconder objetos de valor, no romance *Senhorinha...*, talvez proceda do reclamo deixado pela freira, no qual insiste que “roubos não aconteciam apenas em função da guerra, era uma coisa trivial, quase sem represálias, a não ser pelos proprietários costumeiramente armados até os dentes” (MEDEIROS, 2018, p. 120).

Por certo, a freira nos notifica de uma impressão marcante no seu tempo presente e que se arrastava desde o período colonial: a presença de uma *violência costumeira e endêmica*, praticada por um *povo armado* que caracterizou o Mato Grosso desde o período colonial. Quem corrobora com o entendimento da freira é o historiador Valmir Batista Correia (2006) para quem o uso extremo da violência no antigo Mato Grosso “se confunde com o próprio modo de vida do mato-grossense” (p. 29) e faz parte do processo de ocupação e transformação da região.

Segundo Correia, contribuíram para a formação de um *modus vivendi* de violência cotidiana para a região sua condição de extensa e flutuante fronteira, o contato entre povos primitivos e colonizadores castelhanos, a formação de núcleos mineradores, o isolamento em relação à capital, o total abandono pela metrópole e, posteriormente, pelo império, e por fim, as consequências da guerra contra o Paraguai, que, além “de sua desmedida violência, foi para o Mato Grosso uma luta de desamparados, tendo como aliados a fome, a falta de armamentos e fardamentos e as doenças” (CORREIA, 2006, p. 33). As sequelas da guerra para o ASMT para este autor foram, portanto, de devastação, “com suas vilas destruídas, com sua economia desarticulada e um grande vazio populacional” (CORREIA, 2006, p. 33).

As imagens de violência, de terra esquecida e abandonada, ou ainda de ambiente cruel, sórdido e mesquinho a respeito do passado de Mato Grosso do Sul está bastante presente na literatura memorialista e, de certo modo, fez por muito tempo com que esta unidade da federação fosse reconhecida como portadora de tais qualificativos. Certamente, no âmbito do imaginário e da produção epistemológica, essas imagens cristalizadas contribuem para a

sedimentação de hierarquias e separações nas representações sociais. Elas narram e exaltam aqueles que venceram a violência da natureza indômita e afastaram, para debaixo da terra, os perigos representados pelo estranho, pelo inimigo, que ora é o castelhano, ora o forasteiro, e sempre o indígena.

No contexto, que vai do final do século XIX até a década de 1910, a violência, que já se fazia presente no antigo Mato Grosso, acentuou-se à medida que as disputas por terras ganhavam contornos de incerteza e diante da mudança de sistema político verificada pela derrubada do império e proclamação da república. Nesse ínterim, o clima de violência se intensificou, em virtude do *coronelismo* praticado não apenas no ASMT, como igualmente verificado em outras regiões do país no mesmo período.

A partir de então, o antigo Mato Grosso passou a ser conhecido como *terra sem lei*, lugar onde a única lei que funcionava era a *lei do 44* e seus artigos, o 38 e o 22, metáfora que remete aos principais calibres de armas de fogo usados por aqueles que faziam justiça a seu próprio entendimento. Entretanto, nas construções de narrativas sobre esse passado, como mostrou Lilian Galetti (2012), as imagens de violência, de incivilidade, de barbarismo sempre são atribuídas ao *outro*, ao estranho, criando clivagens entre o bem e o mal, o justo e o fora da lei.

Nesse sentido, observamos que o romance *Senhorinha...* traz, entremeadas à resistência da personagem feminina, representações de colonos na defesa pelo direito da propriedade e, na trama, são apresentados genericamente como coronéis. A legitimidade e a luta da protagonista, d. Senhorinha, pelo direito à herança deixada por seus maridos suaviza e afasta as imagens de violência que geralmente são atribuídas aos fazendeiros naquele contexto na prática do coronelismo. Neste jogo de ressignificações, os coronéis ganham nome e são exaltados por suas atitudes contundentes e pela liderança que exerceram, ao passo que estas mesmas qualidades são atribuídas à d. Senhorinha, principalmente quando se busca o sentido da palavra “resistência feminina” no interior do romance, isto é, a mulher resistiu porque conservou posses.

Em *Senhorinha...*, por exemplo, a freira Maria Tomé registra a presença em Bela Vista-MT de herdeiros do

velho coronel Francisco David de Medeiros (...) uma das famílias que fizeram parte da corrente migratória do Rio Grande do Sul corridos da Revolução Federalista no final do século XIX e início do século XX (...) ocupando-se da criação de gado, já que a região parecia-se muito com os campos do Sul. (MEDEIROS, 2018, p. 130)

A presença de fazendeiros no papel de *coronéis* parece intrigar a personagem da freira, pois ela acabara de presenciar a outorga da patente de coronel a José Francisco Lopes, uma honraria concedida “a quem prestasse algum relevante serviço à comunidade”, e desse modo alardeia: “esta mania de se intitular *coronel* não era comum somente para se homenagear alguém” (MEDEIROS, 2018, p. 133).

Admirada com a presença desses símbolos de ordem e de justiça, a freira ainda explica que

Os títulos de coronéis, também detinham os poderosos, que assim se auto-intitulavam pretendendo ganhar respeito de toda a gente, criando as oligarquias, um fenômeno político muito comum. Os coronéis de nossa época (e estou falando do momento em que escrevo) são esses fazendeiros recentemente vindos do Rio Grande do Sul, fugidos, ou por terem participação de revoluções, ou porque nada queriam com elas. (MEDEIROS, 2018, p. 134, destaque do autor)

Ao que parece, a freira redentorista estava confusa com a manifestação de tipos diferentes de coronéis, já que este tipo social poderia ser um militar, um voluntário de guerra homenageado pelos atos de bravura em combate, como foi o caso de José Lopes. Mesmo assim, a narradora compreende que a presença do coronel representava alguém *poderoso* e que angariava respeito por aqueles que em torno dele orbitavam. Além do mais, ela não deixa de apreender a importância social e política que a figura dos coronéis representava naquele tempo, pois, segundo Maria Tomé, estes personagens estavam envolvidos em disputas de importância revolucionária.

No romance histórico *Senhorinha...* a protagonista encontra-se envolta ao clima de insurreição.

Senhorinha já se achava suficientemente traumatizada com a Grande Guerra e, agora, na República, se deparava com as revoluções que se seguiram na última década do século passado. Bernardino, seu filho, e Clemente Gonçalves Barbosa, seu genro, andaram integrando-se às tropas comandadas pelo coronel João Ferreira Mascarenhas, que conduziu um grupo de revolucionários e tomaram o destacamento militar de Bela Vista (MEDEIROS, 2018, p. 134).

Em outra passagem, a narradora de *Senhorinha...* alude à presença de “um outro personagem revolucionário do qual Senhorinha comenta, e que também conheci: recentemente, em 1907, apareceu por aqui o não pouco famoso coronel Bento Xavier. Oriundo do Sul, era,

como todos, um dos que pregavam a divisão do Estado de Mato Grosso [...]” (MEDEIROS, 2018, p. 135).

E nesse contexto agitado aludido por Maria Thomé, d. Senhorinha e seus parentes estão lado a lado com os avanços do progresso decorrente da organização política da cidade de Bela Vista. De acordo com a freira

Bela vista, embora o que disse dos coronéis revoltosos [que brigavam entre si], seguia organizando-se em cidade [...]. O genro de Senhorinha, Clemente Gonçalves Barbosa, casado com sua filha Izabel Porcina, também intitulado coronel, foi eleito naquele ano um dos primeiros vereadores e estava no final do mandato. [...] como somente homens, proprietários e que pagavam impostos é que votavam, Senhorinha fez questão de que seus filhos comparecessem às urnas. (MEDEIROS, 2018, p. 135)

Diante dessas imagens, depreende-se do romance histórico em questão o alinhamento narrativo e ideológico proveniente da literatura memorialista regional, sobretudo dos representantes do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. De acordo com esses representantes, as lutas pela posse de terras fez despontar verdadeiros heróis, que, mesmo cometendo excessos, promoveram revoluções e seus esforços serão lembrados com germinal para a criação do novo estado na década de 1970. A propósito, o anseio separatista do sul com relação ao norte é um dos motes fundamentais em escritas com fundo histórico e promotor do regionalismo nas narrativas sul-mato-grossenses: a disputa por terras, o descaso geral de Cuiabá (norte) com relação ao sul sobretudo nos privilégios monopolista concedidos à Companhia Mate Laranjeira e a luta de coronéis-heróis que dedicaram suas vidas à liberdade em relação ao norte, ícones e mártires do divisionismo.

Ora, cabe aqui alguns questionamentos: por que o romance *Senhorinha...* exalta as ações de coronéis como revolucionários? Por que a insistência em abandonar as imagens de violência praticada por fazendeiros-coronéis e promovê-los a heróis do atual Mato Grosso do Sul?

Antes de responder às questões propostas, faremos uma breve digressão, para refletir sobre o conceito de *revolução*. Ao percorrer os clássicos da filosofia ocidental desde a antiguidade, a filósofa Hannah Arendt destaca que o conceito de revolução está invariavelmente atrelado com a percepção e noção de ruptura no tempo. Nesse sentido, a eternidade do tempo cristão marcada com o nascimento de Cristo – um acontecimento único e que jamais ocorrerá até o final dos tempos – contrasta com a história dos homens na Terra, onde governos sobem e caem do poder, impérios surgem e desaparecem. O tempo cristão é o da posse da vida eterna, o tempo secular é o da eterna mudança. Nesse sentido, ressalta a autora, “os assuntos humanos

mudavam constantemente, mas nunca produziam nada inteiramente novo; se alguma coisa de novo existia sob o sol, eram os próprios homens que nasciam no mundo” (ARENDDT, 2011, p. 56).

Entretanto, na história Moderna o sentido do termo *revolução*, é preciso levar em conta as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), momento em que havia um forte desejo por liberdade conjugado com a ânsia por novidade, capazes de colocar em marcha a vontade incontrolável dos grupos sociais oprimidos na transformação por algo inédito, que signifique uma condição de vida melhor, mesmo que não fosse possível prever os rumos dos acontecimentos. Derruba-se os despóticos, enforca-se os frades, e projeta-se para o futuro as mais variadas vontades libertárias, mesmo que, segundo lembra Hannah Arendt, “libertação pode ser condição de liberdade, mas que não leva automaticamente a ela; (...) a intenção de libertar não é idêntica ao desejo de liberdade” (ARENDDT, 2011, p. 59). Percebe-se, portanto, a conjugação do ideal de revolução com o de liberdade, ideias custosas ao ideário iluminista ainda impregnado nas narrativas memorialistas que por aqui se formam.

Outra definição à qual recorreremos para compreender como os homens interpretam a quebra da rotina e interrupção do hábito é aquela apresentada por Caio Prado Júnior (2012) quando concentra sua explanação na ideia de transformação. Para ele, *revolução*

significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade e, em especial, das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 22).

O autor alerta para a necessidade de não se deixar cair em ambiguidades e confusões concernentes ao termo, já que, muitas vezes, *revolução* está associada à ideia de “emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 21): isso seria cabível à noção de *insurreição*. Mesmo que muitas revoltas e revoluções fossem iniciadas por insurreições e levantes violentos, não é esse o propósito de uma *revolução*. Observa-se, portanto, que as noções expostas e autores referidos para a compreensão acerca de *revolução* convergem para as noções de transformação, mudança e alteração da realidade e do corpo político e social.

Retomando as questões indagadas logo antes, encontramos na literatura memorialista sul-mato-grossense o reconhecimento da existência, entre as décadas de 1870 e 1920, de

inúmeras pejeas armadas e violentas envolvendo *coronéis*, tratadas como *revolução* uma vez que foram consideradas ações genuínas em nome do progresso e desenvolvimento do sul de Mato Grosso. Na contramão do significado de *revolução* delineado acima, ou seja, sem a derrubada do poder político por parte daqueles que sofrem injustiças ou estejam sufocados pela opressão e repressão tirânica, resultando daí em transformações estruturais da sociedade, o emprego do termo na escrita de diversos memorialistas aparece no sentido de glorificar as elites agrárias como iniciadoras e condutoras da evolução regional, culminando com a divisão do estado de Mato Grosso do Sul.

No contexto que envolvia as mudanças políticas ocorridas com a Revolução de 1930, o historiador Carlos Amarilha atribui às ações da Liga Sul-Mato-Grossense o pretexto para a criação de discursos que buscavam criar um sentimento de pertencimento para os moradores do ASMT, reivindicando um estado próprio. O movimento divisionista que ganhou corpo a partir dali recorreu às primeiras manifestações expressas pelas elites agrárias do sul de Mato Grosso, ou seja, de fazendeiros que de alguma maneira lutaram pela defesa de suas terras como precursoras do divisionismo iniciado na década de 1930. Na década de 1970, quando o divisionismo é reanimado por conta da repentina decisão do governo militar em cindir Mato Grosso, o tema alçou *status* de saga, quando diversos intelectuais, membros e representantes das elites agrárias, além de se assentarem nos postos de comando político e econômico, produziram inúmeras narrativas memorialistas para criar mitos fundadores, heróis e símbolos na ocasião da fundação do novo estado (AMARILHA, 2006).

Nesse entendimento, a grande “mudança” gerada pelas *revoluções* promovidas pelos *coronéis* do passado, na leitura memorialista, seria, portanto, o surgimento da nova unidade federativa. Para criar essa linha narrativa a atuação de autores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, entre eles, Paulo Coelho Machado e Hidelbrando Campestrini, está em enaltecer a figura do fazendeiro-coronel João Ferreira Mascarenhas, o Jango, como “líder sulista do fim do século 19 de maior projeção e importância”, ou ainda, como “grande mártir da ardentemente desejada emancipação de nosso Mato Grosso do Sul” (BITTAR, 2009a, p. 94-95).

Outra maneira de reconfigurar a noção de coronel-bandido em herói presente na literatura memorialista é atribuir o nome do fazendeiro a uma liderança que surge espontânea e naturalmente e a partir de então dar-lhe, discursivamente, uma revolução para chamar de sua. Campestrini, por exemplo, ao comentar os eventos que envolveram as disputas políticas entre Antônio Maria Coelho e Manuel Murtinho pela liderança de Cuiabá, destaca o empenho dos

“fazendeiros do sul [...] [em] organizarem suas forças para a contrarrevolução. Surgiu, então, um líder, de vinte e oito anos, presidente da intendência de Nioaque, fazendeiro, de nome João Ferreira Mascarenhas, conhecido como Jango [...]” (2016, p. 292).

O mesmo Campestrini traz a figura de Jango Mascarenhas ora como contrarrevolucionário, ora como revolucionário para os levantes armados de 1892. Ademais, outorga o título de *pregadores separatistas* ou *chefes do movimento* para “A revolução de Muzzi (1896)”, “Jango novamente em armas (1901)”, “A revolução de Bento Xavier (1907-1911)” e “A revolução de Gomes (1916)” (CAMPESTRINI, 2016, *passim*). Assim, nomeando as lutas armadas entre coronéis de *revolução*, entendendo-a como ação que trouxe mudança significativa, qual seja, a separação do sul com relação ao norte e ainda atribuindo autoria e até mesmo posse do ato de mudança, por exemplo, “revolução de fulano” ou “contrarrevolução de beltrano” a coronéis-bandidos, os representantes do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, à época da divisão, os exaltaram como heróis do estado que acabara de surgir.

Ainda que fazendeiros sulistas tivessem bradado algum tipo de intenção separatista, essa bravata não estava acima das desavenças coronelistas. Sob a perspectiva da historiografia crítica, os movimentos armados, comumente chamados de *revolução* após a criação de Mato Grosso do Sul, “assumiram três conotações: a de posse pela terra; a de oposição aos grupos dirigentes nortistas e a separação dessa parte do território do restante do Estado” (BITTAR, 2009, p. 89). Logo, as contendas que existiram no ASMT durante as primeiras décadas da república; na verdade, dividiram os líderes sulistas em apoio as oligarquias detentoras do poder estadual postadas na capital Cuiabá.

Segundo explica Marisa Bittar (2009a), quando as famílias poderosas do norte se sentiam ameaçadas, recorriam às lideranças do sul capazes de arregimentar forças para o enfrentamento armado de seus desafetos. Após comparar a literatura memorialista de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, a historiadora conclui que os chefes políticos do sul, nesse contexto de lutas facínoras entre coronéis-bandidos, não chegaram a formar grupo coeso contra os chefes do norte. Dessa maneira sintetiza: “Não se formou um antagonismo de bloco contra bloco, classe dominante do sul contra classe dominante do norte” (BITTAR, 2009a, p. 96).

Diante do exposto, concluimos que as narrativas elaboradas no interior do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, sob os escritos de José Barbosa Rodrigues, Paulo Coelho Machado e Hildebrando Campestrini, corroboram para formar elementos identitários para o estado de Mato Grosso do Sul, emancipado em 1977, forjando e transfigurando lutas sanguinolentas em revoluções e bandidos em heróis. De certa maneira, no

circuito cultural onde circulam estas obras, como a Academia Sul-mato-grossense de Letras por exemplo, a narrativa heroica de fundação do estado ganha escopo de ancestral, natural diante dos desígnios da natureza humana, compondo a polifonia de discursos jornalísticos, de cronistas, de romancistas, de poetas, que reverberam os mitos e heróis que construíram a região.

Por fim, evidenciamos nesta parte da nossa pesquisa que o romance histórico *Senhorinha...* vale-se destes momentos históricos, sendo eles a colonização mineira-paulista das primeiras décadas do dezenove, a Guerra do Paraguai e a nova fase de colonização no pós-guerra, como espaço e tempo da narrativa. No entanto, ancorada em uma perspectiva sectária e classista, traz consigo um enredo que enaltece datas e acontecimentos, grandes homens, símbolos e mitos estereotipados nas narrativas das literaturas memorialistas sul-mato-grossenses para o presente, e no caso de *Senhorinha...*, utilizam-se da figura feminina da d. Raphaela como um pano de fundo para enaltecer essa história de “homens valentes” e não necessariamente de “resistência feminina”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste estudo apresentamos a situação vivenciada pelo professor de história no momento que é preciso abordar datas comemorativas. Quem vivencia o ambiente da educação básica sabe que as comemorações de efemeridades são comuns, e até mesmo importantes, pois é quando lembramos, rememoramos, lamentamos, enfim, é quando emerge questões ligadas à identidade, à noção de pertencimento a este ou aquele lugar, aos símbolos e de questionar o porquê de, no dia 19 de abril, se comemorar o dia do exército ao invés do dia dos povos indígenas; ou ainda, o porquê de dar destaque para o dia 20 de novembro pela conscientização da luta pelo fim do racismo, e não o 13 de maio.

Entretanto, a data comemorativa que nos trouxe até aqui, e igualmente nos conectou à nossa fonte/objeto literária, foram os 150 anos da Guerra do Paraguai. Esse acontecimento tem valor especial para aqueles envolvidos com a cultura, a história e as artes em geral em Mato Grosso do Sul, pois é sobre ele que foram cravados os marcos fundadores da identidade regional, e por isso, é campo de disputas pelas definições hegemônicas para serem vistas e reconhecidas como legítimas.

A necessidade de reforçar a memória de grandes homens e de honrosos feitos do passado, ao mesmo tempo que forja identidades e valores no presente, talvez seja para afastar alguns estigmas pelos quais o estado de Mato Grosso do Sul seja reconhecido nacionalmente: o primeiro, por ser região de fronteira com Bolívia e Paraguai e, por isso, ser considerada a porta de entrada de drogas, armas e contrabandos de toda espécie vindos do exterior para o Brasil, pairando a noção de terra sem lei e de violência deliberada; e o segundo, por ser um grande espaço selvagem, onde animais do bioma pantaneiro vagam soltos e, comumente são tratados como bichos de estimação.

O gentílico mato-grossense-do-sul ainda com certa frequência esbarra com sua frágil identidade regional toda vez que alguém desavisadamente chama o estado como sendo ainda o “Mato Grosso”. Alguém que se identifica como sul-mato-grossense fatalmente gritará para o descuidado interlocutor que aqui é “do Sul!” Essa peça cômica relativa ao nome e à identificação com o estado de Mato Grosso do Sul ainda serve como propósito para a criação de símbolos e signos que representem e façam com que o gentil e o espaço apareçam de vez no mapa mental e imaginário das pessoas.

Algumas das representações dessa identidade mal resolvida são bem aparentes, como apresentado pela logomarca da fundação de turismo deste Estado que exalta as cores a arara

azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*), formatadas em duas gotas sobrepostas, uma menor que a outra, e inversas, com um círculo preto dentro das gotas inversas, dando a impressão da ave exuberante, seguido dos dizeres “isto é Mato Grosso do Sul”, com o “do Sul” evidenciado pelo exagerado tamanho da fonte que, sem engano, tornam as demais letras meros acessórios.

Figura 4 - Logomarca oficial da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS)



De certa forma, a logomarca serve como peça publicitária para convidar turistas a conhecerem as belezas naturais, sobretudo da fauna e flora pantaneira, ao passo que enfatiza a necessidade de afirmação e diferenciação identitárias. Seja da nação mais antiga ou do estado mais recente, a marcação de uma região e a criação de símbolos que a representam são produtos de uma criação inventora que se prestam aos caprichos dos grupos sociais que rivalizam pelo poder na região.

Nosso esforço ao longo da pesquisa foi o de compreender como se revela e desvela os mecanismos da criação artística, identificada com o romance histórico, quando retrata a memória e a história da região sul-mato-grossense. Para tanto, valemo-nos dos estudos literários e históricos como direcionadores e, ainda, tivemos como nossa pedra angular os preceitos da História Cultural capazes de conduzir e explicar o encontro entre ficção e história. Nesse entendimento, o recorte da análise deu-se na publicação literária *Senhorinha Barbosa Lopes: uma história de resistência feminina na Guerra do Paraguai* (2007), de Samuel Medeiros, obra marcada pelo referencial e temporalidade históricos.

A obra de Medeiros, portanto, é uma ressignificação do memorialismo regional, pois reconta a base de dados históricos e memoriais oficiais de Mato Grosso do Sul e, por isso, não poupa elogios aos grandes homens do passado e, nessa perspectiva, são considerados pioneiros, desbravadores e, de tal maneira, fundadores do atual Estado. Reforça, desse modo, a identidade regional celebrada pela elite intelectual local e pelos entes públicos de cultural. Todavia, para

fugir de gêneros entediantes, tais como a crônicas ou a biografia memorialistas, atualiza a linguagem e tematiza o tempo na forma de um romance histórico. Desse modo, pelo que foi constatado ao longo desta pesquisa, deu-se mais importância aos grandes eventos e honrosos homens do passado, relegando pouco espaço e possibilidades para a realização das personagens femininas, além de perpetuar o apagamento de outros/as atores/as históricos, tais como mulheres e homens comuns, pretas/os e/ou indígenas, quando se opta por basear-se na narrativa memorial e histórica oficial.

Os caminhos da pesquisa nos levaram a identificar na fonte literária o quanto é problemático, instável e mutável as questões sobre a denominada identidade regional, especialmente em Mato Grosso do Sul. Diversos estudos no interior do campo acadêmico vêm colocando em evidência e contestando um projeto político e cultural de intelectuais e instituições, avalizado por órgãos governamentais, que forjam no imaginário social e coletivo sentimentos de pertencimento regional. Dona Senhorinha, José Francisco Lopes, Visconde de Taunay, entre outros personagens de *Senhorinha...* fazem parte das “raízes” regionais, da história e da memória oficiais e do discurso dos ditos vencedores. Esta foi mais uma desta pesquisas que desmonta este projeto hegemônico de padronização cultural e identitária.

FONTES

MEDEIROS, Samuel. **Senhorinha Barbosa Lopes**: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai. 1º ed. Campo Grande, MS: Editora Gibim, 2007.

_____. **Senhorinha Barbosa Lopes**: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai. 2º ed. Campo Grande, MS: IHGMS, 2012.

_____. **Senhorinha Barbosa Lopes**: uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai. 3º ed. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018.

_____. No Universo da Memória e da Ficção. In: ROSA, Maria da Glória Sá; NOGUEIRA, Albana Xavier. **A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores**. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, p. 250-261, 2011.

_____. **PERSONALIDADES**: Samuel Medeiros Xavier, bloco 01, [entrevista concedida a] Arthur Jorge do Amaral. TV o Estado MS/O Estado play. 2018. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=htDnLwX-yoM>. Acesso em 06 dez. 2021.

_____. **PERSONALIDADES**: Samuel Medeiros Xavier, bloco 02, [entrevista concedida a] Arthur Jorge do Amaral. TV o Estado MS/O Estado play, 2018. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwo-nFzFxf0&list=PLtyT-gWkuGPcykTFgPrC97AQAJ95k3W3&index=27>. Acesso em 06 dez. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMO, Camila Cremonese-. **Fronteira, mitos e heróis**: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, Dourados/MS, 2010.

ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de. **A “palavra armada”**: ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870). Tese (doutorado em Letras), Unioeste, Cascavel/PR, 2020.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

_____. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder**: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul. Dissertação de mestrado, PPGH/UFGD, Dourados/MS 2006.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. p. 9-56.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARISTÓTELES. **A Poética Clássica**/Aristóteles, Horácio, Longino. Introdução por Roberto de Oliveira Brandão; Tradução direta do grego e do latim por Jaime Bruna, 12ª Ed., São Paulo: Cultrix, 2005.

BALLER, L.; LEITE, E. F. Fronteiras e fronteiraços(as). In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. 2a. ed. Dourados - MS: Ed. UFGD, pp. 315-321, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988.

BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. (Série Ponto de Partida).

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume I**: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo grande: UFMS, 2009a.

_____. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado, volume II: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses.** Campo grande: UFMS, 2009b.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Maria Celma. Pobres e livres, escravos e povos originários na história rural do sul ao norte de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX): anotações de pesquisa. In.: **XIV Encontro de História da ANPUH/MS - "História: o que é, quanto vale, para que serve?"**. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.

BRAZIL, Maria do Carmo. A Invenção dos Campos de Erê. In.: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine. (Org.) **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892).** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, pp. 09-35, 2017.

BUNGART NETO, Paulo. O memorialismo no Mato Grosso do Sul como testemunho da formação do estado. **Revista Raído**, Dourados, MS, v. 2, n. 3, p. 77-90, 2008.

_____. Mato Grosso do Sul: riqueza histórica, tradição e memória antecipando a divisão política do estado. **Revista Raído**, Dourados, MS, v. 6, n. 12, p. 63 - 76, jul./dez. 2012

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: EDUNESP, 1992;

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** Trad. Nilo Odália. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 2010. p. 13

CAMARGO, Isabel Camilo de. Organização social e o papel da mulher na fixação de entrantes. In.: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine. (Org.) **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892).** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, pp. 139-160, 2017.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **História de Mato Grosso do Sul.** 8º ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2016.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 5º ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUsp, 1975.

CANDIDO, A.; ROSENFELD, A.; PRADO, D de A.; GOMES, P. E. S. **A personagem de ficção.** 2º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história** – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jan./jun. 2011.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. UnB, 1994.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. Ed. Lisboa: DIFEL, 1988.

CHATIER, Roger; ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CORREA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. (Coleção Cultura Brasileira, série “Estudos”)

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005.

_____. Famílias, ruralidades e cultura agropastoril no sul de Mato Grosso (século XIX). In.: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine. (Org.) **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, pp. 161-198, 2017.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2011.

_____. Vacarias da planície: ocupação e povoamento no período colonial. In.: BRAZIL, Maria do Carmo; DOURADO, Maria Teresa Garritano; CANCIAN, Elaine. (Org.) **Campos de Erê: estudos sobre a formação do ambiente rural no sul de Mato Grosso (1829-1892)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, pp. 35-58, 2017.

ESSELIN, Paulo Marcos; FERNANDES, Luiz Henrique Ferreira. Os cento e cinquenta anos da Retirada da Laguna. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 153, n. 3, p. 50-66, 2017.

ESTEVES, Antonio Roberto. O novo romance histórico brasileiro. In.: ANTUNES, L. Z. (Org.). **Estudos de literatura e linguística**. - São Paulo: Arte & Ciência; Assis, SP: Curso de Pós-Graduação em Letras da FCL/UNESP, 1998, pp. 123-158.

ESTEVES, Antônio Roberto. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. – São Paulo: Ed. Unesp, 2010. *E-book Kindle*

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Trad. Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença Ltda., 1985.

FERREIRA, Antonio C. Literatura: A fonte fecunda. In.: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia R. de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos e escritos III** - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

HOBBSAWN, Eric J. **Sobre história**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. História, Cultura e Texto. In: _____. (Org.). **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. – Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: EdUnicamp, 2003.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 153-160, 1995.

_____. O foco narrativo. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009. (Coleção Espírito Crítico)

_____. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011. *E-book Kindle*

MAESTRI, M. A expedição militar ao norte do Paraguai antes da Retirada da Laguna. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 18, n. 2, p. 293–313, 2018

MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl. **Um polígrafo contumaz (o Visconde de Taunay e os fios da memória)**. Tese (doutorado) em Letras - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP, 1996.

MARIN. Jerri Roberto. Monumento ou “mentira histórica”? As diferentes apropriações do local onde foram enterrados o Guia Lopes, Camisão e Juvêncio e a construção do Cemitério dos Heróis da Retirada Da Laguna. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, PR. V. 21. n.º 1. P. 170-195, 2016.

NASCIMENTO, Naira de Almeida. **Da narrativa ao romance: a prosa da guerra do Paraguai nos limites da ficção (histórica) contemporânea.** Tese (doutorado em letras) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras. Defesa: Curitiba, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In.: COSTA, Cléria B. da; MACHADO, Maria Clara. (orgs.). **História & Literatura identidades e fronteiras.** Uberlândia: EdUFU, p. 11-28, 2006.

PERROT, Michelle. **As mulheres, ou, os silêncios da história.** Edusc, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 3ª ed; 3ª reimp. - São Paulo: Contexto, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre revolução brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre História.** 2. ed.; 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Edição do Autor, 1978.

_____. **História de Mato Grosso do Sul.** 2ª ed. Editora do Escritor, 1993.

ROSA, M. D. G. S.; NOGUEIRA, A. X. **A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores.** Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2011.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. Fronteiras do local: o conceito de regionalismo nas literaturas da América Latina. **Revista de Literatura, História e Memória**, v. 5, n. 5, p. 47-61, 2009. ISSN: 1983-1498

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 119-135, 2005.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: labirintos da memória.** Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFGD, Dourados/MS, 2006.

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai e suas interfaces: Memória, história e identidade em Mato Grosso do Sul (Brasil). **Nuevo mundo mundos nuevos**, [Online], Colóquios, posto online no dia 16 janeiro 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/49752>; acesso em 06 dez. de 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.4975>

_____. A ocupação paraguaia em Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 12, n. 2, ago.-dez., p. 76-103, 2019.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. 150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da Laguna. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 2, p. 383-397, 2015.

SOUZA, José Antônio de. **Literatura e identidade cultural em MS: algumas fronteiras e a (des)identificação com o Pantanal**. Tese (Doutorado em Letras) UEL – Londrina, 2008.

SOUZA, Fernando dos Anjos. **Educandário Coronel Felício: a participação militar na educação pública da Fronteira Brasil-Paraguai (1951-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação), UFGD, Dourados/MS, 2012

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história. **RH – Revista de História**. Campinas, IFCH/UNICAMP, inverno 1991.

TAUNAY, A. E. (Visconde de). **Inocência**. 36. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

_____. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Martin Claret, 2003. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor.

_____. **Em Matto Grosso Invadido (1866 – 1867)**. Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo – Cayeiras – Rio, 1929.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínio da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 117-151, 2011.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. **Revista Letras**, Curitiba, n.43, p. 11-23, 1994.

_____. **Ficção histórica e regionalismo: estudos sobre romances do Sul**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

_____. **Ficção histórica: teoria e crítica**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo, Edusp, 1992.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. A. 161, n.º 408, pp. 21-590, jul.-set. 2000.